



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 - Nº 636 - DE 16 A 30 MAIO DE 2021 - R\$ 4,00

Brutal opressão capitalista recai sobre a maioria oprimida

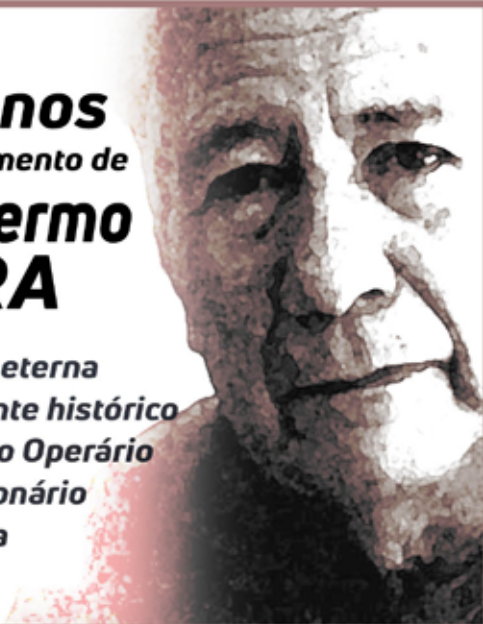
**Que as centrais e sindicatos rompam com a
passividade e convoquem imediatamente um Dia
Nacional de Luta, com paralisações e manifestações!**



**GOVERNO SIONISTA DE ISRAEL
RETOMA O MASSACRE DO
POVO PALESTINO**

**Que a classe operária mundial se
mobilize em defesa da nação oprimida,
para derrotar o colonialismo imperialista
de Israel e das potências**

Por uma Palestina una e socialista!



12 anos
do falecimento de
**Guillermo
LORA**

*Memória eterna
ao dirigente histórico
do Partido Operário
Revolucionário
da Bolívia*

Crescem as pressões para que as centrais e sindicatos rompam com a passividade

O imobilismo das centrais e sindicatos se choca com a situação de profunda crise por que passa o País. A pandemia permanece descontrolada. A vacinação caminha lentamente. O número de mortes diárias indica que logo atingirá 500 mil. Bolsonaro persiste em seu ataque ao isolamento social. A sua posição de que “é preciso aprender a conviver com a pandemia” (isto é, com as mortes) vem ganhando força. A flexibilização do isolamento no estado de São Paulo é um sintoma das dificuldades dos governadores de contrariarem os interesses do poder econômico. A chegada da Pfizer acirra a guerra comercial dos monopólios, rivalizando com a Coronavac.

Por outro lado, as demissões superam as contratações. O desemprego saltou para 14,423 milhões (taxa de 14,24%). Os considerados “desalentados”, que cansaram de procurar trabalho, correspondem a 5,952 milhões. Somados os que procuraram empregos e os desalentados, tem-se o trágico número de 20,375 milhões de pessoas. O contingente de “inativos” – assim denominados porque estão em condições de trabalhar, mas permanecem fora da força de trabalho ativa – corresponde a 76,431 milhões de brasileiros. Esses dados estarrecedores são do IBGE, portanto, oficiais. Aí está a fonte do subemprego, da informalidade, da miséria, da fome, das doenças, da mortalidade infantil e da criminalidade.

O gigantesco número de desempregados, subempregados e inativos dá a clara dimensão da contradição entre as forças produtivas e as relações capitalistas de produção, condicionadas pelo desenvolvimento desigual e combinado, típico do país semicolonial. A utilização pelos capitalistas de menos de 50% da força de trabalho nacional expõe o poderoso bloqueio às forças produtivas, exercido pelos monopólios industriais, pelo predomínio latifundiário, pelo controle do comércio por poderosas corporações, pela monumental dívida pública, e pela violenta exploração do trabalho. Essa situação tende a agravar-se, como indica a onda de fechamento de fábricas e negócios.

Os salários, por sua vez, estão contidos e o custo de vida aumenta. O desemprego e as perdas salariais comprimem a economia, e impulsionam a pobreza e a miséria das massas. A inflação pressiona os juros da dívida pública, nas condições em que o Tesouro Nacional se acha esgotado, e o Orçamento se volta contra os recursos da saúde, educação e demais serviços sociais. O miserável auxílio emergencial é um pinga no oceano da fome, ao ponto de as instituições burguesas se aproveitarem para despertar o sentimento de “caridade” na população, e lançarem as campanhas hipócritas e interesseiras de filantropia.

A classe operária e os demais explorados suportam um ano e três meses de contaminação, mortes, demissões, liquidação de direitos e perda da capacidade de compra dos produtos mais necessários. Se não bastasse, a polícia do Rio

de Janeiro se deu o luxo de matar 27 jovens na favela do Jacarezinho. Armou-se uma enorme nuvem de fumaça sobre se foi ilegal ou não, se justificada ou não, se os jovens eram de grande periculosidade ou não. Oculta-se o óbvio da ação ditatorial e bárbara do Estado burguês, que recai diariamente sobre os favelados, os pobres e os miseráveis.

Nesse quadro de horror, os sindicatos metalúrgicos de Taubaté (CUT) e de São José dos Campos (CSP-Conlutas) fecharam um acordo de indenização pelo fechamento da LG, Sun Tech, 3C, Blue Tech. Em seguida, o sindicato metalúrgico de Camaçari (CTB), Bahia, foi pelo mesmo caminho que o da Ford de Taubaté, LG, etc. Milhares de demissões fabris foram feitas aos olhos dos governos, dos partidos e dos dirigentes sindicais.

No Congresso Nacional, a CPI da Covid cumpre o papel de desviar a atenção dos problemas que afligem a maioria oprimida. Os velhos politiquieiros da oligarquia, rodeados de alguns pretensos reformadores da democracia, se desmancham em discursos e polêmicas sobre a montanha de cadáveres, do desemprego e da fome. Bolsonaro encolhe os ombros, e continua a ameaçar com decretos pelo “direito de ir e vir dos brasileiros”.

A Câmara dos Deputados aprovou a substituição da Lei de Segurança Nacional pela Lei do Estado Democrático, que de democrático não tem nada. Agorinha, descobriu-se que Bolsonaro e parlamentares do Centrão montaram um Orçamento paralelo e clandestino de R\$ 3 bilhões, que serviu para o governo comprar apoio do Legislativo. O procurador-geral da República, Augusto Aras, declarou-se contra investigar a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, envolvida no escândalo das “rachadinhas”, montada por Flávio Bolsonaro e Fabrício Queiroz. Michel Temer foi absolvido de crimes que se passaram às vistas da nação. E os sindicatos da burguesia ruralista anunciaram atos no dia 15 de maio em todo o país, para defender Bolsonaro, atacar o STF e exigir o fim da política de isolamento social dos governadores.

É nesse marco que as centrais se negaram a convocar o 1º de Maio presencial, dando continuidade à passividade e à desorganização dos explorados. Os bolsonaristas aproveitaram e tomaram conta das ruas. A questão é até quando a burocracia venal se valerá da pandemia para conter a luta do proletariado. Nota-se que cresce a pressão em suas bases, para que deixem de amordaçar os sindicatos e de cumprir o papel auxiliar dos governadores, incapazes de enfrentar a direita bolsonarista.

A bandeira de que as centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações é a via para alertar os explorados de que a passividade é um veneno, e não a proteção de suas vidas. O POR convoca a vanguarda com consciência de classe a lutar para que os explorados recuperem suas forças sociais organizadas.

Polícia executa 27 pessoas na favela do Jacarezinho (RJ).

Governador, Bolsonaro e general Mourão apoiam a chacina.

Prefeito Eduardo Paes do DEM lamenta em palavras.

Estampada em sangue a barbárie capitalista

Os fuzilamentos nas favelas do Rio de Janeiro são constantes. Mas, desta vez, o abatimento de 27 moradores, denunciados pela polícia como traficantes, excedeu a marca histórica das chacinas. A invasão da favela do Jacarezinho, no dia 6 de maio, se caracterizou por uma operação de guerra. As Polícias Civil e Militar lançaram uma ofensiva, com o objetivo claro e explícito de fazer uma limpeza, sob a justificativa de defender as crianças e os jovens que estariam sendo arregimentados pelo narcotráfico.

Em janeiro de 1998, a polícia matou 23 pessoas na Vila Operária, em Duque de Caxias. É bom lembrar esse banho de sangue, uma vez que organismos de direitos humanos e a imprensa denunciaram a existência de grupos de extermínio, formados no interior das forças de repressão, no estado do Rio de Janeiro. Ficou patente a relação entre policiais e narcotráfico. As violentas milícias nasceram dessa relação. Não foi possível ocultar a existência de uma poderosa fração criminosa no interior da estrutura estatal. Está presente no Executivo, no Legislativo, no Judiciário e na Polícia. Não poderia ser de outra maneira, uma vez que o narcotráfico e o crime organizado em geral expressam uma importante movimentação econômico-financeira. A política de Estado, como superestrutura, inevitavelmente, se aproxima e se vincula a esse mundo do crime. O narcotráfico e as contravenções são reconhecidos como financiadores de eleições.

É impossível desvincular a criminalidade da política burguesa. Relação essa encarnada pelo braço armado do Estado. Isso explica por que nenhum plano de redução da letalidade policial e do controle do crime organizado tem tido êxito. Mas, não só por isso. A crise estrutural do capitalismo, que se reflete mais completamente na sua fase última, que é o imperialismo – fase dos monopólios e do capital financeiro parasitário –, potencia as formas econômicas deletérias, como o narcotráfico, tráfico de armas, escravidão, etc. Os mais de US\$ 500 bilhões, movimentados nesse submundo da economia mundial, se processam em meio às massas empobrecidas e miseráveis.

A América Latina, mergulhada no atraso, e marcada profundamente pelo desemprego, subemprego e fome, há muito se tornou um celeiro do narcotráfico, e uma zona de contrabando de armas, que vêm dos Estados Unidos. Isso explica, em grande medida, o fortalecimento constante da polícia, astronômicos gastos parasitários com os aparatos repressivos, e importação de técnicas e materiais bélicos de uso contra as manifestações de trabalhadores. Agigantou-se o Estado policial, com características comuns em todo o continente.

O Brasil se destaca como o mais poderoso deles, com a polí-

cia altamente treinada e organicamente vinculada à política, ao ponto de ter constituído o que denominou a “Bancada da Bala” no Congresso Nacional. O presidente da República foi eleito com a participação ativa e ampla da Polícia e das Forças Armadas. Até agora, continua aberto o processo judicial, que apura os vínculos seus filhos com as milícias do Rio de Janeiro. O apoio do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, que ocupou o lugar do governador cassado por corrupção, Wilson Witzel, à chacina reflete a posição do presidente da República. Recentemente, no conflito dos governadores em torno à pandemia, Bolsonaro e seus generais orientaram o parlamentar do PSL, Major Vitor Hugo, a levar adiante o Projeto de Lei que subordina as polícias estaduais ao presidente da República. Essa investida expôs a tendência ao recrudescimento do Estado policial.

O Rio de Janeiro, por concentrar as contradições entre riqueza e miséria, desenvolvimento e atraso do País, expõe o fracasso da burguesia em cercar o crime organizado, impulsionado pelo Estado policial.

O Rio de Janeiro, por concentrar as contradições entre riqueza e miséria, desenvolvimento e atraso do País, expõe o fracasso da burguesia em cercar o crime organizado, impulsionado pelo Estado policial. A tentativa de integrar a polícia com o que se denomina de “comunidade” se desmanchou com as UPPs, do governador Sérgio Cabral, hoje preso por corrupção. O desaparecimento do pedreiro Amarildo de Souza, sequestrado por policiais na Rocinha, jogou uma pá de cal na hipocrisia da integração entre favela e polícia. A violência policial se reergueu, com o furor da matança no Jacarezinho de jovens negros e pobres. E, com ela, as vozes “dos pacificadores”, pedindo que se cumpram as orientações da Corte Interamericana dos Direitos Humanos. Exortam a criação de um “plano de redução da letalidade policial no Rio de Janeiro”. Pedem que a Defensoria Pública atue em favor dos direitos humanos.

Nem bem se começa a esquecer de um morticínio, ocorre outro em algum estado do país. E as mesmas vozes repetem a mesma ladainha. Procuram ocultar as raízes da violência policial, que se encontram na propriedade privada dos meios de produção e no Estado capitalista. Mais à esquerda, vozes reivindicam a desmilitarização da polícia e a sua democratização, como a via de compatibilizar o braço armado do Estado burguês com a sociedade. A tendência do capitalismo em decomposição é a de potenciar ainda

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

mais o Estado policial. Não há como a maioria oprimida enfrentar essa situação, se não for com o seu programa de poder, que pressupõe a destruição do Estado burguês e com ele todo o aparato militar e policial. Somente com a estratégia da revolução proletária, a vanguarda com consciência de classe tem como orientar os explorados em meio à barbárie.

O fato é que não há regras de direitos humanos e medidas de democratização da polícia que sirvam para erradicar as raízes da violência. Ao contrário, é preciso expor aos olhos dos explorados que as chacinas e as mortes diárias causadas pela ação policial – somente no primeiro semestre de 2020, foram assassinados pela polícia 3.181 pessoas no Brasil; no Rio de Janeiro, de janeiro a março de 2021, já eram 453 – resultam da decomposição econômica e social do capitalismo e, portanto, do avanço da barbárie. Deve-se ter em mente que a mortandade não é exceção do estado do Rio de Janeiro. De janeiro a maio de 2020, São Paulo bateu o recorde, nas duas últimas décadas, com 442 pessoas assassinadas pela polícia.

A facilidade e a impunidade como os policiais matam nas favelas e bairros empobrecidos indicam, não apenas o recrudescimento da militarização do polícia, mas também a ausência de respostas do movimento operário e popular. Os bairros miseráveis estão sob o controle da política burguesa, que se realiza por meio de associações, ONGs, igrejas e partidos. Para romper a camisa de força desses organismos, que servem para conter a revolta instintiva dos oprimidos, é necessário que a classe operária, organizada em seus sindicatos, se coloque à frente das reivindicações dos explorados. O desemprego, subemprego e o salário mínimo, que não cobre as necessidades da família trabalhadora, estão na base de todas as tragédias vividas nos bairros, favelas e cortiços. Não é desconhecido que a juventude é arrastada para o narcotráfico e todo tipo de criminalidade em razão da pobreza e miséria.

A frase ignóbil do vice-presidente da República, general Mourão, de que “eram todos bandidos”, dá a dimensão precisa do que pensam os representantes da burguesia sobre as condições vividas pela imensa maioria da população. Não reconhecem um só fio de cabelo de que esses “bandidos” são jovens cercados pela pobreza, miséria, promiscuidade e completamente sem perspectiva de vida produtiva. Não podem reconhecer, porque seria admitir a falência do capitalismo e a condição parasitária da burguesia e de sua burocracia estatal, da qual faz parte o aparato repressivo. Os representantes da burguesia e pequena burguesia, que resistem em se adaptar ao direitismo e fascismo burguês, se valem dos direitos humanos em abstrato, das lamentações e do pacifismo impotente. Essas duas tendências – a da mentalidade fascista e a do pacifismo – predominam em cada situação de explícita barbárie. São distintas, mas se completam por constituírem duas variantes políticas e ideológicas da mesma classe opressora. A ausência da classe operária, organizada sobre a base de um programa próprio, possibilita que ambas as tendências burguesas, cada uma com o seu método, mantenham os explorados desorientados e passivos.

Diante de uma chacina como a do Jacarezinho, os sindicatos, as centrais e os movimentos populares se encontram em estado

letárgico. Durante um ano e três meses de pandemia, a política dessas direções foi a de barrar a revolta instintiva, que se gesta no interior da população atingida pelo contágio, mortes e consequências econômicas. Nem mesmo o 1º de Maio serviu para realizar protestos em todo o país. Nem as demissões em massa, nem a escalada da fome quebraram a passividade das direções burocráticas e aburguesadas.

É nessa situação desfavorável à maioria oprimida que a polícia invadiu a favela, sabendo perfeitamente que o objetivo era o massacre. Impressiona ver partidos e burocratas sindicais dizerem que é preciso reagir, como fez a população negra norte-americana, diante do assassinato de George Floyd. Disseram que não convocariam o 1º de Maio presencial, para não quebrar o isolamento social. Cinco dias depois, dizem que é preciso sair às ruas, mas em palavras. Não tenham dúvida de que, se a classe operária e os demais explorados estivessem organizados para a luta, a reação das massas diante dessa chacina seria outra. Temos assistido a uma ofensiva sem precedente contra os empregos e salários. Temos visto a fome se multiplicar nos bairros operários, favelas e cortiços. E também assistimos ao avanço da repressão policial nestes bairros, visando à caça e ao fuzilamento de jovens, arrastados ou não para a criminalidade.

O Supremo Tribunal Federal recomendou que as ações da polícia fossem comedidas na situação delicada da pandemia. A polícia bolsonarista do Rio de Janeiro fez exatamente o contrário. O Ministério Público foi avisado da “Operação Exceptis” pouco depois da invasão do Jacarezinho. Está claro que essa conduta é parte da crise política que vem afetando a federação, em razão das divergências entre os governantes sobre a pandemia. Essa demonstração de força da polícia do Rio de Janeiro ocorreu depois dos bolsonaristas ganharem as ruas no 1º de Maio, com as faixas insuflando o golpe militar.

O conjunto desses fatores expõe a traição que os explorados têm sofrido e vêm sofrendo durante a Pandemia, por suas direções sindicais e políticas. O resultado é que mais um massacre passará como uma simples eliminação de “bandidos”, como querem fazer crer o general Mourão e Bolsonaro. É preciso que esse acontecimento sirva para alertar a classe operária e a sua vanguarda, sobre a gravidade e os perigos da passividade em que estão mergulhados os trabalhadores.

Trata-se de defender a convocação imediata de um Dia Nacional de Luta, que tenha por objetivo responder à incapacidade da burguesia e seus governantes de protegerem as massas da Pandemia; levantar o programa de emergência próprio dos explorados, e constituir um tribunal popular para apurar a chacina de Jacarezinho e toda sorte de violência policial. Esse passo poderá criar as condições para se trabalhar pela autodefesa dos explorados, diante da polícia e do narcotráfico.

Pelo fim das chacinas!

***Chega de assassinato de jovens pela polícia!
Por um tribunal popular para apurar a ação
da polícia no Jacarezinho!***

DIREÇÃO DA COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS SE NEGA A DEFENDER COLETIVAMENTE OS PRESOS POLÍTICOS E AGRIDE MILITANTES DO POR

Limita-se à defesa jurídica



Em função do massacre de 27 jovens na favela do Jacarezinho, a Coalizão Negra por Direitos convocou um ato em São Paulo, no dia 8 de maio, sob a bandeira de *solidariedade ao Jacarezinho. Denúncia à Operação Illegal. Nem bala. Nem Fome. Nem Covid. Basta de genocídio!* Certamente uma manifestação necessária, diante da brutalidade do Estado policial, agravada por ocorrer em meio à crise pandêmica. Esse protesto seguia à risca o roteiro previamente determinado por seus organizadores, até que a negativa da Coalizão Negra por Direitos em orientar o ato a se deslocar à delegacia, para onde foram levados dois manifestantes presos pela polícia militar, alterou o curso do controle burocrático dessa direção, além de expor a contradição do chamado de um ato contra a repressão, que não se solidariza coletivamente com seus próprios presos políticos. Às saídas da direção do ato, estavam PSOL, PSTU, PCB, PCdoB, PCO e MRT, que, apesar dos discursos inflamados, avalizaram a atitude capituladora da direção da Coalizão Negra, que renunciava a lutar pelos seus presos, desmanchando no ar toda a retórica de repúdio à violência policial.

A seguir, relataremos alguns aspectos das intervenções das referidas correntes, assim como da Coalizão Negra, para então, confrontarmos com a ação prática por eles adotada. Pelo PSOL, falaram uma vereadora e duas co-vereadoras de mandato coletivo. O foco central das intervenções psolistas foi atribuir a Bolsonaro a responsabilidade pela violência e miserabilidade da população negra, cuja solução estaria na substituição eleitoral em 2022. Não defenderam a reforma da polícia militar, como em tantos outros momentos, mas a “derrubada do aparelho repressivo do governo”, muito embora, tivessem afirmado que não seria possível hoje, pois, ainda era preciso “acumular forças”.

Pelo PSTU, falou Vera Lúcia. A candidata pelo PSTU à prefeitura de São Paulo, nas eleições em 2020, afirmou que o “Estado é assassino”, e, por isso, não se “poderia confiar nele as nossas vidas”. Segundo Vera Lúcia, o direito à vida estaria na organização dos trabalhadores contra o Estado, exortando a “auto-organização e a autodefesa da classe trabalhadora”. Finalizou defendendo o “Fora Bolsonaro”.

De relevante na fala do PCB, consta a defesa do fim do Estado genocida. Encerrou-se afirmando que “não vamos mais aceitar

a guerra contra o povo negro”. Em qualquer contexto, essa frase é puramente declarativa, mas, nada melhor que a realidade para provar o quanto que as declarações vazias também podem ser profundamente hipócritas.

O PCO defendeu a dissolução da polícia, a autodefesa e a auto-organização dos trabalhadores. Defendeu os atos de rua, afirmando que a “política de ficar em casa não resultou em nada”, além das mortes pelo Covid-19 e o aumento da repressão policial.

O PCdoB fez uma fala totalmente vazia. Concluiu engrossando o coro do “Fora Bolsonaro”.

O MRT deu um tom diferente ao chamar as centrais sindicais a retomarem a luta. Também defendeu o fim da polícia. Os organizadores da manifestação procuraram justificar a convocação de um ato presencial, pelo fato de os policiais terem matado alguns dos jovens dentro de suas próprias casas. Reivindicou o cumprimento da liminar do STF, que restringe as incursões policiais nas comunidades no período de Pandemia. Defendeu o auxílio emergencial, vacinação a todos e se colocou por diversas vezes pelo Fora Bolsonaro.

A intervenção do POR iniciou caracterizando o momento histórico em que vivemos, marcado pela decomposição do modo de produção capitalista, que se manifesta por meio da barbárie do sangue derramado dos jovens no Rio de Janeiro, e de tantos outros jovens, oprimidos pelo desemprego, pelo subemprego, pela falta de educação, saúde, e pela violência policial. Afirmamos que, junto a esses jovens, há os seus pais, que igualmente sofrem as mazelas do capitalismo apodrecido. Lembramos que as condições precárias de vida já era realidade antes da Pandemia, e que se agravou com ela. Afirmamos que esse estado de coisas se devia ao fato de a burguesia necessitar da destruição da massa trabalhadora. Concluímos defendendo a organização das massas, de modo a responder a todos esses ataques, chamando as centrais sindicais à responsabilidade pela convocação de um dia Nacional de Luta.

Chamou a atenção a presença de mães, cujos filhos foram assassinados pela polícia. As intervenções expressaram o ódio de classe, combinado com súplica pelo fim da violência do Estado. A frase: “sou uma pessoa amputada pelo que fez o Estado com nossos filhos”, ilustra o teor dessas intervenções. Clamaram por

justiça, não apenas pelos seus, mas por todos os filhos assassinados pelo Estado, defendo a luta coletiva, porque “juntos somos mais fortes”, disse uma mãe.

Num determinado momento, o ato saiu em marcha, e, quando já chegava próximo a seu fim, dois rapazes tinham sido presos, um deles detido sob condições idênticas a George Floyd, nos EUA, em 2020. Esse fato foi comunicado aos organizadores responsáveis pelo som. Diante do informe recebido, comunicou-se à manifestação do acontecido, e passou-se a requerer a presença da OAB e dos Direitos Humanos. Nisso, lhes foi proposto a ida do ato à delegacia, para onde foram levados os rapazes. Os dirigentes da manifestação se opuseram a tal proposta, afirmando que tudo seria resolvido pelos advogados e pelos direitos humanos. Diante da negativa à proposta apresentada pelo POR, passamos a percorrer o ato com nossa própria caixa de som, denunciando as prisões e defendendo a necessidade do ato se destinar à delegacia. Após essa investida, dirigimo-nos novamente aos responsáveis pelo ato, solicitando mais uma vez que interpelassem pela ida à delegacia. Novamente se negaram.

Ao fim da passeata, a direção da Coalizão Negra por Direitos encerrou a manifestação, orientando os presentes a irem para suas casas. Nesse momento, entrevistamos e pedimos aos manifestantes que não fossem embora, pois, era necessário defender os presos políticos. Dissemos que não se poderiam aceitar as prisões dos dois rapazes, pois, esse era um ataque ao movimento no seu conjunto, que a resposta deveria ser imediata, indo à delegacia em protesto, até a libertação dos presos políticos. A Coalizão Negra por Direitos passou a agredir verbal e fisicamente os que instigavam o desacato às suas orientações de irem para casa. Tentaram sabotar a caixa de som do POR. Levaram embora seu próprio aparato de som. Desafiaram seus opositores. Buscaram, em vão, que estes respondessem pela violência física. Tudo isso sob a muleta retórica do “respeitem o movimento negro”. Da nossa parte, procuramos esclarecer que não estávamos pelo desrespeito, mas pela defesa dos presos, e insistimos por chamar o movimento negro a defendê-los conosco. No entanto, afirmaram que “não podiam fazer nada”, e, se nós quiséssemos ir à delegacia, que fôssemos, mas eles não iriam. Por fim, uma pequena parcela marchou à delegacia. Dentre eles, não constavam sequer representantes do PSOL, PSTU, PCB, PCdoB, PCO e MRT. Da Coalizão Negra, acabaram comparecendo quatro pessoas. Dos que marcharam até a delegacia, contrariando as orientações da direção do ato, alguns ficaram até a soltura dos manifestantes.

O uso da violência física contra opositores à sua política é próprio de burocracias autoritárias, que não suportam qualquer voz divergente, que aponte para uma política avessa à reformista, a qual defende as reivindicações, métodos de luta, organização e ação com independência de classe, próprios do proletariado. O reformismo dessa direção é tão miserável, que nem mesmo aponta para as chamadas “melhorias” imediatas, impossíveis de serem atingidas na fase de decomposição do capitalismo. Não é à toa que, em seu programa, parte-se da estratégia de “Lutar por um país justo, com igualdade de direitos e oportunidades que, para se concreti-

Ato contra a chacina no Jacarezinho / 8 de maio

zar, exige um longo e profundo processo de reparação histórica à população negra brasileira” (negrito nosso). Até mesmo a conquista de migalhas dentro do capitalismo é jogada para um futuro muito distante. A política de conciliação de classes capitula de antemão à burguesia e seus governos e instituições.

Como entender a postura da direção da Coalizão Negra por Direitos, senão como capitulação à ação policial? Abandonar os presos políticos de uma manifestação em rechaço à violência policial é em si uma contradição, mas desconhecida por aqueles que se valem dos métodos de luta das massas de modo oportunista, pois, não se apoiam verdadeiramente no movimento para responder aos golpes da burguesia. Não por menos, seu discurso é tão etéreo, tão insólito. Esgarçam a garganta no apelo emotivo, na solidariedade irrestrita, tão vazias, e, por isso, hipócritas. Quando a realidade concreta lhes colocou a tarefa de agir efetivamente em

solidariedade, se negaram, e agiram contra os “descumpridores” de sua ordem ordinária de “ir para casa”. A repressão do Estado burguês é cirúrgica na revelação dos decadentes e degenerados integrantes da esquerda. A vida voltada ao parlamento, numa fase em que a democracia burguesa se decompõe, é a fonte da força que lhes corrói o tutano. É penoso a eles manterem-se na luta; lhes é penoso defender os que lutam. Ocorre que a burguesia concede espaço aos oportunistas, em suas instituições de poder, porque lhes é útil em momentos de levantes das massas. Para

isso, no entanto, os oportunistas precisam estar junto às massas, ouvir as suas súplicas e a sua dor, enquanto semeiam e cultivam o germe da ilusão parlamentar, por onde se alçarão à cadeira do “representante popular”, o “representante do trabalhador”. Um verdadeiro lobo vestido de carneiro. Na jogatina da democracia burguesa, não há vez nem voz aos miseráveis e oprimidos, só há os funcionários bem pagos da burguesia, garantidores do poder da burguesia.

Nada mais ignóbil para aqueles que ouvem o choro de uma mãe, que clama por justiça a seu filho assassinado pela polícia, e, em instantes depois, se negam a defender um outro filho, de outra mãe, espancado e preso pela polícia. Ainda mais inaceitável é o fato desses serem a direção do movimento. Possuírem aparato para mobilizar os que estavam presentes no ato. Convocar outras forças, sindicais e populares. Mas se mostrarem satisfeitos com a simples defesa jurídica da defensoria pública. Nem mesmo procuraram os advogados do movimento, dos sindicatos. Pressionados pela base, a direção mandou quatro de seus membros, quando poderiam ter levado os 300 que estavam no ato. E os parlamentares? Vereadores e deputados? Onde estavam? Pois não compareceu nenhum. E as correntes? Serviços da política dita das “minorias”? Não quiseram se indispor com o movimento negro. Em que consiste a autodefesa e auto-organização, defendidos em palavras pelo PSTU e PCO? Recolheram-se covardemente, tão logo foi necessário pôr em prática tais bandeiras. Avalizaram o abandono dos presos políticos. Assim, o ato é encerrado com o grande bloco: Coalizão Negra por Direitos, PSOL, PSTU, PCB, PCdoB, PCO e MRT entrincheirados na paralisia e na perda do princípio elementar da defesa política dos presos políticos.

Abandonar os presos políticos de uma manifestação em rechaço à violência policial é em si uma contradição, mas desconhecida por aqueles que se valem dos métodos de luta das massas de modo oportunista, pois, não se apoiam verdadeiramente no movimento para responder aos golpes da burguesia.

133 anos da Lei Áurea

Que as manifestações, no dia 13, exijam das centrais, sindicatos e movimentos que rompam a passividade e convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta

*A pandemia agrava a situação de pobreza e miséria da maioria oprimida
As massas negras suportam o maior peso da barbárie social
A erradicação do racismo virá com a revolução proletária*

13 de maio de 2021

Nestes 133 anos – em que houve a abolição dos escravos, por meio da Lei Áurea, 13 de maio de 1888 –, estamos em meio ao avanço da Pandemia, que já vitimou 430 mil pessoas, às crescentes taxas de desemprego e subemprego, e ao aumento dos assassinatos de jovens pelas forças de repressão do Estado. A burguesia e seus governantes não têm como ocultar que a Pandemia, fome e miséria e chacinas recaem sobre os moradores das favelas, cortiços, bairros operários, que são de maioria negra. Esta data dos 133 anos está manchada pelo sangue de 27 jovens, assassinados pela polícia, na favela do Jacarezinho (RJ). Está marcada pelo fortalecimento do Estado policial sobre a população pobre em todos os cantos do país. Está, também, marcada pelas prisões cada vez mais abarrotadas de jovens, pelas crianças e adolescentes sendo depositadas nas Fundações-Casas (antigas Febens) e pelo narcotráfico, que alicia a juventude sem emprego e fora das escolas. E as maiores vítimas, como não poderiam deixar de ser, são os negros pobres.

No Brasil, a abolição da escravidão se deu no final do século XIX, por razões econômicas externas e internas. O capitalismo industrial no país ensaiava seus primeiros passos, e se chocava com a forma de trabalho escravo. Por quase 400 anos, o país viveu sob o colonialismo escravista, não sem lutas dos negros. Basta lembrar as revoltas de Malês (Bahia-1835), de Manoel Congo (RJ- 1838), de Carrancas (MG-1833), e tantas outras revoltas populares com participação dos negros, a exemplo da Revolta dos Alfaiates e Balaiaada. E da resistência dos negros por meio dos quilombos, como o de Palmares (Alagoas), que surgiu em 1580, e foi destru-

ído pelas forças colonialistas, em 1695.

Não há como ocultar que a classe operária brasileira tem suas raízes na população negra, escravos libertos, e transformados em assalariados. Apesar disso, boa parte dos livros de história ignora ou falsifica o lugar das massas negras na constituição do proletariado, e destaca unicamente o papel do imigrante europeu. O programa do Partido Operário Revolucionário assinala que a passagem do sistema escravista para o assalariado (capitalista) de produção se deu sobre a base do trabalho de uma camada negra,

das massas negras, promovida pelos colonizadores brancos. Mais precisamente, pela nascente burguesia branca. A substituição do colonialismo pré-capitalista pelo capitalismo resultou na abolição da força de trabalho escravo, e na implantação da força de trabalho assalariada. Houve um salto significativo das relações pré-capitalistas de produção para a capitalista. No entanto, essa transformação qualitativa se realizou sob a direção da classe burguesa branca e da propriedade privada dos meios de produção, sem que a transformação qualitativa do

A raiz histórica do racismo no Brasil, repetimos, se encontra na escravização das massas negras, promovida pelos colonizadores brancos. Mais precisamente, pela nascente burguesia branca.

que, gradativamente, se transformou em mão-de-obra assalariada, em condições materiais e culturais inferiores às dos imigrantes. Aí se encontra o fio condutor do racismo, que perdura até nossos dias. O capitalismo, como sociedade de classes, que pôs fim ao trabalho escravo, não pôde e não poderá eliminar as discriminações entre brancos e negros, porque são manifestações da opressão de classe, da burguesia branca sobre a classe operária e demais trabalhadores.

A discriminação branca contra os negros ocorre diariamente e em distintas circunstâncias. Vão desde as discriminações salariais às educacionais e culturais. É bem conhecida a diferenciação que a polícia faz entre suspeitos negros e brancos. Em toda a vida social, portanto, os negros e as negras são inferiorizados. Está claro que se trata de uma forma de opressão estrutural.

A raiz histórica do racismo no Brasil, repetimos, se encontra na escravização

trabalho escravo ao trabalho livre conluísse na eliminação da inferiorização econômica e social dos negros.

A classe média abastada serviu e serve como canal de expressão do racismo em suas várias dimensões. Muito recentemente, uma camada social de negros ascendeu à classe média. E pouquíssimos são os negros capitalistas. De maneira que a ampla maioria constitui as camadas mais pobres e miseráveis do país. São proletárias e camponesas. É sobre elas que recai o maior peso da barbárie capitalista.

O ingresso de uma parcela de negros na classe média, embora pequena, permitiu uma crescente contestação ao racismo, à discriminação que obstaculiza a mobilidade social de um contingente maior das massas negras. Somente assim, tornou-se possível contestar o racismo por meio de reformas, na ideologia, na cultura e na política, fundamentalmente. Gestou-se um movimento, desde

os anos de 1950, pelo reconhecimento do lugar histórico da população negra na edificação das riquezas do país, por um lado, e, contra sua marginalização, atribuída ao embate entre raças, de outro.

A gigantesca concentração de riqueza nas mãos da burguesia branca, bem como os enormes privilégios da classe média abastada, e a “marginalização” da imensa maioria dos brasileiros negros, são evidências históricas à vista de todos. É sobre essas evidências que se pôs em marcha um movimento reformista, que desconhece, ou que coloca em segundo plano, que a raiz da opressão sobre os negros é de classe, e que a discriminação racial é um de seus reflexos.

A experiência tem demonstrado que a burguesia não tem como realizar reformas, que de fato abram o caminho para a eliminação do racismo. Nota-se que o reformismo, na atualidade, vem servindo a interesses eleitorais. São vários os movimentos de negros, cada um deles vinculados a este ou aquele partido adaptado ao capitalismo, ou então às diretrizes internacionais da ONU, etc. Alguns deles chegam ao ponto de negar o caráter de classe da opressão sobre os negros.

O Brasil possui uma farta legislação contra a discriminação racial, a exemplo do Estatuto da Igualdade Racial, que em meados de 2020 completou 10 anos.

Mas é letra morta, diante do avanço da violência econômica e social sobre as massas negras. Os partidos reformistas, tendo à frente o PT, apartam o racismo da discriminação de classe, limitando-o como se fosse um fenômeno estritamente de raça, resultante do passado colonialista. Têm como bandeira a “reparação histórica”, por meio de leis, punição e educação. Querem que a classe operária e os demais explorados acreditem ser possível sua viabilidade, desde que conduzam ao poder do Estado os partidos comprometidos com a causa racial. A experiência de 14 anos de governos petistas testemunha sua inviabilidade, embora tenham aprovado leis e medidas, como a das cotas raciais. Essa ilusão reformista tem a ver com a rejeição ao fundamento marxista de que a discriminação racial é uma discriminação de classe. Isso porque rechaça o posicionamento de que a erradicação da discriminação racial será obra do programa da revolução proletária. Não virá, portanto, de leis do Estado burguês, mas sim de sua destruição.

É estarrecedora, a quantidade de negros mortos pela Pandemia, chacinas e fome e miséria. É preciso também reconhecer o volumoso contingente de brancos pobres que padece dessa barbárie social. Isso exige que as direções sindicais e

populares rompam com a passividade, e se coloquem por organizar urgentemente um Dia Nacional de Luta, pelos empregos, salários, vacina para o povo pobre e combate às matanças de jovens.

Nestes 133 anos, o POR rechaça toda a demagogia e os discursos em nome do fim da discriminação dos negros. Rejeita as tarjas inócuas de “luto e luta”, que comparecem nas lives dos burocratas sindicais. E ressalta que é preciso organizar as massas negras e brancas, pobres e famintas, sob a estratégia da classe operária – formada de negros e brancos –, que tem como fundamento a revolução social, proletária.

Nestes 133 anos da abolição dos escravos, levantemos alto a bandeira de “Fim do capitalismo”, para varrer definitivamente a herança escravista colonial e a escravidão assalariada, imposta pelo sistema moderno de exploração do trabalho. Levantemos alto a bandeira do comunismo, da sociedade sem classes.

Que as direções sindicais e populares rompam a passividade!

Que as Centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua!

MANIFESTAÇÕES DE 13 DE MAIO CONTRA O RACISMO

São Paulo

Segunda manifestação contra os assassinatos de negros

Aconteceu, no dia 13 de maio, no MASP, a segunda manifestação chamada pela frente Coalizão Negra por Direitos, que reúne alguns coletivos do movimento negro como MNU, EDUCAFRO, etc., a atividade também aconteceu em diversas cidades do país. Destacamos o ato do Rio de Janeiro, na Candelária, onde simpatizantes do POR estiveram presentes, e distribuíram o Manifesto do Partido Operário Revolucionário.

Diferente do ato anterior (8/5), onde a polícia prendeu dois manifestantes dentro da manifestação, o que gerou a divergência política entre o POR, com a proposta de que o ato deveria retornar para defender os detidos, e a direção/Coalizão, que defendeu resolver de forma particular, com advogados da OAB e Direitos Humanos, neste ato do dia 13, tudo ocorreu sem sobressaltos com o aparato repressivo.

A manifestação foi maior que a anterior, reunindo algumas centenas de pessoas, o que mostra disposição de luta. Os professores municipais fizeram uma marcha, da Prefeitura até o MASP, e se incorporaram ao ato, defendendo a unidade. O POR levou seu manifesto, palavras de ordem, e atuou em conjunto com a Frente de Luta, que se formou para o 1º de Maio. Não fizemos fala no carro de som, a direção da atividade impediu nossa intervenção, colocando parlamentares, poetas e outros coletivos na frente.

O conteúdo político da manifestação foi de denúncia os assassinatos de negros, que acontece nas favelas e periferias pelas polícias. Lembrou-se que o dia 13 de maio tem pouca importância para os pretos, já que a alforria não representou uma libertação real das massas negras exploradas. Não falta-



ram falas radicalizadas contra o governo Bolsonaro.

Temos de saudar o fato das massas estarem retomando o caminho da luta, que foi interrompido pela política de passividade das direções durante a pandemia. É somente através da força coletiva dos explorados, com seus métodos próprios, que poderemos impor derrotas aos governos, e interromper a sangria. Contudo, é preciso avançar para a unidade, entre o movimento negro e demais setores explorados. Chama a atenção as raras vezes em que a defesa dos empregos foi feita no carro de som. Não avançaremos nessa luta, se não compreendermos que a raiz da opressão racial está na opressão de classe, sendo assim, a luta contra o racismo e a violência contra os negros passa necessariamente pela defesa de suas condições de vida, dos empregos, dos salários, da vacinação universal, a começar pelas periferias e favelas, que é onde está a maioria negra. E que o fim de toda forma de opressão racial, só será possível com a derrubada do capitalismo pela revolução proletária.

Intervenção preparada para o ato 13 de maio

Camaradas, estamos diante de uma profunda barbárie capitalista, causada pela combinação da crise econômica, sanitária e da paralisia das direções do movimento social.

Nós, pretos e pretas, somos aqueles que suportamos a maior parte do peso da pandemia. Entre as profissões que mais morreram, motoristas, frentistas, empregadas domésticas, operários da construção civil, a maioria absoluta é de pretos.

Em SP, a chance de um morador da ZL, Artur Alvin ou Sapopemba, morrer de Covid é quase 500% maior que um morador de Perdizes. E quem mora na ZL? A maioria é preta!

Se não bastasse isso, a polícia, o braço armado do Estado burguês, nos mata dentro de casa! Para o preto, a diretriz burguesa de “FIQUE EM CASA” não vale nada! Isso mesmo, diretriz burguesa, porque o negro favelado nunca fez isolamento!

O mais grave está na paralisia e covardia das direções do movimento social brasileiro. As centrais sindicais, sindicatos, movimento estudantil e popular, fecharam suas portas e apostaram nos meios virtuais. Apostaram na passividade das massas.

Temos de saudar o fato das massas estarem retomando o caminho da luta, que foi interrompido pela política de passividade das direções durante a pandemia. É somente através da força coletiva dos explorados, com seus métodos próprios, que poderemos impor derrotas aos governos, e interromper a sangria.



Agora estamos nas ruas, que é de onde nunca deveríamos ter saído. O governo é mais perigoso que o vírus! A burguesia é muito mais perigosa que o vírus! Então, é só com a força coletiva das massas em movimento que poderemos derrotá-los!

Nós, do Partido Operário Revolucionário, viemos aqui defender a unidade do movimento negro com os demais setores e a convocação imediata de um Dia Nacional de Lutas, como um passo na construção de uma poderosa Greve Geral!

As reivindicações devem ser aquelas que unem a maioria oprimida, entre elas: 1. O fim do aparato repressivo do estado burguês! 2. Fim da matança de jovens negros nas periferias e favelas! 3. Defesa intransigente do emprego e das condições de vida: nenhuma demissão! Nenhuma redução salarial! 4. Nenhuma retirada de direitos! 5. Vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis!

Camaradas, não devemos desviar do caminho, não devemos permitir que as direções conduzam os movimentos para as eleições, que vão acontecer daqui a mais de um ano! Nenhuma confiança no congresso corrupto! Nenhuma confiança na justiça burguesa! Temos nossos próprios métodos, e nossa própria força! É nisso que devemos nos apoiar! Abaixo o aparato repressivo do Estado! Abaixo o governo Bolsonaro! Viva a luta das massas exploradas! Viva a revolução proletária!

Fortaleza

Ato de 13 de maio foi de protesto contra a chacina do Jacarezinho (RJ)

Com o chamado “13 de maio de luta: dia nacional de denúncia contra o racismo” houve, em Fortaleza, na manhã do dia 13/05, o ato contra a chacina do Jacarezinho, na Praia de Iracema. A atividade foi convocada pela *Coalizão Negra por Direitos*. Neste ato, estiveram presentes: PT, Núcleo Popular, MTST, JSB, Afronte, Sindicato Apeoc, e o POR.

A atividade foi aberta a todas as organizações sindicais e estudantis. As correntes reformistas procuraram evitar que o ato tivesse um caráter classista, acentuando o tom puramente identitário e eleitoreiro da manifestação, e preparando-se para a disputa eleitoral de 2022.

O POR interveio com a distribuição do manifesto e fazendo falas. Defendeu que a raiz da opressão racial se encontra no capitalismo, na sociedade de classes e na exploração da maioria explorada pela minoria exploradora; que racismo e capitalismo são duas faces da mesma moeda. Defendeu

um movimento nacional por empregos, salários, vacinação universal e auxílio emergencial, correspondente ao salário mínimo do Dieese, assim como a bandeira de que, para responder à crise sanitária, política e econômica, é preciso ir às ruas, romper a passividade e a política de colaboração de classes.

O ato teve o mérito de convocar a maioria negra e explorada para uma atividade presencial, sob o método da ação direta. O ponto fraco esteve no boicote das correntes que acatam a política burguesa do isolamento social, o hipócrita discurso de defesa da vida, e se preparam para a próxima disputa eleitoral, e assim se recusaram a mobilizar suas bases para a atividade. A tarefa dos trabalhadores negros e brancos é exigir das correntes, centrais e movimentos a convocação imediata de um dia nacional de luta, com paralisações contra os ataques da burguesia e seus governos.

Natal

Ato foi de denúncia à chacina em Jacarezinho

O ato, chamado pela Coalizão Negra por Direitos, foi realizado na calçada do shopping Midway. Contou com cerca de 200 manifestantes, quebrando a passividade de meses, desde o ato pelo “Fora Bolsonaro”, em agosto de 2020, em que não se realizava um ato de rua com caráter político.

O ato contou basicamente com a juventude das organizações de esquerda, além do Movimento de Luta nos Bairros (MLB), que teve uma presença expressiva no ato. Estiveram ausentes, as representações dos sindicatos, confirmando sua conduta de submissão ao “fique em casa” da burguesia. Participaram o PCR (UP, UJR e Correnteza), MLB, algumas correntes internas do PT e do PSOL, PCB, PSTU e POR.

Nas intervenções, predominaram as denúncias sobre a violência policial sobre os negros e demais explorados, que vivem nos bairros pobres e favelas. A quase totalidade das correntes levantou a palavra de ordem do “Fora Bolsonaro”. A UJC (PCB) fez a defesa de uma polícia sob controle popular, e pela constituição do “poder popular”. O PSTU procurou radicali-

zar, dizendo não acreditar nas eleições, mas sim na revolução socialista, mas, concluiu com a bandeira eleitoreira do “Fora Bolsonaro, Mourão e sua corja”. Uma parte das falas colocou a necessidade de ir às ruas, uma vez que até mesmo em suas casas os explorados estão sendo mortos.

O POR atuou com manifesto, bandeiras, faixa e intervenção. Em sua fala, reforçou a importância do caráter presencial do ato; denunciou o massacre em Jacarezinho, como um retrato da barbárie capitalista, que se agiganta, e a burguesia só têm a oferecer a mortandade; colocou que, enquanto a juventude oprimida é exterminada nas favelas, a fração burguesa narcotraficante lucra em cima da degradação dos explorados; defendeu: o fim da polícia, constituição de comitês de autodefesa e armamento popular; tribunais populares, para apurar a chacina, e punir os crimes da burguesia e seu Estado policial; emprego a todos e salário mínimo vital, para defender a vida da juventude, por fim, defendeu um plano de emergência próprio dos explorados e a retomada das lutas presenciais nas ruas.

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Um balanço crítico do 1º de Maio

Duas posições opostas se colocaram, diante do Dia Internacional dos Trabalhadores, o 1º de Maio. Uma, que realizou atos presenciais; e outra, por meio de lives. As centrais sindicais, sem exceção, se limitaram a pronunciamentos virtuais. A CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB, Intersindical e CGTB formaram um bloco, em torno à bandeira *“1º de Maio pela vida, democracia, emprego, vacina para todos e auxílio emergencial de R\$ 600,00”*. E a CSP-Conlutas e a Intersindical – instrumento de luta – formaram outro, sob a bandeira *“1º do Maio classista, de luta e internacionalista, sem patrões e sem governo”*.

No bloco da CUT, participaram partidos como PT, PCdoB, PSOL, PDT, PSB e Solidariedade. Esse bloco contou com a presença de figuras como Lula, Dilma Rousseff, Fernando Henrique Cardoso, Guilherme Boulos, Juliano Medeiros e Ciro Gomes. É necessário esclarecer que existem duas organizações que se identificam como Intersindical. Eis por que constam nos dois blocos. As duas variantes, no entanto, estão vinculadas ao PSOL. Há que se observar que de fato a posição oficial foi representada pela Intersindical, que optou por se juntar ao bloco da CUT e Força Sindical, tanto é que o presidente do PSOL, Juliano Medeiros, e o ex-candidato a prefeito de São Paulo, Guilherme Boulos, discursaram ao lado de Lula, Fernando Henrique, Ciro Gomes, etc.

Um balanço rigoroso do 1º de Maio, obrigatoriamente, tem de estabelecer um denominador comum, e a diferença entre os dois blocos virtuais. O da CUT e Força Sindical se caracterizou claramente como bloco de conciliação de classes, colocando, lado a lado, homens como Fernando Henrique Cardoso, Ciro Gomes, Lula, Paulinho da Força e Sérgio Nobre. Esse bloco utilizou o 1º de Maio para se apresentar como oposição ao governo Bolsonaro, e para exibir possíveis candidatos opositores às eleições de 2022, ou então constituir uma frente ampla eleitoral. Paulinho da Força e do Solidariedade, logo no início da live, deixou absolutamente claro o sentido da *“unidade das centrais sindicais”* no 1º de Maio, que é a de *“construir uma força para preparar 2022, com a esquerda, com o centro e até com a direita civilizada”*. O PT, na voz de sua presidenta, Gleisi Hoffmann, exortou os presentes a colocarem de lado as *“diferenças ideológicas para a época da eleição, e trabalhar para tirar o inimigo do país do poder”*, evocando a bandeira do impeachment e do “Fora Bolsonaro”.

O Bloco da CSP-Conlutas e Intersindical – instrumento de luta – carregou as tintas no ataque à live da CUT e Força Sindical, no evidente fato de servir ao eleitoralismo e ao frentismo burguês. Nos vários pronunciamentos de sindicalistas e representantes partidários, prevaleceu a bandeira do “Fora Bolsonaro”, ora acrescida de “Fora Mourão”. Não poderiam deixar de ter em comum as denúncias das 400 mil mortes, e da responsabilidade de Bolsonaro pelo genocídio, bem como a reclamação sobre o desemprego e a fome. Nota-se, porém, que a coluna vertebral da live da CSP-Conlutas e Intersindical – instrumento de luta – foi a da crítica à live da CUT e Força Sindical, e à defesa da bandeira do “Fora Bolsonaro e Mourão”. Em meio a esse discurso, os oradores iam pontilhando com reivindicações do momento, como vacina para todos, auxílio emergencial de no mínimo de R\$ 600,00, etc. Em particular, o PSTU referiu-se ao isolamento social, valendo-se da bandeira da “greve geral sanitária”. Os expositores, ao se referi-

rem ao “Fora Bolsonaro”, ocultaram a bandeira do impeachment. Desconheceram que há uma íntima ligação entre impeachment e “Fora Bolsonaro”. Não se pode esquecer de que a CSP-Conlutas assinou o documento frentista com a CUT, Força Sindical, CTB e aliadas, em que tinha por bandeira essas duas formulações. Ao ocultar que o “Fora Bolsonaro” é apenas uma vestimenta do impeachment, sendo que o primeiro é a forma e o segundo o conteúdo, os pronunciamentos de todos os participantes compartilharam o terreno comum do oportunismo.

Como se pode observar, as duas lives têm diferenças, que não podem ser desconhecidas. A principal é que o bloco da CUT e Força Sindical se coloca inteiramente no campo da conciliação de classes; e o bloco CSP-Conlutas e Intersindical – instrumento de luta –, formalmente, rechaça o frentismo burguês. O problema está em que o ataque à composição burguesa do 1º de Maio virtual da CUT e Força Sindical se realizou por meio da crítica oportunista. Em sua base, está a defesa comum do bloco da CUT e Força Sindical e do bloco CSP-Conlutas e Intersindical – instrumento de luta – de que o 1º de Maio, obrigatoriamente, teria de ser virtual, para evitar aglomeração e contaminação.

Duas posições opostas se colocaram, diante do Dia Internacional dos Trabalhadores, o 1º de Maio. Uma, que realizou atos presenciais; e outra, por meio de lives.

A utilização da virtualidade em substituição ao método da ação direta, inevitavelmente, colocou os dois blocos no mesmo terreno da dependência das decisões governamentais sobre a pandemia, e suas consequências econômicas e sociais. As contradições em alguns dos pronunciamentos foram visíveis. O representante do PSTU procurou diferenciar a bandeira do “Fora Bolsonaro/Mourão” da do bloco do PT, PCdoB e PSOL, dizendo que se tratava de “derrubar agora Bolsonaro”. O militante do PSOL defendeu uma “ampla mobilização popular pelo Fora Bolsonaro”. O orador da Intersindical afirmou que “a luta é aqui e agora, e não para 2022”. E um franco atirador reconheceu que Bolsonaro “não foi derrubado, porque falta povo na rua”. Deixou de explicar por que não tem povo na rua. Certamente, como todos os demais oradores, tem em mente que o responsável é a Pandemia, e não a política de colaboração de classes do bloco CUT e Força Sindical, que foi tão corretamente denunciado. Está aí por que não se reconhece a responsabilidade das direções da CSP-Conlutas, Intersindical, PSTU e aliados, que se submeteram à política da passividade. Estampou-se a olhos vistos a virtualidade da orientação política, negando assim a convocação de assembleias, organização do 1º de Maio desde as bases e mobilização a fundo por ganhar as ruas. Do ponto de vista verbal, a live do bloco CSP-Conlutas e Intersindical – instrumento de luta –, em suas críticas, esteve no campo da independência de classe. Mas, do ponto de vista real, esteve no mesmo campo da política de colaboração de classes. A crítica que não se traduz em ação prática oculta o oportunismo. A CSP-Conlutas, Intersindical – instrumento de luta –, PSTU, agrupamentos do PSOL e Unidade Sindical (PCB), ou reconhecem que

suas críticas foram inofensivas e não rompem com a passividade, ou continuarão no mesmo terreno prático da política de colaboração de classes, que tem bloqueado a luta organizada do proletariado e dos demais trabalhadores.

É previsível que o bloco da CUT, Força Sindical, PT, PCdoB e PSOL vai caminhar a passos largos para as eleições presidenciais, tendo à frente a candidatura de Lula. Toda e qualquer pressão das massas para que as direções rompam a passividade será utilizada para armar a disputa eleitoral. As bandeiras do “Fora Bolsonaro” e impeachment sempre tiveram essa função. As correntes de esquerda que se enfileiraram por detrás delas seguem a estratégia do reformismo, de substituir um governo burguês em decomposição por outro. Não temos dúvida de que essa estratégia condicionou as posições da burocracia sindical, lideradas pela CUT e Força Sindical, diante da Pandemia e das disputas interburguesas entre os governadores e o governo federal. E, por sua vez, as direções da CSP-Conlutas e do PSTU se mostraram incapazes de desenvolver uma linha política oposta à do reformismo, refletindo, sem atenuantes, a política centrista. Eis por que se viram obrigadas a se manter refugiadas no mundo da virtualidade, seguindo os passos e os argumentos da burocracia reformista e direitista, de que ir às ruas era expor as massas à pandemia.

A virtualidade dos dois blocos deixou um vazio político no 1º de Maio, que foi ocupado pela direita bolsonarista. Enquanto as centrais e os vários partidos, do reformismo ao centrismo, seguravam os trabalhadores em casa, a direita levantava cartazes nas ruas, em favor do golpe militar e de caça aos comunistas. A burguesia, há muito, vem utilizando-se das festividades para desfigurar o 1º de Maio como um momento em que os explorados retomam os elos da luta de classes que deu origem ao Dia Internacional dos Trabalhadores. É bom lembrar que, em 1968, em plena ditadura militar, a vanguarda revolucionária rompeu o ato do governador paulista, Abreu Sodré, ocupando a Praça da Sé. Agora, as centrais permitiram que a direita bolsonarista utilizasse o 1º de Maio, que ocorria em meio a uma das maiores crises dos últimos tempos, para defender nas ruas o presidente fascizante, enquanto os dois blocos discursavam nas lives sobre o “Fora Bolsonaro”.

O 1º de Maio presencial convocado por uma frente de esquerda teve de ser transferido, da Av. Paulista para a Praça da Sé. O governador João Doria a entregou aos bolsonaristas, e interditou a manifestação da frente de esquerda, que não teve força para reagir à decisão antidemocrática e antioperária de Doria. O importante foi que se realizou o 1º de Maio presencial, contraposto ao 1º de Maio das lives, e à intervenção dos bolsonaristas. Em outros estados, como Ceará e Pernambuco, a frente de esquerda também realizou o 1º de Maio presencial. No Ceará, o governador do PT, Camilo Santana, enviou a polícia para dispersar o 1º de Maio. Essa ação reacionária equivale à de Doria, que entregou a Av. Paulista aos bolsonaristas. Embora pequenos e ultraminoritários, os três atos se distinguiram pela defesa da retomada dos métodos da ação direta e do rompimento da passividade.

É obrigatório, no entanto, assinalar no balanço a fragilidade política, que não diz respeito à sua pequena força, mas sim à própria orientação política. O ato da Praça da Sé foi concebido e conduzido pelo PCO, embora fosse convocado também por uma frente de esquerda, impulsionada pelo POR, FOB e LOI. O PCO usou do seu aparato para inviabilizar uma organização de fato

Um balanço crítico do 1º de Maio

frentista. Evidentemente, por estar em melhores condições para a organização do ato, é explicável a hegemonia. O que não é explicável é a exclusão das demais forças na sua organização e definição do conteúdo político, bem como da disciplina revolucionária. O objetivo da convocação do ato presencial não foi comum. Diferença que não pôde ficar bem explicitada. PCO teve como centro de seu 1º de Maio a defesa da candidatura de Lula. E se valeu da festividade para dar um tom flácido ao ato. Festividade que o POR vem combatendo constantemente no 1º de Maio organizado pela burocracia e pelos grupos centristas. A frente de esquerda foi contra o objetivo do PCO e a forma festiva. Defendeu que a tarefa do 1º de Maio era a de levantar o programa de emergência próprio dos trabalhadores e as formas de luta direta. Por aí, se romperia o bloqueio da burocracia sindical, e se recuperariam as forças organizadas da classe operária, para lutar contra a burguesia e seus governos, única via de se defender diante da pandemia e das consequências econômicas.

A estratégia de PCO para o 1º de Maio estava de acordo com a do PT e dos seus aliados. A diferença estava em que a live do bloco CUT e Força Sindical se dirigia a constituir uma frente com partidos da burguesia, em torno à Lula. PCO exortou no 1º de Maio por uma frente de esquerda, sob o comando de Lula, para as eleições. A crítica ao refúgio virtual das centrais e do PT estava em que se perdia a oportunidade do 1º de Maio para se lançar a candidatura de Lula. Essa posição inviabilizou a constituição de uma frente de esquerda que convocasse o 1º de Maio presencial da Praça da Sé. O que ocorreu foi uma intervenção da frente de esquerda, POR, FOB e LOI, no ato controlado pelo PCO. A passeata dessa frente, que saiu do Teatro Municipal à Praça da Sé, e a sua participação organizada, definiram dois 1º de Maio em um mesmo espaço: de um lado, PCO com sua estratégia eleitoral; de outro, a frente de esquerda, com as reivindicações e o método de luta. Em particular, o POR compareceu vinculando o programa de emergência e o método da ação direta com a estratégia revolucionária do governo operário e camponês. O pronunciamento do POR na tribuna do 1º de Maio na Praça da Sé expressou o conteúdo e as bandeiras da frente de esquerda, bem como, em particular, a estratégia própria de poder do proletariado. Há ainda que reconhecer o fato de que o significado do 1º de Maio na Praça da Sé não foi o de lançar a candidatura de Lula. Nesse sentido, PCO fracassou em seu objetivo. O lugar do 1º de Maio na Praça da Sé foi o de se opor e se distinguir dos blocos virtuais, que capitularam diante da pressão da burguesia e dos governantes, para que a classe operária não se levantasse e não se levante contra a sua incapacidade de defender a maioria oprimida, atingida pela Pandemia, e contra a sua política de descarregar a crise econômica sobre as massas.

Esse balanço é dirigido aos explorados e, em especial, à vanguarda, que caminha no sentido da luta revolucionária do proletariado. Neste 1º de Maio, a sua organização presencial preservou os fundamentos programáticos, a tática e a estratégia da classe operária, na forma de resistência à passividade e à colaboração de classes. Aí esteve presente o conteúdo da bandeira do 1º de Maio presencial, operário, socialista e internacionalista.

Abaixo a impostura do 1º de Maio virtual das centrais!

Viva o 1º de Maio presencial da Praça da Sé!

1º de Maio no Mundo

Retomada da luta de classes

O 1º de Maio deste ano não foi apenas mais um dia de festejos, palestras e comemorações virtuais, que caracterizam o ano de 2020. Em diversos países, revoltados contra a incapacidade da burguesia de protegê-los dos estragos da pandemia e da crise econômica, superando o imobilismo de suas direções sindicais e políticas tradicionais, os oprimidos vêm rompendo a paralisia. Impuseram com a ação coletiva de massas um Dia Internacional do Trabalhador de luta e protestos.

Um marco para a retomada das forças operárias e populares

Ásia

Na Indonésia, milhares de manifestantes saíram às ruas, em mais de 200 cidades, exigindo a retirada do projeto de Reforma Trabalhista, que reduz a indenização por demissões, agrava a precarização do trabalho, e limita a contratação da força de trabalho imigrante. Nas Filipinas, uma multidão reuniu-se em protesto, reclamando um auxílio emergencial aos desempregados e miseráveis, aumento de salários e vacinação universal. Em Mianmar, o 1º de Maio constituiu mais um elo do levante operário e popular contra a ditadura militar, que se apossou do poder em 1º de fevereiro. Abriu-se, agora, a via da guerra civil. Grupos étnicos armados apoiam o movimento de massas, e confluíram em uma frente para combater a ditadura militar. O que coloca em rota de colisão a maioria nacional oprimida contra os golpistas e o regime burguês em desagregação.

Europa

Na Alemanha, dezenas de milhares de manifestantes exigiram a redução de aluguéis e ampliação do seguro-desemprego. Na Espanha, houve protestos em 70 cidades, reivindicando aumento do salário-mínimo e a revogação da Reforma Trabalhista. Na Itália, as manifestações reivindicaram a vacinação universal e o fim das privatizações. Na Inglaterra, as massas marcharam, exigindo a retirada do projeto de Lei que restringe a liberdade de organização e expressão, e outorga poderes ditatoriais à polícia. Na França, mais de 170 mil trabalhadores tomaram as ruas, e enfrentaram a repressão em defesa dos empregos e do seguro-desemprego, um plano assistencial para pobres e miseráveis e a revogação da “Lei de Segurança Global”, que visa a erguer o estado de exceção contra as manifestações e as minorias (nacionais, religiosas e étnicas).

América Latina

A América Latina submergiu em uma das piores tragédias sociais e políticas de toda a sua história. O desemprego atingiu 20% da população. 58% dos empregados estão afundados na terceirização ou no subemprego. Mais de 50% da população latino-americana acha-se abaixo da linha da pobreza. Os 910 mil mortos pelo Covid-19, sendo mais de 400 mil apenas no Brasil, completam esse quadro de desagregação social. São essas condições que fazem da região um dos palcos mais convulsivos da nova etapa da luta de classes, como se verifica na Colômbia.

No México, manifestantes exigiram o fim das contrarreformas, proteção social estendida aos desempregados, não pagamento da dívida externa e a vacinação imediata para todos. Em Honduras, a “vacinação em massa” e medidas de proteção aos empregos, salários e direitos.

No Panamá, os protestos exigiram a anulação da Reforma Trabalhista (em debate no Congresso), que destrói direitos, implementa cortes nas pensões, redução das aposentadorias e precarização em larga escala. Na Venezuela, sindicatos e movimentos marcharam por aumento salarial, melhores condições trabalhistas e vacinação para todos. No Paraguai, as manifestações ergueram as palavras de ordem de defesa dos empregos, vacinação universal e proteção aos desempregados.

Colômbia: um marco da luta de classes

Na Colômbia, não houve festejos, comemorações ou palestras virtuais que pudessem se sobrepor à irrupção das tendências mais profundas da luta de classes. Desde 28 de abril, quando foi declarada a greve contra a reforma Tributária do governo Duque, as massas não abandonaram as ruas, nem pararam de enfrentar a repressão e o terrorismo de Estado, que resultou no assassinato de 37 manifestantes, violência sexual contra dezenas de ativistas mulheres, centenas de feridos graves, mais de 800 presos e 89 desaparecidos pelo aparelho policial e militar.

Eis por que a atitude das centrais sindicais de insistirem em manter os atos virtuais, enquanto as massas em luta criavam as condições de uma greve política nacional e sofriam, ao mesmo tempo, o brutal terrorismo paramilitar e estatal, configurou uma traição criminosa. Por sua vez, o Comitê Nacional de Greve (CNG), sob as direções sindicais reformistas e organizações democratizantes, e que objetiva se apoiar nas mobilizações de massas para procurar uma saída negociada com o governo, demonstraram-se incapazes de conter a radicalização dos oprimidos.

A auto convocatória e massificação dos protestos se contrapuseram ao imobilismo, subserviência e covardia política de suas direções. Foi assim que o Dia Internacional do Trabalhador na Colômbia achou operários, camponeses, indígenas, funcionalismo, juventude e demais oprimidos traduzindo na linguagem das barricadas os princípios e métodos de um 1º de Maio de luta.

Direções sindicais, na contramão do movimento operário e popular

A esmagadora maioria das direções sindicais burguesas e pequeno-burguesas trancafou o 1º de Maio no mundo virtual. Em alguns países, porém, as direções sindicais foram obrigadas a limpar o pó de suas bandeiras, e destravar os aparatos (completamente enferrujados durante a pandemia), empurradas pelas manifestações.

Ocorre que as direções não têm como manter represadas por muito tempo as forças subterrâneas da luta de classe. Nas ruas, com ação direta e suas reivindicações, as massas vêm fazendo a experiência com a traição da burocracia sindical. Mas, a ausência ou extrema fraqueza de sua direção revolucionária impede

consumar e levar até o final a ruptura com as direções venais e covardes. O que, por sua vez, abre caminho a ação mais ousada da ultradireita.

No Brasil, a direita bolsonarista ocupou as ruas, clamando pelo golpe militar e “caça aos comunistas”. Na Alemanha, as mobilizações das correntes da ultradireita nazista antagonizaram as mobilizações de operários e populares. Na Colômbia, foi o governo assassino, paramilitar e narcotraficante de Duque que liderou a ofensiva ultradireitista contra as massas. Eis como o vazio político, criado pelas traições das burocracias e pela crise de direção revolucionária, favoreceu, na maioria dos países, a negação de um 1º de Maio de luta e internacionalista. O fundamental, no entanto, foram as manifestações que romperam a camisa de força da contenção da luta de classes, destacando na América Latina o levante das massas colombianas.

Apesar do muro de contenção, levantado pelos governos e pelas direções traidoras, o 1º de Maio não deixou de expor as profundas tendências de luta das massas. Em meio ao aumento dos contágios e mortes, da fome e miséria, prevaleceu na Colômbia o instinto de revolta. Não há dúvida de que serviu de termômetro ao descontentamento dos explorados latino-americanos.

Atuação das seções nacionais do CERQUI

As seções do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI) trabalharam por unificar as correntes e os partidos, organizando atos de 1º de Maio presenciais, de luta, classistas e internacionalistas. No Brasil e na Argentina, participaram disciplinadamente em atos organizados por diferentes correntes, erguendo as bandeiras, o programa e os métodos da luta de classes.

Na Bolívia, o POR convocou atos em defesa da estratégia da revolução e ditadura proletárias, resgatando o papel da Assembleia Popular, constituída em 1º de Maio de 1971, erguida pelos oprimidos bolivianos como base da organização de massas para a conquista do poder e do governo operário e camponês.

Destacou-se o ato de Neuquén (Argentina), que expressou heroica greve de 60 dias dos trabalhadores da saúde. Expressou a força das assembleias autoconvocadas, que superaram as direções, e tomaram em suas mãos a greve. Expressou a força dos bloqueios de rodovias, paralisando a produção de petróleo e o turismo. Expressou ainda a solidariedade ativa de professores, funcionalismo público, operários do petróleo, assalariados do transporte e juventude oprimida que rodearam e apoiaram o conflito, impedindo desse modo que a repressão policial fosse desfechada.

O CERQUI entende esses avanços como um passo na conquista da independência de classe e trabalha no seio dos movimentos e lutas, objetivando recuperar as forças operárias e populares.

Ação instintiva das massas e crise de direção revolucionária

Apesar do muro de contenção, levantado pelos governos e pelas direções traidoras, o 1º de Maio não deixou de expor as profundas tendências de luta das massas. Em meio ao aumento dos

1º de Maio no mundo

contágios e mortes, da fome e miséria, prevaleceu na Colômbia o instinto de revolta. Não há dúvida de que serviu de termômetro ao descontentamento dos explorados latino-americanos.

As direções, que se trancaram sob sete chaves, recorreram à virtualidade e desarmaram organizativa e ideologicamente os explorados, estão cientes de que não terão como travar e limitar, por muito tempo, os movimentos e greves, que explodem por toda a parte. No Brasil, onde mais força de contenção foi aplicada pelas centrais, sem exceção, o 1º de Maio teve como antecedente a traição das direções à luta dos metalúrgicos contra o fechamento da Ford, da LG, Blue Tech, 3C e Sun Tech. O bloco das principais centrais, liderado pela CUT, se valeu da grave situação de fechamento de fábricas, de aumento do desemprego, avanço da fome e agravamento da pandemia para assinalar o caminho eleitoral. E o bloco minoritário constituído pela CSP-Conlutas se limitou à demagogia trabalhista, e se mostrou submissa à política burguesa do isolamento social. Os dois blocos impediram que os explorados comessem a reagir diante da trágica situação.

Essa contradição traz à superfície o choque entre duas orientações políticas e métodos de luta das classes antagônicas da sociedade: o proletariado e a burguesia. Embora não compareçam aos olhos dos explorados e demais oprimidos de forma tão clara e precisa. O fundamental, porém, reside em compreender que as massas procuram instintivamente um programa e uma via de ação que lhes permitam enfrentar e derrotar a ofensiva da burguesia e seus governos. É nessas condições que se abre uma via para superar a crise de sua direção revolucionária.

Tarefas da vanguarda

A vanguarda com consciência de classe tem por tarefa imediata expressar, em organização, métodos e táticas de luta, as tendências instintivas das massas, fazendo tudo ao seu alcance para que cada greve parcial e ato presencial sirvam ao objetivo de recuperar as forças da classe operária e dos demais oprimidos. Surgem ainda dos protestos, reivindicações e bandeiras comuns aos movimentos, que favorecem a formação de uma frente única dos explorados contra seus exploradores.

Há um terreno favorável para firmar as bases de um programa emergencial próprio dos explorados, que coloque em primeiro plano a defesa dos empregos, dos salários, dos direitos e da vacinação para todos, a começar pelos pobres e miseráveis. Porém, para que essas palavras de ordem encarnem em organização e força social entre os oprimidos, se deve lutar pela convocatória imediata as assembleias presenciais e a formação de comitês unitários de mobilização, de empregados e desempregados, para convocar novas manifestações e impulsionar paralisações. A bandeira de um Dia Nacional de Luta, ativo, com paralisações e manifestações, permanece vigente. Trata-se de potenciá-la com a propaganda e agitação.

Trata-se de a vanguarda impulsionar a tendência de ruptura da paralisia e à ação coletiva das massas, erguendo bem alto nas manifestações e lutas dos explorados a estratégia do governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado. É assim que se dará um passo decidido e seguro para forjar e fortalecer o partido marxista-leninista-trotskista, como parte da luta pela reconstrução da direção revolucionária mundial, a IV Internacional.

São Paulo**Pronunciamento do POR
no ato da Praça da Sé**

Trabalhadores e juventude,

Ninguém mais do que nós sente a dor dos 400 mil que morreram com a pandemia. Ninguém mais do que nós sofre com a perda do emprego, com o avanço da miséria e da fome. Ninguém mais do que nós sofre com a situação de perda de direitos imposta pelo governo Bolsonaro, Doria e Covas. O governador Doria vem com a ladainha de que é preciso seguir o isolamento social. Bolsonaro e sua camarilha de militares fascizantes chamam os pobres e oprimidos a rejeitar a orientação de Doria e de seus asseclas.

Enquanto persiste essa disputa interburguesa, os oprimidos do país vivem à mingua, sofrem com o desemprego e com a miséria, com os hospitais superlotados e com a falta de oxigênio. A situação que a gente vive é extremamente grave. Enquanto isso, no 1º de Maio, dia de luta histórico dos trabalhadores, as centrais sindicais se prestam ao enorme desserviço de fazer uma celebração, como se houvesse o que comemorar, pela via virtual. Se o nome disso não é traição, não sei mais o que é. O papel das direções sindicais e das organiza-

ções políticas dos explorados devia ser completamente diferente deste. Era para, neste 1º de Maio, os trabalhadores e a juventude oprimida estarem unidos, tomando as ruas desse país. Está mais do que na hora de unir os empregados, os desempregados, a juventude oprimida, o funcionalismo público e o conjunto dos explorados do país para lutar.

Nós, companheiros, do Partido Operário Revolucionário, estamos participando deste ato por uma única razão: porque é preciso lutar e porque é preciso preservar o método de luta da classe operária. É necessário lutar e exigir das centrais sindicais que ergam a luta presencial. É uma vergonha ver as centrais sindicais abrigadas no mundo da virtualidade. É uma vergonha ver as organizações políticas da esquerda escondidas em suas casas.

O momento em que a gente vive é grave e é preciso erguer a luta por um programa de emergência próprio dos explorados. Ganhar as ruas imediatamente pela vacinação de toda a população, a começar pelos pobres e miseráveis. É mais do que urgente que as centrais sindicais chamem um Dia Nacional de

Luta, em defesa dos empregos, dos salários, dos direitos, da saúde pública e pela vacinação universal.

Nós, do Partido Operário Revolucionário, comparecemos a este ato para rechaçar a passividade criminosa das centrais sindicais. Não às disputas eleitorais por cima dos cadáveres da pandemia! Não é o momento de lançar candidaturas! Não é o momento de lançar frentes eleitorais! A nossa luta é nas ruas!

Temos de enfrentar o governo militarista e fascizante de Bolsonaro com um programa de emergência próprio e com a estratégia de poder do proletariado. É preciso unir as reivindicações mais sentidas, de emprego, salário, direitos, saúde pública e vacinação para todos, com a estratégia própria de poder, por um governo operário e camponês, em defesa do socialismo, em defesa da expropriação da burguesia, em defesa da luta internacionalista.

Viva o 1º de Maio!
Viva a classe operária!
Viva a revolução!
Viva o socialismo!

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Paraná

Balanço do 1º de maio

Neste 1º de maio, as centrais e os sindicatos no Paraná mantiveram a sua política imobilista, e se recusaram a organizar os trabalhadores, que sofrem pesadas derrotas e agressões às suas condições de vida e trabalho. Limitaram-se a fazer lives e postagens nas redes sociais, exigindo a vacina, ou algumas carreatas.

Os sindicatos docentes das universidades sequer responderam à convocação do POR “Chamado do POR às centrais, sindicatos, movimentos e partidos, que se reivindicam da luta dos trabalhadores” de 11 de abril 2021, chegando a provocar, internamente, comentários de que seria uma proposta “genocida”.

A maior celebração foi uma carreata, método empregado normalmente pela direita bolsonarista. Essa carreata “solidária das centrais sindicais” em Curitiba, pedia “vacinação para todos, mais empregos, auxílio-emergencial de R\$ 600, e o Fora Bolsonaro”. As centrais sindicais também realizaram uma coleta de alimentos e materiais de higiene para doação às famílias “carentes”. Ou seja, organizar a classe para lutar nem pensar, mas assistencialismo eleitoral, sim.

Em Londrina, um grupo que reúne movimentos sociais e sindicatos da cidade afixaram faixas, exigindo vacinação na frente do Hospital Universitário, e divulgaram uma carta em solidariedade aos trabalhadores da Vikstar – terceirizada da Vivo (que ameaça a demissão em massa), que possui grande centro de atendimento na

cidade. O Comitê pelo Passe-livre fez uma panfletagem na garagem e no terminal, ressaltando as greves que motoristas de várias cidades do Paraná vêm protagonizando, como o caminho a ser seguido pela classe. Um grupo de servidores da Prefeitura se juntou e organizou afixação de faixas em prédios municipais, exigindo vacinação e melhores condições de trabalho para os trabalhadores que atendem diretamente usuários.

Em Maringá, teve a panfletagem de um jornal elaborado por uma fração do PSOL, que criara recentemente uma Associação Beneficente em conjunto com padres e freiras, para arrecadar doações e “enfrentar o desemprego e a carestia”.

De outro lado, assistimos, em todas as grandes cidades paranaenses, manifestações pró-governo Bolsonaro. Com grande número de pessoas em Curitiba, Londrina, Maringá e Foz do Iguaçu, os bolsonaristas apoiaram as medidas governistas em relação à Pandemia.

Predominou, assim, além da postura francamente imobilista de sindicatos e centrais, o surgimento de algumas iniciativas tentando romper essa situação, porém, adotando uma perspectiva assistencialista e eleitoral.

Reproduzimos abaixo algumas passagens do Boletim Comitê pelo Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo de Londrina

Por um primeiro de maio de Luta!

Trabalhadores do transporte mostraram o caminho!

Neste 1º de maio, em que oficialmente já se ultrapassaram mais de 400 mil mortos pela Covid, e mais de 14 milhões de desempregados, em que os trabalhadores são obrigados a se amontoarem nos ônibus para ir trabalhar, correndo o risco de se contaminar, ou então se deixar morrer de fome, o Comitê pelo Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo de Londrina manifesta sua solidariedade aos trabalhadores que lutam contra a exploração patronal, utilizando os métodos próprios da classe, a ação direta, a greve e as manifestações. Denunciamos as centrais sindicais e sindicatos que aderiram à falida estratégia burguesa de iso-

lamento social, que não isolou os trabalhadores ao ponto de serem a imensa maioria vítimas da pandemia. O suposto isolamento social não resolveu a propagação do vírus, mas manteve os trabalhadores no Brasil inteiro, isolados, imobilizados, passivos, perdendo seus empregos, reduzindo seus salários ou mendigando um miserável auxílio emergencial.(...)

Agora, no início deste ano, motoristas de ônibus aqui em Londrina, em Maringá, Foz do Iguaçu e São José dos Pinhais deflagraram greves e paralisações para reivindicar seus salários atrasados, contrato coletivo e outras reivindicações. A conquista, ainda que parcial, de suas

reivindicações, confirma que os trabalhadores só podem confiar nas suas próprias forças, nos seus métodos, na sua própria organização. (...) Neste 1º de maio, chamamos a juventude oprimida e aos trabalhadores a se organizarem por um programa emergencial que incluía: o enfrentamento do desemprego, o subemprego e a informalidade; levantar a bandeira de erradicação da miséria e da fome; exigir a vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis, e o abastecimento de remédios e componentes necessários à UTI; concentrar toda a capacidade econômica e humana no combate à pandemia, e na defesa da população.



Rio Grande do Norte

POR realiza plenária presencial no Dia Internacional dos Trabalhadores

No dia 1º de Maio, o POR realizou em Natal uma plenária presencial, com leitura e discussão sobre o manifesto nacional do POR e o manifesto internacional do CERQUI sobre o Dia Internacional dos Trabalhadores.

A partir da leitura do manifesto nacional, discutiu-se sobre o problema da Pandemia e como se trata, antes de tudo, de um problema de classe, uma vez que recai com maior peso sobre os explorados. Discutiu-se também sobre a disputa interburguesa entre os bolsonaristas, de um lado, e os governadores de outro, e como que os explorados são arrastados por esta disputa, uma vez que carecem de uma política própria de independência de classe. Destacou-se o papel os partidos e organizações reformistas e centristas, que se reivindicam dos explorados, de se terem submetido à política burguesa do “fique em casa”, e contribuído para manter as massas na passividade, diante da tamanha tragédia sanitária, econômica e social. Discutiu-se a vigência da necessidade de que a classe operária e demais explorados constituam um plano emergencial próprio, por meio das assembleias de base, a ser defendido por meio da ação direta nas ruas.

Com a leitura do manifesto internacional do CERQUI, foi dis-

cutido o caráter internacional do 1º de Maio, e sua origem na luta dos operários de Chicago, em 1886, pela jornada de 8 horas, que se tornou uma bandeira da classe operária internacional. O 1º de Maio passou a ser, historicamente, um dia de referência de luta para a classe operária, para tomar as ruas e lutar pelas reivindicações. Atualmente, vemos como as esquerdas reformistas e a burocracia sindical abdicam das ruas e substituem por ações virtuais inócuas.

Discutiu-se também o fato de já existirem avanços científicos capazes de conter, ou ao menos diminuir, os efeitos da pandemia sobre os explorados, mas que não podem ser implementados de forma generalizada, uma vez que a burguesia não é capaz de cortar nos seus lucros. O capitalismo, em sua fase monopolista de decomposição, só tende a potencializar a guerra comercial, as tendências bélicas, a fome e a miséria. Para isso, é necessário superar a crise de direção revolucionária, e reconstruir a IV Internacional como Partido Mundial da Revolução Socialista.

A plenária concluiu com o informe das atividades desenvolvidas pelo POR e com um Viva ao 1º de Maio presencial, combativo, socialista e internacionalista!

Recife

1º de Maio presencial

Na capital pernambucana, o 1º de Maio foi marcado pela ausência dos sindicatos, das centrais sindicais, entidades estudantis e movimentos sociais, que se subordinaram à política burguesa do isolamento social. A organização do 1º de Maio presencial partiu do Comitê Classista de Lutas (CCL). Apesar do amplo convite, participaram da construção e divulgação do Ato, apenas a CPE-POR, o MPL-Grande Recife, o MLPC-PE, o Mov. PPGE-UFPE na luta e integrantes do PCB.

As atividades aconteceram em dois dias, sendo a primeira no dia 30 de abril, na Estação Recife, e a segunda ocorreu no dia 1º de Maio, no mesmo local. No primeiro dia de atividades, houve panfletagem e agitação com chamado ao 1º de Maio presencial, mais de 4 mil panfletos foram distribuídos, e as agitações foram feitas em caixa de som com propaganda da bandeira “Retomar as lutas presenciais por emprego, salários, moradia, transporte, educação e vacina para todos, começando pelos pobres e miseráveis”. A dinâmica de atividades do 1º de Maio aconteceu com panfletagem; com falas de denúncia sobre a ausência das centrais, sindicatos e movi-



mentos sociais na construção do 1º de Maio presencial e de propaganda das bandeiras de luta, com falas abertas. As falas do POR destacaram a necessidade de um plano emergencial que de fato defenda a vida da maioria explorada, partindo da luta por empregos (escala móvel das horas de trabalho) e salários (mínimo vital, com escala móvel de salários). Destacamos também o caráter histórico e internacionalista da luta proletária, denunciando o papel do imperialismo no saque dos países semicolo-

niais, e na negação da aplicação da ciência, ao conter a vacinação em nome dos lucros dos monopólios. A fala de integrantes do PCB se centrou na explicação de por que consideram Bolsonaro genocida, denotando alinhamento com a argumentação que fundamenta a CPI do Senado. A fala do MPL ressaltou a necessidade de não haver ilusão em mudanças pela via eleitoral. Ao final do ato, o hino da Internacional foi reproduzido na caixa de som, e cantado por aqueles que acompanhavam a atividade,

para recuperar o sentido do dia internacional dos trabalhadores, bem como para denunciar a exploração da burguesia.

Ao final, estava prevista a realização da XI plenária do CCL, houve uma breve avaliação do ato e proposições para a próxima plenária. Nos dias das atividades do 1º de Maio, o POR montou uma banca de materiais propagandísticos das ideias revolucionárias, e divulgamos o manifesto do POR e CERQUI.

A importância da atividade foi a de ter se contraposto à política burguesa do isolamento social, caracterizada pelo imobilismo frente aos ataques da burguesia. O ato afirmou que não se deve bloquear a luta presencial e combativa, colocando-se contrariamente às imposições das burocracias sindicais. No 1º de Maio, o MST fez uma ação de grande impacto visual, em uma ponte do centro do Recife, com os dizeres “Vacina no braço e comida no prato”, fazendo desenhos com toneladas de alimentos que seriam doados. A medida, porém, não trazia o chamado para a retomada das lutas presenciais, apenas expressou o complemento assistencial da política burguesa do isolamento social.

O POR dedicou grande esforço à campanha em torno do 1º de Maio classista e de luta. Fez ampla divulgação do ato, com distribuição do Boletim Nossa Classe na garagem da empresa Vera Cruz e na fábrica da Kibon; realizou colagem de cartazes e pichações na região metropolitana do Recife, em corredores industriais

e bairros operários em Jaboatão e Abreu e Lima. A militância se empenhou na campanha pelo autofinanciamento da atividade, encontrando mais apoio de simpatizantes do que de sindicatos. Participamos da reunião da diretoria do sindicato dos metroviários (CUT), fazendo o chamado à construção do ato. Na reunião, um representante da Conlutas fez uma análise de conjuntura, criticando a falta de independência de classe do ato da CUT. Indicamos que o problema não era fazer a “live” mais revolucionária, uma vez que “live” nenhuma é capaz de garantir os empregos, salários e vacinas, e muito menos derrubar o governo. Como a pauta dos metroviários continha a apreciação da “greve sanitária”, também indicamos o problema do boicote individual e a necessidade dos métodos históricos das greves, piquetes e atos massivos. Diante da ameaça da privatização dos metrô, mostramos a necessidade da unidade com outros setores, mostrando como foi fundamental, para a derrota da greve dos Correios, o isolamento imposto pelas centrais. Apesar de algumas manifestações individuais de simpatia com nossa análise, predominou a orientação da direção sindical (PCdoB, PT e PSOL).

O significado histórico do 1º de Maio viveu, no Recife, no pequeno ato impulsionado pelo POR, e na campanha que fizemos nos muros, sindicatos e porta de fábrica.

Declaração do POR – Regional Ceará

Balanço dos atos de 1º de Maio em Fortaleza

02 de maio de 2021



Centrais se recusam a convocar os explorados às ruas e realizam atos virtuais

Com o chamado: “1º de maio solidário, por emprego, renda, cidadania, democracia, justiça e vacina a todos e todas”, foi realizado o 1º de Maio virtual da CUT/CTB/

Frente Brasil Popular/Travessia. O ato foi transmitido pelas redes sociais com ênfase na programação cultural. Como esperado, teve caráter eleitoral e seguiu a linha de colaboração de classes. O ato da CUT/CTB arrastou a parcela mais à direita dentro do Psol (que compõe o Travessia) e voltou suas energias, a des-

gastar eleitoralmente Bolsonaro.

O ato virtual sequer serviu para denunciar os ataques de Camilo ao magistério (como na questão do arrocho salarial), ou a destruição da previdência municipal por José Sarto/PDT. Ainda menos serventia teve como ponto de partida para organizar um movimento geral dos explorados contra a brutal exploração capitalistas, a destruição dos empregos etc. A razão esteve no fato de se colocarem no mesmo terreno dos partidos burgueses (“frente ampla”) e canalizarem a revolta das massas para 2022.

Alegando defender um 1º de maio classista, a Conlutas e a Intersindical organizaram, por sua vez, seu próprio ato virtual do dia do trabalho. Criticaram a linha colaboracionista da frente ampla para 2022 buscada pela CUT/PT e defenderam a bandeira de “quarentena geral pra valer já!”. A Conlutas, que tem participado ativamente dos atos dos motoristas nos terminais de ônibus contra a contaminação, foi incapaz de chamar os rodoviários a expressarem sua indignação num grande ato presencial, que



fortalecesse a luta da categoria por sua reivindicação de vacinação imediata. O ato da esquerda centrista revelou a capitulação diante das disputas interburguesas, em especial quanto à aplicação do isolamento social.

Não faltaram, igualmente, pequenos atos virtuais, a exemplo do realizado por grupos e coleti-

vos acadêmicos. O que unifica esses diferentes setores é, sem dúvida, a subordinação à política burguesa do isolamento social; sua rejeição à mobilização dos explorados nas ruas com os métodos próprios da classe operária. Não à toa, repudiam as correntes que o fazem como “negacionistas”.

Ato presencial na serrinha mostrou o Caminho da resistência à traição das centrais

Apenas o 1º de maio presencial, organizado pelo POR, FOB, GEAP e Coletivo Carcará colocou-se de fato no campo da independência de classe, isto é, pela defesa de um programa próprio dos explorados para enfrentar as crises econômicas e pandêmicas. A Importância deste ato esteve em se contrapor frontalmente à conduta traidora das centrais e correntes de esquerda, que se refugiaram no mundo virtual. No momento em que avança rapidamente a deterioração das condições de vida das massas e os capitalistas impõem mais privatizações, esmagamento salarial, fechamento de fábricas e o aumento do desemprego, era preciso reagir com atos nacionais massivos, nas ruas, convocados pelas centrais e sindicatos. O ato organizado pelas quatro correntes indicou que, por menor que seja a vanguarda combativa, não se pode tolerar

o bloqueio à luta, imposto pelas burocracias sindicais.

Mais uma vez, PM de Camilo/PT age contra manifestantes

A atividade realizada na praça da serrinha foi preparada com antecedência pelas organizações e divulgada amplamente por meio das redes sociais e colagem de cartazes em alguns bairros. Teve de enfrentar, de um lado, o boicote e a campanha de medo difundida pela esquerda legalizada, quanto ao risco de contaminação; de outro, a ação policial do governador Camilo Santana. No caso desta última, alegando a vigência do decreto de Lockdown nos fins de semana, a polícia exigiu a dispersão dos manifestantes logo que o ato teve início. Dada a ausência de correlação de forças, o ato teve de ser encerrado após uma hora.

Não houve sur-presa no envio de viaturas e até de contingentes do CO-TAM contra uma pequena manifestação da vanguarda. Ano passado, Camilo agiu com tru-culência ao impedir a manifestação das esquerdas na Praça Portugal. Os organizadores do 1º de Maio sabiam dos riscos de convocar um ato presencial numa área de grande circulação. Mas não podiam se furtar a fazê-lo, ainda que fosse alvo da PM em seus primeiros minutos; Qualquer outra posição equivaleria à capitulação diante do decreto do governo.

Avançar a construção de uma Frente Única de luta

A organização do 1º de maio presencial na Serrinha, apesar da repressão do governo, foi um importante conquista. Sinaliza a possibilidade concreta de reunir uma pequena parte da vanguarda



A organização do 1º de maio presencial na Serrinha, apesar da repressão do governo, foi um importante conquista. Sinaliza a possibilidade concreta de reunir uma pequena parte da vanguarda combativa e avançar a construção de uma Frente Única de luta em defesa dos empregos, salários, direitos e saúde a todos

combativa e avançar a construção de uma Frente Única de luta em defesa dos empregos, salários, direitos e saúde a todos. O POR interveio no ato unificado com falas, faixas, bandeira e um manifesto próprio. A propaganda das ideias revolucionárias, a luta em torno das reivindicações concretas dos explorados e a exigência de que as centrais rompam com a política de colaboração de classes deve guiar todo o trabalho no seio das massas. É dessa forma que o POR luta por construir o partido marxista-leninista-trotskista no Brasil e reconstruir a IV Internacional.

Política Operária

Que as centrais e sindicatos rompam a passividade Que convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta

As direções das centrais e dos sindicatos continuam com os braços cruzados, vendo a desgraça atingir a classe operária e os demais trabalhadores. Continuam fazendo discursos virtuais, por meio de lives. Enquanto isso, a realidade concreta é a dos hospitais lotados, falta de remédios, mortes crescendo, e vacinação a contagotas. Isso, de um lado. De outro, continuam o fechamento de fábricas, demissões em alta, e avanço da pobreza, miséria e fome. O governo Bolsonaro continua pagando um auxílio emergencial de fome, baixando Medidas Provisórias de redução de salários e suspensão de contratos, e privatizando as estatais. As multinacionais continuam impondo layoff, férias coletivas, e acordos de demissão. É nessa situação de desgraça geral para a maioria oprimida que a polícia do Rio de Janeiro acaba de fazer uma operação de guerra, executando 27 jovens na favela do Jacarezinho.

Companheiros, como se vê, estamos à mercê de uma crise que golpeia os trabalhadores, os pobres e os miseráveis. Os capitalistas e seus governantes estão muito bem protegidos. Podem nos demitir, cortar nossos salários e avançar com a terceirização. Podem continuar especulando e ganhando muito dinheiro.

Companheiros, tudo isso, sem que as direções das centrais e sindicatos tenham feito um mínimo de esforço para organizar a luta coletiva da classe operária. Nem mesmo o 1º de Maio serviu para organizar a luta. Os dirigentes sindicais e politiqueiros fica-

ram, em suas casas, confortavelmente, discursando e lamentando as mortes por meio de celulares e computadores. Dizem que são contra as manifestações de rua, porque põem em risco os trabalhadores. Mentira! Nós, assalariados, estamos trabalhando, enfrentando metrô, trens e ônibus superlotados, e voltando para nossos bairros empobrecidos, que já estão tomados pela pandemia.

Companheiros, a nossa mobilização é a única proteção verdadeira que temos. É nas ruas que vamos combater as demissões, o fechamento de fábricas, o subemprego e a fome. É nas ruas que arrancaremos as vacinas dos monopólios, que só querem lucrar. É nas ruas que combateremos o governo Bolsonaro, que só se preocupa com os negócios dos capitalistas. Por tudo isso, companheiros, chamamos vocês a exigir dos sindicatos e das centrais que convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas em todo o país.

O Boletim Nossa Classe vem fazendo a campanha pela recuperação das forças sociais da classe operária e dos demais trabalhadores, que foram bloqueadas pela política de colaboração de classes das direções burocráticas e vendidas ao patronato. Trabalhamos para que houvesse um 1º de Maio de luta. É preciso urgentemente romper a passividade, agitar as fábricas e os bairros, e ganhar as ruas, em defesa de nossos postos de trabalho e nossas próprias vidas.

Lutar por um Plano de emergência próprio dos trabalhadores

O Boletim Nossa Classe chama os operários a lutarem por este programa de emergência:

- a) Emprego a todos, por meio da luta contra as demissões e contra o fechamento de fábricas. Levantar as bandeiras de ocupação das fábricas fechadas, controle operário e estatização sem indenização;
- b) Readmissão de todos os que foram demitidos durante a pandemia. Plano de obras públicas, voltado a criar milhões de empregos.
- c) Auxílio emergencial no valor de um salário, calculado pe-

las assembleias, de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora. Não ao auxílio emergencial de fome de Bolsonaro e do Congresso Nacional!

- d) Vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis. Plano de vacinação, sob a vigilância operária e popular. Quebra das patentes das vacinas e remédios. Intervenção do Estado no sistema privado de saúde, nas indústrias de fabricação de oxigênio e de remédios. Controle do SUS, do Instituto Butantan, da Fiocruz e da indústria químico-farmacêutica pela classe operária.

Como enfrentar o fechamento de fábricas

O Sindicato Metalúrgico de Taubaté (Sindimetau) fechou um acordo de indenização pelo fechamento da LG. E, agora, o Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos fez o mesmo com as fábricas Sun Tech, Blue Tech e 3C. Serão demitidos cerca de 1.200 operários. No início de abril, o Sindimetau aceitou a indenização, referente ao fechamento da Ford. O mesmo se passou com a unidade de Camaçari (Bahia) e vai se passar com a fábrica de Horizonte (Ceará). Outras fábricas fecharam, nesse período, como a Yoki (Rio Grande do Sul) e as de cimento da multinacional franco-suíça LafaergeHolcim.

Entre 2015 e 2020, foram fechadas 36.600 fábricas. Fechar fábricas significa destruir postos de trabalho. Destruir postos de trabalho significa aumentar o exército de desempregados e subempregados. Aumentar o desemprego e subemprego significa agigantar a pobreza e a fome. Agigantar a pobreza e a fome sig-

nifica favorecer as epidemias e a Pandemia; significa jogar parte da juventude para o desespero e para a criminalidade; significa aumentar a mortalidade infantil. Mas, significa também reduzir a capacidade industrial do país, enfraquecendo a sua economia. Eis por que a classe operária tem de lutar, com unhas e dentes, contra o fechamento de fábricas.

O Boletim Nossa Classe defendeu que os metalúrgicos da Ford, LG, Sun Tech, Blue Tech, 3C ocupassem as fábricas e passassem à luta pela estatização, sem indenização aos capitalistas. A ocupação da fábrica permite impor o controle operário da produção e a manutenção dos empregos. O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos deixem de fechar os olhos para as demissões, o desemprego e o subemprego. Que tomem em suas mãos a luta contra a miséria e a fome da maioria oprimida.

Patrões aproveitam a Pandemia para esfolar e demitir

A Zanettine Barossi (ZB) aproveitou as medidas restritivas de Doria para suspender o trabalho na fábrica, exigir depois a reposição, e não pagar as horas-extras. Aumentando, assim, a jornada de trabalho, que já é insuportável. O Boletim Nossa Classe recebeu a denúncia de que um operário, que se recusou a repor, foi demitido, em seguida. Essa é a forma que os capitalistas usam para impedir que outros trabalhadores façam o mesmo. Está aí por que é preciso a união dos operários e ações coletivas contra as

medidas patronais. Individualmente, se torna presa fácil dos capitalistas. Está aí por que é preciso exigir que as direções sindicais rompam a passividade, e passem a organizar a luta coletiva.

O Boletim Nossa Classe faz campanha ativa junto aos operários, para que as direções sindicais utilizem os sindicatos em favor dos interesses gerais da classe operária. Que abram suas portas, e convoquem assembleias e plenárias para organizar a luta dos explorados contra os exploradores.

1º de Maio

Centrais sindicais se negaram a convocar o 1º de maio presencial

Pelo segundo ano consecutivo, as centrais sindicais decidiram que o 1º de Maio teria de ser virtual. A CUT, Força Sindical, CTB e outras centrais usaram o Dia do Trabalhador para apresentar a cara dos possíveis candidatos às eleições presidenciais de 2022. A CSP-Conlutas, por sua vez, criticou o 1º de Maio do bloco da CUT, por contar com a presença de políticos da burguesia. Mas, se limitou a discursos virtuais sobre a necessidade de luta. Aqueles que amarraram os pés e as mãos na virtualidade não poderiam falar em luta.

O Boletim Nossa Classe, porta-voz do Partido Operário Revolucionário para as fábricas, organizou uma passeata que foi do Teatro Municipal à Praça da Sé, onde se realizou um ato presencial. As correntes que construíram uma frente pelo 1º de Maio presencial defenderam que as centrais sindicais rompessem a passividade e passassem a organizar um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações em todo o país. E que, assim, travassem a luta por um programa de emergência próprio da classe operária e dos demais explorados.

Em defesa dos trabalhadores da Colômbia

O Partido Operário Revolucionário (POR) participou do ato em frente ao Consulado da Colômbia, convocado pelas centrais sindicais, defendendo que a solidariedade ao povo colombiano não deve ficar somente em palavras. E fez um chamado para que as centrais convocassem um Dia Nacional de Luta urgente, podendo assim denunciar a violência do governo colombiano contra as justas manifestações dos explorados.

O Boletim Nossa Classe vem às fábricas condenar o assassinato de manifestantes e as centenas de prisões. Pelo livre direito de manifestação dos trabalhadores, que saem em defesa de suas vidas e de suas famílias. Viva a luta dos trabalhadores colombianos! Abaixo o governo sanguinário de Duque!



Boletim Nossa Classe – Ecetista

O Boletim Nossa Classe, dirigido aos trabalhadores dos Correios, traz como chamado central a luta contra a privatização. Critica a política conciliadora das direções ecetistas, e mostra o caminho para se defender a estatal. Faz uma avaliação da conduta das direções das centrais e sindicatos, que rejeitaram o 1º de Maio presencial e de luta, e se colocaram por discursar nas lives. Conclui, dizendo que “Se

as alas esquerdas das direções ecetistas querem se diferenciar das alas cutistas e cetebistas, elas precisam romper com a passividade, e organizar suas bases para a retomada das lutas nas ruas, para ampliar a mobilização junto da população, denunciando a passividade das Centrais Sindicais, e anunciando a necessidade da luta geral. Sem o método da ação direta, as diferenciações com a burocracia sindical mais traidora não sairão do discurso”. Por último,

o Boletim assinala a luta do povo colombiano contra o governo direitista de Iván Duque, que descarrega um violento plano contra a maioria oprimida. Diz: “O exemplo das massas colombianas deve servir para que, no Brasil, se rompa a camisa de força da política de conciliação de classe e para que retomemos as lutas gerais, de rua e massivas”.

Abaixo reproduzimos a nota que abre o Boletim Ecetista.

Como lutam as direções sindicais contra a venda dos Correios e como devemos lutar

A “novela” no Parlamento e a luta contra a privatização dos Correios

Já no boletim anterior, denunciávamos a farsa da “luta parlamentar”, que tanto a FINDECT quanto a FENTECT e os sindicatos

afiliados têm defendido.

Em meados de abril, o governo colocou em regime de urgência o Projeto de Lei 591/2021, que trata da quebra do monopólio do serviço postal, e abre para a privatização da ECT. Na ocasião, a maioria dos deputados concordou com o tal regime de urgência.

O PL poderia entrar em pauta, e ser votado a qualquer momento. Em vez de organizar a mobilização, chamar as assembleias presenciais, paralisar o trabalho, as Federações e sindicatos emitiram “notas de repúdio”.

Passadas algumas semanas, em 3 de maio, o presidente da Câmara, Arthur Lira, decidiu por criar uma “comissão especial” para analisar o PL. Isso foi suficiente para ambas as Federações, a dirigida pela CUT, a FENTECT, e a dirigida pela CTB, a FINDECT, conclamarem a “vitória” da mobilização e da “pressão”. Ambas tinham distribuído os e-mails dos deputados... A FINDECT chegou a criar um formulário on-line, em que o ecetista poderia “escolher o deputado que queria pressionar”. Se não fosse trágica, seria cômica esta farsa da burocracia sindical!

Não se sabe ao certo quem a burocracia quer enganar. Os ecetistas sabem bem que não é possível confiar no parlamento burguês. O próprio Arthur Lira disse ao jornal “Valor Econômico”, do grupo Globo, em 7 de maio, que mandar para uma “comissão especial” era uma estratégia para controlar o relatório, já que nas comissões permanentes da Câmara havia posições contrárias ao PL original do governo. E reafirmou: *“Quando a Câmara aprova a urgência de um projeto, eu posso trazer para o plenário direto. O fato de mandar para as comissões é para acelerar, não para dificultar, e se tiver obstrução em qualquer comissão, posso mandar para uma comissão especial”*.

Ou seja, o que as direções sindicais chamaram de “vitória da mobilização” não mais era do que o teatro normal, a novela normal do parlamento burguês. É preciso dar um “verniz” democrático para os projetos que quebram direitos e entregam riquezas, como este que quer entregar uma das maiores empresas estatais para o capital nacional e estrangeiro.

Sabe-se – e este não é nenhum segredo do governo entreguista – que a proposta de lei deve ser votada entre julho ou agosto para que, em seguida, siga para a análise do Tribunal de Contas (TCU), o qual deve deliberar sobre o modelo de privatização. O Edital de Privatização deve estar pronto entre novembro e de-

zembro, e a venda pode ocorrer já nos primeiros meses de 2022.

Ou seja, não há o que esperar do Parlamento. O cronograma já foi todo aprovado, e o governo tem a maioria. Há uma unidade entre os partidos da burguesia em privatizar os Correios e outras empresas estatais, como a Eletrobrás.

Contra a “novela” da pressão parlamentar, cujo final já é conhecido, é preciso levantar a luta nas ruas, a partir dos métodos da ação direta.

Temos alguns meses para pressionar os sindicatos locais e as federações para retomar a luta geral. As assembleias presenciais, os atos de rua e a paralisação das atividades de trabalho podem abrir caminho para erguer uma luta nacional contra a política privatista do governo.

Sabemos, pela experiência da greve do ano passado, que a simples paralisação das atividades não é suficiente. Ficamos isolados e sem força social para mostrar, à população, a destruição de direitos e serviços executados pela ECT e pelo governo.

Temos de denunciar a passividade das Centrais Sindicais (CUT, CTB e demais centrais), que devem se unir em luta contra a política privatista, e contra o fechamento de fábricas que têm destruído milhares de postos de trabalho.

Chega de farsa!!! Não existem “restrições impostas pela grave crise sanitária” para a luta nas ruas, para a greve geral, para a retomada das grandes mobilizações. Esta restrição é imposta pela política de conciliação de classe das direções sindicais. Os ecetistas são a prova viva disso: continuamos trabalhando, continuamos nos contaminando, e até morrendo. Não existe argumento válido para não convocar as assembleias presenciais, para não organizar os atos de rua, para não pressionar os demais sindicatos e Centrais para retomar a luta geral contra a destruição de empregos, de direitos e contra as privatizações e fechamentos de fábricas.

Não podemos aceitar a passividade das direções sindicais. Temos de organizar, a partir das bases, a luta real contra a privatização dos Correios e defesa de nossos empregos!

Boletim Juventude em Luta – Corrente Proletária Secundarista



JUVENTUDE EM LUTA
BOLETIM DA CORRENTE PROLETÁRIA SECUNDARISTA
secundarista@gmail.com • secundaristas.wordpress.com • www.pormassas.org



O boletim da juventude secundarista, de maio, traz a nota intitulada “De onde vem a tranquilidade de Bolsonaro? Diz que o presidente da República está tranquilo, porque não há manifestações que contestem seu governo. O que é um fato. As direções sindicais e estudantis continuam com os discursos virtuais e rejeitam as manifestações de rua. Essa passividade das direções tem permitido que os governantes avancem com as privatizações, com as Medidas Provisórias contra os trabalhadores, com o Ensino a Distância (EaD), e com a reforma do ensino médio, um instrumento que visa ao fechamento de escolas e à exclusão de estudantes.

O boletim denuncia a política de conciliação de classes das direções estudantis,

que apoiaram o 1º de Maio virtual da CUT e da Força Sindical, que reuniu políticos da burguesia e que serviu unicamente para estampar os possíveis candidatos à presidência da República em 2022. Ao contrário dessas direções, os militantes do Boletim secundarista estiveram no único ato presencial, ocorrido na Praça da Sé. Organizaram uma passeata, que saiu do Teatro Municipal até a Praça da Sé, e levantaram as bandeiras de empregos, salários e vacina universal. Mostram que o combate ao governo Bolsonaro, Doria e Covas só depende da retomada da luta organizada do proletariado e da maioria oprimida. Essa é a tarefa a ser cumprida imediatamente. O boletim exige que as centrais, sindicatos e movimentos popu-

lar e estudantil convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua.

Em relação às aulas presenciais, diz que são os estudantes, suas famílias e os trabalhadores que devem decidir quando e como retornar presencialmente às escolas. Para isso, as direções sindicais e estudantis precisam convocar assembleias presenciais. A experiência da “greve sanitária” mostrou que não serve para enfrentar o governo. As escolas permanecem vazias, porque a maioria dos pais não tem enviado os filhos. Por outro lado, boa parte dos estudantes rejeita o EaD, e cresce a evasão escolar. Está aí por que o movimento precisa recuperar suas forças coletivas. E

o primeiro passo é exigir a convocação de assembleias presenciais, e aprovar o caminho da luta direta.

O boletim critica o distracionismo da UNE e UBES com a “12ª Bienal da UNE, festival dos estudantes”, que tem por tema “Brasil: um povo que resiste”. A verdade é que usam um palavreado

radical, enquanto, na prática, estão organizando um inofensivo festival virtual. Não há nada de “rebelde” em fazer um movimento on-line. Chega de palavreado e distracionismo! É preciso erguer a luta nacional em torno de um programa de emergência próprio dos explorados, defendendo os empregos, salários e vaci-

nação universal, a começar pelos pobres e miseráveis.

Por último trouxe uma nota sobre a luta do povo colombiano contra o governo direitista de Ivan Duque e, no dicionário marxista, a denúncia da chacina de jovens da favela do Jacarezinho, realizada pela polícia do Rio de Janeiro.

São Paulo

Trabalhadores da rede municipal de educação realizam atos presenciais

Nos dias 6 e 13 de maio, educadores do município de S. Paulo foram às ruas do centro da cidade para protestar. Já faz cerca de três meses que a categoria adotou a tática da “greve sanitária”, que consiste, na prática, em um boicote individual e passivo, no qual o trabalhador fica isolado em sua casa, em “defesa da vida”. Tal caracterização é importante, pois, as ações presenciais dos dias 6 e 13 estão em franca contradição com o método que vinha prevalecendo. Em outras palavras, há uma vanguarda que está começando a compreender a necessidade de uma virada na linha de intervenção da mobilização.

Essa compreensão é resultado da experiência concreta. Depois de mais de um ano sob a pandemia e, conseqüentemente, sob o domínio da política burguesa de isolamento social, ditada pelas direções sindicais, os trabalhadores começam a fazer um balanço da luta e a perceber a sua falta de efetividade. Certamente, os combates radicalizados do povo colombiano influenciaram os trabalhadores aqui. A ideia de que somos obrigados a ir às ruas, porque o governo é mais perigoso do que o vírus, ideia tão presente entre os latino-americanos em luta, vale também para o Brasil. É preciso impulsionar essa tendência, ainda minoritária, de ruptura com o método passivo da “greve sanitária”.

A Corrente Proletária na Educação-POR tem colocado que, para o movimento ser vitorioso, precisa mudar a orientação e os seus métodos de luta. É preciso substituir as bandeiras corporativistas por aquelas que permitem a unidade geral dos oprimidos. As reivindicações de ensino remoto e de priorização dos educadores no plano de vacinação, além de profundamente equivocadas, servem de obstáculos à unificação dos trabalhadores, estudantes e suas famílias. Nossa tarefa é erguer um amplo e massivo movimento em defesa dos empregos, salários, direitos, saúde pública e vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis.

O primeiro e mais urgente passo, que devemos cobrar das direções sindicais, é o de convocar as assembleias presenciais, para que possamos organizar a resistência coletiva. Está aí a saída política e organizativa que a categoria precisa adotar para evitar o pior. A mobilização está definindo a olhos nus, o que não podemos deixar que aconteça. É possível recompor as forças do movimento, mas a condição para isso é que as direções rompam com a passividade e com o corporativismo. Exijamos que as direções sindicais convoquem a assembleia presencial, para que os trabalhadores da educação possam decidir os rumos do movimento.

Intervenção da Corrente Proletária na Educação/POR

Ato contra o corte do ponto dos trabalhadores da educação municipal, realizado em frente à Diretoria Regional do Campo Limpo

Reproduzimos algumas passagens da fala do POR.

A situação que os trabalhadores e a juventude têm passado é extremamente grave, que abarca as mortes por Covid, também o avanço da fome, da miséria e do desemprego. Esse governo, que é extremamente duro, intransigente, antinacional e antioperário, é um governo que está alinhado com o estadual e o federal. Nós sabemos que as diferenças entre eles são de nuances, porque representam frações distintas da classe dominante, mas, no fundo, expressam os interesses gerais do capital; no que diz respeito à relação com os trabalhadores, eles estão todos no mesmo balaio, é um bando de burgueses que não quer saber da situação concreta de vida dos explorados. (...)

E por que é importante partir dessa ideia? É importante porque o papel que a Diretoria Regional está cumprindo é a de satisfazer os interesses do governo e, conseqüentemente, os interesses nefastos da burguesia brasileira e do capital financeiro. Aqui ninguém tem ilusão: a Dirigente Regional cumpre ordens, é um capacho do governo Ricardo Nunes/Covas. Não há qualquer sombra de autonomia, trata-se de um fantoche na mão do

governo e é por isso que está punindo os trabalhadores, é por isso que vem orientando e pressionando os diretores para que cortem o ponto. Trata-se de impedir que os trabalhadores se lancem numa luta contra a orientação do governo e possam ter uma saída própria diante da crise. (...)

Esse movimento, dos profissionais da educação, se dá num quadro geral de fechamento de fábricas. Nós já vimos alguns casos, como o fechamento da Ford, da LG e de suas fornecedoras. Um momento em que vem avançando a desindustrialização do Brasil e vem avançando o desemprego. O avanço do desemprego é o dado mais relevante da situação, ao lado das mortes pela pandemia, porque o desemprego coloca o trabalhador numa situação de desespero. (...)

A gente está saindo às ruas para lutar e é importante que os sindicatos abram as suas portas, é importante que as centrais sindicais saiam da paralisia em que se encontram, é importante que as centrais sindicais convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisação e que possa servir como um passo para recuperar as forças sociais da classe operária e dos demais trabalhadores. (...)

FORD IMPÕE A INDENIZAÇÃO E FECHA A FÁBRICA DE CAMAÇARI

Depois da direção do Sindicato Metalúrgico de Taubaté (CUT-PT) aceitar o fechamento da fábrica em troca de indenização, agora a Ford fez o mesmo em Camaçari, Bahia. A direção do Sindicato (CTB-PCdoB) concordou com a eliminação de 4.000 postos de trabalho, por meio do plano da montadora de “desligamento incentivado”, nome dado ao acordo de renúncia à luta pelos empregos.

Na convocatória da assembleia, a direção pediu que operários comparecessem à assembleia uniformizados e com crachás. Diz que foram 33 reuniões, mediadas pelo Tribunal Regional do Trabalho, e que assim se chegou a um consenso. A direção do sindicato explicou que precisava da deliberação da assembleia para fechar definitivamente o acordo. Quanto mais massiva a assembleia, melhor seria para o burocrata justificar sua traição. A montadora, por sua vez, comunicou que o fechamento da fábrica se dará algumas semanas depois de concluído o processo.

O acordo é semelhante ao de Taubaté, diferenciando os horistas dos mensalistas: dois salários por ano trabalhado e um fixo, conforme a faixa salarial para os horistas; e um salário por ano trabalhado para os mensalistas. Inclui a extensão por seis meses do plano de saúde e uma qualificação. A multinacional conclui o fechamento de duas fábricas e se prepara para a de Horizonte, no Ceará. Assim, a Ford iniciou o encerramento de suas atividades

no Brasil com o fechamento da fábrica de São Bernardo, em 2019, as de Taubaté e Camaçari, no primeiro semestre de 2021, e, no final do ano, a de Horizonte. Foram milhares de postos de trabalho destruídos, sem que houvesse disposição por parte das direções sindicais de organizar a luta nacional pela estatização, que seria a forma de manter os empregos.

As burocracias sindicais cumprem, dessa forma, seu papel de traidores da classe operária. Rejeitaram a luta pelos empregos e se escoraram no Ministério Regional do Trabalho e Ministério Público, para negociar os valores das indenizações. Os operários ficaram à mercê do jogo armado pelas direções sindicais e, sem perspectiva, acabaram votando contra seus próprios interesses.

Essa é mais uma lição da política de conciliação de classes dos dirigentes sindicais, que serve somente aos capitalistas. O Boletim Nossa Classe, órgão do Partido Operário Revolucionário, atuou nas assembleias da Ford de São Bernardo e Taubaté, defendendo que a única via para manter os empregos era a ocupação das fábricas, a imposição do controle operário e a sua estatização, sem nenhuma indenização à multinacional. No entanto, a força do aparato do sindicato agiu contra a militância que distribuía o Boletim na fábrica do ABC, e impediu que a assembleia fosse democrática, onde os operários pudessem ter confiança em si mesmos e se pronunciassem.

A passividade das direções sindicais fortalece os planos de Bolsonaro/Guedes contra a juventude pobre e desempregada

Volta e meia, o governo retoma seu plano de criar a “Carteira Verde Amarela”, um contrato de trabalho com salários e direitos reduzidos para os jovens de 18 a 29 anos. Trata-se de um mecanismo para beneficiar os capitalistas e aproveitar a mão-de-obra da juventude, cheia de vitalidade. Enquanto o Congresso Nacional discutia o valor do auxílio emergencial, em fevereiro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, retomava sua intenção de criar um “programa”, denominado Bônus de Inclusão Produtiva (BIP), para os jovens. Em maio, tirou da gaveta seu plano para favorecer os capitalistas com a contratação de jovens, com salário de R\$ 600,00, e com a promessa de formação profissional. Foi mais longe, disse que o jovem seria contratado por tempo determinado (proposta de 4 meses), em caráter de treinamento, e que metade do salário seria pago pelo governo, ou seja, R\$ 300,00.

Bolsonaro e seu ministro aproveitam a passividade das direções sindicais para anunciar mais um programa de superexploração do trabalho e precarização das relações trabalhistas. A reforma trabalhista, que pôs fim a antigos direitos contidos na CLT, imposta pela ditadura civil de Temer, em 2017, vem sendo incapaz de baixar os altos índices de desemprego, como justificou o governo. Isso, mesmo com a criação de modalidades como o trabalho intermitente, principalmente para a juventude. O Brasil conta com 47,3 milhões de jovens, cerca de 23% da população. Segundo Paulo Guedes, esse “programa” seria destinado a dois milhões jovens, que estão fora do trabalho e das escolas, os chamados “nem-nem”. Ocorre que, antes da pandemia, esse contingente já era de 11 milhões.

O governador de São Paulo, João Doria, mais do que ligeiro, tratou de arrumar um programa para os jovens que abandonaram as escolas com a pandemia. Recauchutou o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), por meio do EJATEC, que supostamente dará formação profissional para o ingresso no mercado de trabalho. Assim, continua batendo no peito, de que o estado é o primeiro a implantar as reformas, como a administrativa, e agora o programa para os jovens.

Como se vê, esse programa do governo é mais um mecanismo para colocar no mercado de trabalho uma restrita parcela da juventude, nas condições mais brutais de exploração e precarização. Em vez das direções sindicais e estudantes organizarem essa massa de jovens em torno à defesa de um plano de emergência, para empregar essa força de trabalho e garantir a continuidade dos estudos, se atêm aos discursos contra os planos de Bolsonaro e Guedes, e aos elogios aos do governo do PT, como o Pronatec, que morreu de inanição.

A juventude vem ganhando as ruas. Basta ver sua presença nos atos presenciais do 1º de Maio, nos protestos contra a chacina no Jacarezinho, nas manifestações do 13 de maio e nos bairros contra os assassinatos de jovens negros. Potenciar esse descontentamento é nossa principal tarefa. Daí a exigência que as direções das centrais, sindicatos e movimentos estudantis rompam com a passividade, e organizem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações em todo o país, como um primeiro passo da resistência coletiva dos explorados contra os planos antinacionais e antipopulares dos governantes, e em defesa das condições de existência da maioria oprimida.

Efeito sanfona Mais uma vez os metroviários adiam a greve

Os metroviários de São Paulo estão em campanha salarial. Em assembleia virtual, foi aprovada a greve por tempo indeterminado, a partir do dia 11 de maio. No entanto, em uma nova assembleia, nas vésperas da greve, decidiu-se pela suspensão, acatando a proposta de uma reunião de conciliação do TRT. Segundo a direção, já foram três rodadas de reuniões com o governo, e não houve avanço nas negociações. As reivindicações são de reajuste salarial de 9,72%, reposição do auxílio refeição de 29%, e outros benefícios e direitos que foram retirados. Os salários estão arrochados há dois anos. Há também o calote nas Participações de Resultados (PR) de 2019 e 2020.

Essa conduta de aprovar a greve e, nas vésperas, suspendê-la tem se tornado frequente. Recentemente, definiu-se pela “greve sanitária”, para cobrar a inclusão dos metroviários entre os prioritários na vacinação. Doria anunciou uma data do início da imunização, como fez com os professores, e o movimento foi suspenso. Esse é apenas mais um exemplo de como a burocracia do sindicato trata o problema da greve. Nada tem a ver com a organização dos trabalhadores para uma verdadeira paralisação. Usa a pandemia para fazer as assembleias virtuais, quando os metroviários estão trabalhando desde o primeiro dia da Pandemia. O isolamento social imposto por Doria só serviu para a direção do sindicato, que entrou de corpo e alma na virtualidade.

Com essa política de conciliação com o TRT, a campanha salarial nasceu morta. E o governo continuará arrochando os salários, demitindo e privatizando as linhas de metrô.

São Paulo São ou não são burocratas desavergonhados e traidores?

A direção do Sindicato Metalúrgico do ABC estampou as comemorações do aniversário de 62 anos do sindicato. Duas ações foram implementadas: “combustível a preço justo” e arrecadação de alimentos nas fábricas. Convocaram os metalúrgicos e entregadores de aplicativos a abastecerem os carros e motos com gasolina a R\$ 3,50 o litro, no dia, local e horário determinados. Qualificaram a ação como um protesto aos preços abusivos. Exibiram as toneladas de alimentos coletadas nas montadoras, Volks, Mercedes, etc.

Em vez de convocar a classe operária, que inclui os petroleiros, para a luta nas ruas contra a privatização do que resta da Petrobrás, os burocratas, por meios virtuais, denunciam a política do governo Bolsonaro de vincular o valor dos combustíveis ao preço internacional (em dólar) e, descaradamente, dizem que a situação vai piorar com o avanço da privatização. Para que serviu a ação do “preço justo”, limitada a um dia e a uma cota para os sócios do sindicato e trabalhadores de aplicativos? Certamente, para nada! Na realidade, os burocratas do sindicato metalúrgico repetiram a farsa do “preço justo” do botijão de gás, usada na greve dos petroleiros.

Essas ações servem unicamente para mostrar a impotência de direções, que há muito se distanciaram das reais necessidades da classe operária. Servem para alimentar a propaganda do governo direitista de Bolsonaro de que em seu governo não há protestos, nas ruas, dos trabalhadores. Servem também para manter a classe operária submetida à política burguesa da passividade, enquanto os governantes descarregam as consequências econômicas da Pandemia sobre a maioria oprimida.

É preciso dar um basta ao distracionismo e à política de conciliação de classe das direções sindicais. O desemprego e o subemprego estão nas alturas. O trabalho informal vem batendo recorde. A fome e a miséria arrastaram 19 milhões de brasileiros à beira do precipício. Intensifiquemos nossa luta pelas assembleias presenciais e pela convocação imediata do Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas em todo o país.

Ceará

Prefeito Vitor Valim/PROS inicia o mandato atacando servidores

No dia 12/05, os professores e demais servidores públicos municipais de Caucaia realizaram uma manifestação, que percorreu as ruas do centro, e se dirigiu ao Gabinete do Prefeito, Vitor Valim/PROS. O funcionalismo reivindicava progressão para 186 professores aposentados, rateio dos 60% dos precatórios do Fundef (já depositados pela União nas contas do Município), reajuste salarial de 4,52% (que reponha as perdas

da inflação), e pagamento de salários atrasados dos trabalhadores da saúde e professores contratados.

A prefeitura tem enrolado em conceder o reajuste desde 1º de janeiro (data base da categoria), sem apresentar qualquer contraproposta ou plano de pagamento. Os professores têm denunciado que a prefeitura realizou seleção para professores de contrato temporário com várias irregularidades,

e que estes foram convocados para uma carga horária de apenas 100 h mensais, quando há ainda diversas escolas sem professores. Além disso, os contratados estão sem receber salários, tal como os técnicos de enfermagem do município. Os trabalhadores da Saúde aproveitaram o ato para denunciar as péssimas condições de trabalho nos postos de saúde e hospitais municipais. O prefeito Vitor Valim se recusa a negociar com

os servidores. As várias tentativas de abrir uma mesa de negociação, desde janeiro, têm fracassado.

A atual mobilização do funcionalismo tem uma enorme importância: foi a primeira realizada, desde o início da pandemia. O arrocho salarial, a perda

do poder de compra, os atrasos de pagamento e a ameaça sobre os direitos obrigaram os servidores a romper o isolamento social e a passividade, que vem sendo imposto pelas direções sindicais. A Corrente Proletária da Educação/POR participou ativamente na prepa-

ração e na realização do ato. Defendeu que a Prefeitura atendesse imediatamente as reivindicações dos servidores, e procurou explicar ao funcionalismo que o caminho para a defesa das suas condições de vida passa pela volta dos atos e assembleias presenciais.

Roraima

Novo ataque de garimpeiros nas terras dos Yanomami

No dia 10 de maio, os garimpeiros atacaram a aldeia Palimiu, terra dos Yanomami. Em abril, já havia ocorrido uma ação armada por parte de garimpeiros, depois da interceptação de uma carga de combustível por parte dos indígenas. Em meados de 2020, dois Yanomami foram assassinados também por garimpeiros. Como se vê, os fatos se têm repetido com frequência. São conhecidas as denúncias do avanço do garimpo nessa terra indígena. Estima-se que, em 2020, o garimpo ocupou 30% dessas terras, com 500 hectares devastados, de janeiro a dezembro, e assassinatos de indígenas. E que já são cerca de 20 mil garimpeiros dentro da terra indígena. No total, o garimpo ilegal já destruiu o equivalente a 2,4 mil campos de futebol, em todo o território. Essas denúncias têm sido palavras ao vento. Não há um combate por parte dos governantes ao garimpo nas terras indígenas. Ao contrário, as invasões e ataques dos garimpeiros e madeireiros encontram apoio no governo Bolsonaro.

As denúncias que são feitas pelos sindicatos e movimentos populares devem materializar-se em luta prática contra as invasões por parte dos garimpeiros e madeireiros às terras indígenas. O que implica impor, pelos métodos próprios da classe operária, as reivindicações de proteção às nações indígenas, entre elas, a demarcação de suas terras.

Rondônia

Governador abre ofensiva contra a Liga dos Camponeses Pobres (LCP)

Em viagem a Brasília, no início do mês de maio, o governador, Marcos Rocha, se reuniu com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, e com o Secretário de Assuntos Fundiários, Nabhan García, e, na sequência, com Jair Bolsonaro, com o objetivo de solicitar o envio da Força Nacional de Segurança Pública para atuar contra o movimento camponês, LCP. Prontamente, o governo federal se comprometeu em ajudar a pôr fim ao que eles denominaram de “guerrilheiros fortemente armados”.

Enquanto o governo reforça o aparato militar, os camponeses só podem contar com as foices e enxadas, instrumentos que usam para o cultivo da terra. Enquanto os governos protegem os grileiros, madeireiros e garimpeiros, os camponeses vivem à mingua, e sendo diariamente ameaçados de expulsão e mortes. Enquanto camponeses pobres dão duro para arrancar o sustento de suas famílias, Marcos Rocha liberou a entrega terras da União para projetos milionários da burguesia latifundiária. Ainda mais. Enviou à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar (PLC-080), que visa a diminuir os limites da Reserva Extrativista Jaci-paraná e do Parque Estadual de Guajará-mirim. Com o apoio do governo, os latifundiários continuam assassinando camponeses e indígenas na região. Como foi o caso de Roberto Pereira da Silva Pandolfi, um apoiador da luta da LCP, assassinado por integrantes de milícias armadas de latifundiários.

A Corrente Proletária denuncia a ofensiva do governador bolsonarista de Rondônia. E exige que as direções sindicais e dos movimentos populares organizem a luta em defesa dos camponeses pobres, em particular aos camponeses da LCP, que sob a mira de Marcos Rocha e Bolsonaro.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.

LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE
DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

O Movimento das Fábricas Ocupadas nos anos 2000

No Brasil, o denominado Movimento das Fábricas Ocupadas teve início no contexto da América Latina, de crise econômica capitalista, no final da década de 1990, impulsionado pelas políticas neoliberais de desnacionalização da economia, manutenção da paridade cambial à custa de endividamento, venda de estatais e alta taxa de juros, somado à implementação da flexibilização capitalista no trabalho, o aumento do desemprego e a quebra de empresas. Em 2001, a Argentina, que passava pelo auge de uma grave crise econômica, vivenciou um movimento generalizado de ocupação de centenas de fábricas (chamadas “fábricas recuperadas”), diante da ameaça de fechamento e perda dos postos de trabalho.

No Brasil, o Movimento das Fábricas Ocupadas se constituiu basicamente em torno à ocupação das fábricas de produtos plásticos Cipla e Interfibra (em Joinville/SC), e Flaskô (Sumaré/SP), todas pertencentes ao mesmo grupo, comandado pelos irmãos Anselmo e Luis Batschauer. Segundo a Esquerda Marxista (ex-corrente interna do PT, agora no PSOL), houve ao todo 35 ocupações, porém, foram nessas três fábricas que o movimento de fato se consolidou.

O processo de ocupação da Cipla, Interfibra e Flaskô

Ao longo da década de 1990, as três fábricas já vinham de um longo processo de sucateamento, demissões e falência, e pagavam migalhas aos trabalhadores, que chegavam a R\$ 50,00 por semana, em 2002. A Cipla chegou a ter 7.000 operários, ficando, em 2002, com cerca de 1.000 trabalhadores. A Flaskô, que teve 700 operários na década de 1980, tinha apenas 64 trabalhadores no momento em que foi ocupada (2003).

Nesse contexto, os operários da Cipla e da Interfibra realizaram uma greve, em maio de 2002, reivindicando principalmente o pagamento dos salários atrasados, que foi traída pelo sindicato da categoria, e derrotada, resultando em 120 demissões. Porém, em outubro de 2002, realizaram nova greve, dessa vez mais organizada, com a comissão de fábrica, o apoio de entidades estudantis, sindicais, comunitárias e de mandatos, e com o método de ocupação da fábrica. Nas negociações com mediação da Justiça do Trabalho, os irmãos Batschauer alegavam a ilegalidade da greve, porém, admitiram que não teriam como pagar as dívidas trabalhistas, previdenciárias e fiscais. Dessa forma, sob a pressão da ocupação das fábricas, os proprietários se viram forçados a firmar um acordo para transferir o controle das duas fábricas “a quem os trabalhadores determinassem”. Posteriormente, os donos, que ainda tentaram exercer poder sobre a administração da empresa, foram finalmente impedidos de entrar na fábrica, por meio de decisão dos operários em assembleia da Cipla. O movimento, que surgiu na cidade de Joinville, em torno da ocupação da fábrica, chegou ao ponto de impor à Justiça a outorga de poderes de gestão aos trabalhadores das três fábricas do grupo econômico, numa clara demonstração da força do método da ação direta na defesa dos postos de trabalho. Assim se deu, no final de 2002, a imposição do controle operário sobre as fábricas Cipla e Interfibra em Joinville, que durou cerca de cinco anos.

No caso da fábrica Flaskô, em Sumaré/SP, a ocupação ocorreu posteriormente, em 12 de junho de 2003. Ao tomarem conhecimento da ocupação das duas fábricas de Joinville, os operários da Flaskô procuraram o Movimento das Fábricas Ocupadas para

organizar a ocupação. Os irmãos Batschauer, após terem sido derrotados nas duas fábricas de Joinville, simplesmente resolveram abandonar a Flaskô, iniciando o processo de sucateamento, demissões e fechamento da fábrica. Já eram meses de atrasos de salários. Os operários, então, organizaram a assembleia de fábrica, entraram em greve, ocuparam a fábrica e assumiram o controle da produção.

Os proprietários reivindicavam que, se os operários iriam tomar a produção da fábrica, então, que também arcassem com as dívidas. Os operários em luta conseguiram um acordo, para que os proprietários arcassem com o pagamento das dívidas acumuladas até então, porém, os donos nunca vieram a pagar as dívidas que deixaram.

O controle operário da produção

Assim que as fábricas foram ocupadas, formou-se o conselho de fábrica, composto por trabalhadores de diferentes setores, para, dentre outras coisas, organizar a produção, buscar fornecedores de matérias-primas, e clientes para a venda das mercadorias, receber o oficial de justiça, etc. O conselho de fábrica, que se reunia toda semana, estava submetido às assembleias gerais, mensais ou extraordinárias. Além disso, havia assembleias por turnos. Dessa forma, os operários comandavam a fábrica, e passaram a ter um conhecimento amplo de todo o processo de produção.

Uma das medidas imediatas foi a redução da carga horária de trabalho, de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salário. Após cerca de um ano de ocupação, a carga horária foi reduzida para 30 horas semanais, com uma jornada de trabalho de 6 horas, sem redução de salário. Com a redução da jornada, a fábrica teve ganho de produtividade, sem reduzir o faturamento da empresa, e conseguiu contratar mais operários. Com o controle operário, portanto, houve um aumento da quantidade de trabalhadores contratados. A Flaskô, por exemplo, que, no momento da ocupação, tinha 64 empregados, aumentou o quadro para 118 trabalhadores, em 2007. A redução de jornada sem redução de salário ganhou apoio popular, e logo chamou a atenção dos operários das demais fábricas, o que passou a incomodar os capitalistas.

Na fábrica Cipla, os terceirizados foram incorporados imediatamente na empresa. Na Flaskô, segundo os organizadores do movimento, não havia terceirizados. Com relação aos salários, o controle operário possibilitou fazer uma aproximação salarial, de modo que o maior salário (o dos diretores) fosse três vezes maior que o menor salário, quando, antes da ocupação, no caso da Cipla, essa diferença correspondia a até 30 vezes.

As fábricas ocupadas também buscavam uma articulação com toda a comunidade ao redor da fábrica. A Flaskô, por exemplo, aproveitou três quartos do terreno da fábrica, que estava inutilizado, para o “uso social”, de modo que proporcionou moradia para 564 famílias, a chamada “Vila Operária”, que luta até hoje pela sua regularização. Além disso, os operários da Flaskô abriram os galpões da fábrica para atividades culturais e esportivas, garantido a presença da comunidade do bairro e dos movimentos sociais no interior da fábrica.

Diante das incontáveis tentativas da justiça burguesa, de leiloar as máquinas para pagar dívidas dos credores, os operários das fábricas ocupadas logo se mobilizavam para impedir a realização dos leilões, como forma de defender as forças produtivas já suca-

teadas das fábricas. Na Flaskô, a palavra de ordem dos operários é: “se leiloar, não vai levar!”.

Longe de ser um processo ideal, o controle operário das três fábricas, sob um Estado burguês hostil, e cercado pelas relações de produção, distribuição e troca capitalistas, inevitavelmente estava cheio de contradições e, caso não se expandisse para as demais fábricas e, em última instância, confluísse numa luta revolucionária, estaria fadado a se esgotar gradativamente, ou então ser abolido de um golpe, como foi no caso da Cipla e Interfibra.

Atualmente, diferentemente da Cipla e Interfibra, a Flaskô ainda permanece sob controle operário, porém, em avançado estágio de esgotamento. A fábrica conseguiu funcionar até 2018, quando a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) cortou definitivamente a energia da fábrica, alegando contas não pagas. Dessa forma, a Flaskô hoje se encontra paralisada, com 14 trabalhadores revezando para guardar o patrimônio da fábrica. O fato de a Flaskô ter conseguido funcionar até 2018, apesar das investidas da burguesia contra a fábrica, do boicote de fornecedores, dos cortes de energia, das tentativas de leiloar os seus ativos e das dívidas herdadas do patrão, é uma amostra de que, mesmo numa fábrica em falência, a ocupação de fábrica e controle operário foi capaz de manter os empregos por cerca de 15 anos, e ainda com redução de jornada sem redução de salários (30 horas semanais).

Embora a forma da propriedade da empresa ainda fosse capitalista, pertencente ao grupo econômico dos irmãos Batschauer, a tomada do controle da produção e das finanças das fábricas pelos operários permitiu que os lucros das empresas ocupadas não mais servissem para enriquecer os proprietários, mas para manter os postos de trabalho. E, sobre a questão da propriedade, o Movimento das Fábricas Ocupadas, diferenciando-se das saídas cooperativistas levantadas pelos setores reformistas, defendia a estatização das fábricas. Ao lado da palavra de ordem de “fábrica fechada, fábrica ocupada!”, o movimento levantava a bandeira de “fábrica ocupada é fábrica estatizada, e sob controle dos trabalhadores!”.

A experiência com o nacional-reformismo do PT

Em outubro de 2002, no momento em que os operários da Cipla e Interfibra se organizavam para a greve com ocupação da fábrica, o então candidato Lula (PT) disputava o 1º turno das eleições presidenciais, e realizava um comício em Florianópolis/SC. Os operários, prestes a iniciarem a greve, enviaram uma comitiva para Florianópolis, onde entregaram uma carta, assinada pelos trabalhadores a Lula, apoiando a sua candidatura. O movimento obteve um compromisso verbal do candidato petista, de que apoiaria a manutenção dos empregos e a garantia dos direitos trabalhistas.

No dia 11 de junho de 2003, o Movimento das Fábricas Ocupadas realizou a 1ª Caravana a Brasília, com cerca de 400 pessoas, para cobrar do governo Lula o cumprimento da promessa, e também exigir a estatização da fábrica. Com muita dificuldade, uma comissão dos operários conseguiu ser recebida pelo presidente Lula. Na reunião, em resposta à reivindicação dos trabalhadores, Lula disse que essa pauta “não estava no cardápio do governo”, por conta da “coalização e da correlação de forças” (o vice de Lula, por exemplo, era um empresário), e que provocaria “precedentes preocupantes”, ou seja, poderia incentivar que outras fábricas levantassem a mesma reivindicação. Dessa forma, o governo burguês do PT expressou a preocupação da burguesia de que o exemplo da ocupação e controle operário da Cipla e Interfibra servisse para os operários das demais fábricas em quebra.

Fábricas Ocupadas nos anos 2000

Por fim, Lula demagogicamente se comprometeu na “defesa dos postos de trabalho”, e conformou uma comissão do governo com o movimento para discutir o tema, do ponto de vista da “economia solidária” e do cooperativismo. Ou seja, pura enrolação, para cansar os operários na institucionalidade burguesa. Nos anos seguintes, o movimento realizou novas marchas anuais a Brasília, e nada de concreto se obteve do governo petista e do parlamento em prol da defesa dos postos de trabalho.

A verdadeira cara burguesa do governo do PT vai ficar evidente, quando entra com um processo judicial contra a Cipla e a Interfibra, que resultará em intervenção judicial, e na imediata abolição do controle operário nas duas fábricas de Joinville.

A intervenção

Em 2005, o Movimento das Fábricas Ocupadas ajudou a organizar, na Venezuela, o 1º Encontro Latino Americano das Fábricas Recuperadas. As fábricas ocupadas no Brasil receberam o apoio do governo chavista, e firmaram um acordo, em que as fábricas Cipla, Interfibra e Flaskô forneceriam *know how* para a Venezuela montar uma fábrica de produção de casas em material PVC, a “Petrocasa”, e, em troca, o governo venezuelano se comprometia a fornecer 18 milhões de dólares em matéria-prima para as fábricas brasileiras que estavam sob controle operário.

O acordo do movimento com o governo chavista foi a deixa para que o presidente da FIESP, Paulo Skaf, iniciasse uma campanha nacional, em defesa da intervenção sobre as fábricas ocupadas. Em entrevista ao Estado de São Paulo, em abril de 2007, Paulo Skaf dirá que a “ajuda de Chávez [...] desagrade a setores tradicionais da indústria”, e caracteriza o acordo como uma “ingerência política de outro país nas questões internas brasileiras”. Ora, enquanto as estatais brasileiras são vendidas e os campos de petróleo são entregues ao imperialismo, e quando investidores estrangeiros possuem fatias importantes de empresas estratégicas, como a Petrobrás e o Banco do Brasil, interferindo diretamente na política econômica do país, o presidente da Fiesp vai levantar a voz justamente contra as fábricas ocupadas por terem feito um acordo comercial com o governo da Venezuela, que em nada atinge a soberania nacional.

Na mesma linha, segue Merreca Shun, o então presidente da ABIPLAST (Associação Brasileira das Indústrias Plásticas), fazendo uma convocação aos empresários e governo brasileiro a “denunciarem, com todas as forças e em todas as instâncias, o quanto absurda e descabida é a interferência de um governo estrangeiro em negócios de empresários brasileiros. Em razão dessas atitudes, é imprescindível que os empresários e a sociedade civil de forma geral, organizem um manifesto de repúdio contundente a esse tipo de prática, antes que isso se torne cotidiano e prejudique a democracia (...). É preciso tomar providências já.” (Revista da ABIPLAST – 1º de maio de 2007).

A democracia burguesa significa a liberdade do capitalista poder endividar e quebrar uma fábrica, fechá-la, jogar centenas de operários no desemprego, e não sofrer nenhum tipo de punição. A democracia burguesa nada mais é do que a ditadura do capital contra os operários e demais explorados.

O governo do PT, sob pressão dos capitalistas, tomou as “providências” e, por meio do Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, ex-presidente da CUT, entrou com um processo judicial contra a Cipla e a Interfibra, pelo pagamento de uma dívida milionária com o INSS. Dívida essa que, antes da gestão operária, na época dos patrões, nunca tinha sido cobrada, junto com outros encargos trabalhistas e fiscais, que os proprietários nunca pagaram. Tratou-se de uma clara perseguição do governo petista, em conluio com a burguesia, contra as fábricas ocupadas, pois, para

os grandes caloteiros do INSS da época (Banco Bancesa, Volkswagen, Cia. Vale do Rio Doce, Encol, etc.) nenhuma intervenção judicial foi realizada.

A Justiça determinou que as fábricas deveriam pagar a dívida com uma penhora mensal de 15% do faturamento da empresa, sob ameaça de prisão dos dirigentes e intervenção judicial. A Comissão de Fábrica decidiu que não iria pagar, já que isso impediria o pagamento dos salários. Diante disso, o Juiz federal emitiu uma decisão em que autorizava a intervenção e nomeação de administrador judicial, chegando a declarar: “(...) Talvez o mais importante reflexo negativo do custo social da atitude da executada: a acolher-se o argumento de que tudo pode ser feito para a manutenção de mil postos de trabalho, estar-se-á legitimando o desrespeito odioso das leis, e jogando por terra o Estado Democrático de Direito. Imagine se a moda pega? [...] Será que a manutenção do Grupo Cipla gera, de fato, o bem à sociedade? Será que a sua existência não estaria mais para um mal do que para um bem social?”.

“Imagine se a moda pega?”. Essa frase sintetiza toda a hostilidade e preocupação da burguesia diante do método de ocupação de fábrica e do controle operário, que vai de encontro com o princípio sagrado da propriedade privada capitalista, e projeta a luta da classe operária no sentido da revolução social. Ficou claro o temor do judiciário de que as ocupações de fábrica se generalizassem e ameaçassem a ordem capitalista.

Em 31 de maio de 2007, a mando do governo do PT, 150 policiais federais invadiram as instalações da Cipla e da Interfibra, arrancando os líderes da comissão de fábrica, e pondo no lugar o interventor Rainoldo Uessler, sob forte resistência dos operários à operação policial. Depois, o interventor demitiu os operários da comissão de fábrica “por justa causa”. O mesmo interventor, aproveitando-se da situação e semeando confusão, tentou ousadamente assumir o controle da Flaskô, em Sumaré/SP, chegando a entrar e tentar instalar-se na fábrica. Em resposta, imediatamente, os operários realizaram uma assembleia, e decidiram pela expulsão do interventor. No dia seguinte, os operários realizaram um piquete, e o interventor foi impedido de entrar na fábrica. Diante da resistência dos operários e, dessa vez, sem contar com o aparato policial, o interventor se viu obrigado a recuar. Este não conseguiu retomar o controle da Flaskô para seus proprietários, mas conseguiu realizar um duro golpe, cortando a energia da fábrica, que chegou a ficar sem luz por 42 dias.

A intervenção nas duas fábricas de Joinville resultou na demissão de mais de 600 trabalhadores na Cipla, em 5 anos. A Interfibra, que possuía 300 trabalhadores sob a gestão operária, em 2012, estava com 40 funcionários. O interventor imediatamente liquidou a jornada de 6 horas, reintroduziu o banco de horas, e anunciou a terceirização da ferramentaria, limpeza, vigilância, etc. Além disso, nos anos seguintes, o interventor, que supostamente foi nomeado para que a empresa arcasse com as dívidas tributárias, não pagou absolutamente nada de impostos.

As limitações do movimento

A principal limitação do Movimento das Fábricas Ocupadas foi seu isolamento político. Como dito mais acima, a ocupação e controle operário nas fábricas Cipla, Interfibra e Flaskô só poderiam ser duradouros e conquistarem a estatização, se fossem parte de um movimento nacional, em defesa dos postos de trabalho, pela ocupação e estatização sem indenização das fábricas ameaçadas de fechamento, que confluísse na luta revolucionária para destruir a ditadura de classe da burguesia. Para isso, dependeria de que a CUT encampasse esse movimento, além de cercar de so-

lidariedade ativa as fábricas ocupadas, diante das investidas da burguesia e do governo do PT para sufocar o movimento, como as perseguições às lideranças, a intervenção judicial nas fábricas de Joinville e os constantes cortes de energia na Flaskô. A CUT, dirigida pelo PT, não tinha como exercer esse papel, pois, estava politicamente comprometida com o governo burguês de conciliação de classes de Lula (PT).

A segunda limitação do movimento estava em sua direção. No momento da ocupação das fábricas, em 2002/2003, o Movimento das Fábricas Ocupadas estava sob a direção da corrente O Trabalho (PT). Posteriormente, em 2006, antes que ocorresse a intervenção sobre a Cipla e Interfibra, essa corrente rachou em duas: o atual O Trabalho (PT), de mesmo nome, e a corrente que passou a se denominar, alguns meses após o racha, de Esquerda Marxista (esteve até 2015 no PT, rompeu, e ingressou no PSOL, em 2017).

Com relação à atual corrente O Trabalho (PT), não conseguimos ter acesso em seu site a nenhum artigo da época das ocupações da Cipla e Interfibra e do processo de intervenção, o que seria importante para que pudéssemos ter uma leitura das posições adotadas por essa corrente no momento dos acontecimentos. Restou-nos buscar nas atuais posições dos lambertistas se ainda reivindicam o método de ocupação de fábrica sob controle operário como resposta imediata para a defesa dos postos de trabalho diante do fechamento de uma fábrica. E nada melhor do que analisar seu posicionamento em relação ao caso da Ford.

A principal limitação do Movimento das Fábricas Ocupadas foi seu isolamento político. Como dito mais acima, a ocupação e controle operário nas fábricas Cipla, Interfibra e Flaskô só poderiam ser duradouros e conquistarem a estatização, se fossem parte de um movimento nacional, em defesa dos postos de trabalho, pela ocupação e estatização sem indenização das fábricas ameaçadas de fechamento, que confluísse na luta revolucionária para destruir a ditadura de classe da burguesia.

No jornal O Trabalho (PT) nº 879 (jan-fev de 2021), no artigo “Ford: a lógica implacável do capital”, sobre o que fazer diante do fechamento da Ford, os lambertistas concluem defendendo que “Em 21 de janeiro, agências da Ford devem ser ocupadas em todo país, numa iniciativa da CNM-CUT. É preciso avançar na ocupação das fábricas, e na exigência de que sejam assumidas pelo poder público”. Como podemos ver, a ideia da ocupação da fábrica é colocada para um momento indefinido, e não como uma resposta imediata à ameaça de fechamento da Ford, além de que não deixa claro quem deve ocupar a fábrica, com que método, e para que finalidade. A defesa de que as “agências da Ford devem ser ocupadas” é meramente a de uma ação simbólica que não levaria a nada.

No jornal O Trabalho (PT) nº 880 (fev-mar de 2021), fica mais nítida a posição dessa corrente. No artigo “Como garantir os empregos que a Ford vai eliminar?”, os lambertistas já não falam mais nada sobre a ocupação das fábricas, e concluem dizendo que “É preciso cobrar do poder público a encampação da Ford, como uma empresa estatal, **única** forma de garantir os empregos e direitos dos trabalhadores e assegurar a continuidade da produção” (negrito nosso). Assim, a corrente O Trabalho (PT) fecha com a posição da CUT de encampação da Ford por meio de um Projeto de Lei,

a ser conquistado por pressão institucional. Além disso, coloca essa via como “única forma de garantir os empregos”, negando assim o método da ocupação e controle operário como medida imediata para a manutenção dos empregos. Em uma pequena nota complementar ao artigo, essa corrente vai mais fundo em sua capitulação e, para a nossa surpresa, retoma exatamente o caso da Cipla, para fazer um “Alerta”. Vejamos:

“UM ALERTA NECESSÁRIO [...] Tomemos o caso da Cipla, em Joinville (SC). A fábrica de produtos plásticos foi ocupada em 2002, em nome do passivo trabalhista do proprietário, e passou a ser gerida por uma comissão eleita pelos trabalhadores que defendia a sua estatização. Lula, então presidente, recebeu uma delegação da Cipla e disse que estatização estava ‘fora do menu’, sugerindo que formassem uma cooperativa. Os trabalhadores não aceitaram virar cooperativa, e a fábrica seguiu buscando colocar seus produtos no mercado. Até o dia em que a comissão que a dirigia submeteu à assembleia dos trabalhadores a decisão, se pagavam os salários ou honravam os direitos trabalhistas, pois, não havia recurso para ambos. O que resultou numa intervenção judicial e no fim da experiência em 2010, com o fechamento da fábrica e mais de 700 demissões. As leis do mercado são implacáveis. Só a estatização permite a garantia dos empregos e uma produção em larga escala.” (Negrito nosso)

Sobre o que os lambertistas querem alertar? Na prática, a corrente O Trabalho retoma o caso da Cipla para deslegitimar o método da ocupação de fábrica. Omitem que, se não fosse o método da ocupação de fábrica e controle operário, os operários da Cipla teriam perdido o emprego no momento em que os proprietários decretaram falência. Para piorar, quando dizem, levemente, que a decisão dos operários de não pagar a dívida com o INSS em prol de garantir os salários **“resultou numa intervenção judicial”**, passam a ideia de que foram os próprios operários os que provocaram a intervenção, omitindo toda a campanha reacionária da FIESP, ABIPLAST, Veja, e também a responsabilidade do governo Lula (PT) e seu ministro da Previdência, Luiz Marinho, que entraram com o processo judicial contra as fábricas, pelo pagamento das dívidas com o INSS, e se valeram da ação de 150 policiais federais para abolir o controle operário na Cipla e Interfibra. Na prática, os lambertistas querem “alertar” a vanguarda de que não há outra saída imediata para os operários da Ford, senão esperar a boa vontade do “poder público” para que encampe a multinacional. Para os lambertistas, sem que o governo “encampe” a Ford, não há mais nada que os operários possam fazer. Como se vê, a atual corrente O Trabalho não guarda mais nenhuma relação com o Movimento das Fábricas Ocupadas, e renega totalmente o método de ocupação de fábrica e controle operário, utilizado pelos operários da Cipla, Interfibra e Flaskô como forma imediata de defesa dos postos de trabalho, diante do fechamento da fábrica.

Tudo indica que, após a cisão da antiga corrente O Trabalho, em 2006, a direção do Movimento das Fábricas Ocupadas ficou sob a Esquerda Marxista, que não deixou de ser, também, uma limitação ao movimento. Evidentemente, a Esquerda Marxista defendeu com acerto o método da ocupação de fábrica e controle operário, diante a ameaça de fechamento da fábrica. A Esquerda Marxista também defendeu acertadamente a bandeira da estatização (embora sem colocar que não deveria haver indenização), em contraponto à bandeira do cooperativismo, avaliando corretamente que a transformação da propriedade da fábrica em

Fábricas Ocupadas nos anos 2000

cooperativa levaria à manutenção da propriedade privada capitalista, e aos trabalhadores terem de arcar com as dívidas do patrão, além de transformar os operários em sócios e exploradores. Além disso, avaliou corretamente que o controle operário das fábricas teria de se expandir para outras fábricas, caso contrário, não tinha como sobreviver por muito tempo. O problema estava em que, ao compor o PT como corrente interna, no momento em que este partido constituía um governo burguês, e ao não possuir um programa revolucionário, a Esquerda Marxista, embora realizasse críticas ao governo do PT, em relação à política de coalizões com a burguesia, não tinha como realizar uma crítica programática ao governo Lula, mantenedor dos interesses gerais da burguesia e de sua propriedade privada. Com a sua defesa do “governo dos trabalhadores”, não tinha como se diferenciar do reformismo petista, e organizar a vanguarda operária, que emergia do movimento, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias, o que implica necessariamente a supressão de todo o Estado burguês, e não de uma simples mudança no governo. Sem realizar uma oposição revolucionária ao governo do PT, a Esquerda Marxista não esteve programaticamente à altura dos próprios métodos de luta que a classe operária estava pondo em prática.

Conclusão

O Movimento das Fábricas Ocupadas foi parte de um contexto internacional de crise econômica capitalista, falência de empresas e uma onda de ocupações de fábricas em quebra pelos operários na Argentina.

O método da greve com ocupação de fábrica foi capaz de impor aos capitalistas proprietários e à justiça burguesa o controle operário nas fábricas ameaçadas de fechamento. Esse método demonstrou novamente a sua validade histórica, ao servir para manter, mesmo que por alguns anos, os postos de trabalho.

A bandeira da estatização das fábricas demonstrou o avanço político do movimento operário, em relação às políticas reformistas de cooperativismo e econômica solidária, e projetou o movimento para o choque contra a forma de propriedade capitalista.

A permanência do controle operário e das conquistas, como a redução de jornada sem redução de salários, dependeria que esse movimento se expandisse para as demais fábricas em nível nacional, e, em última instância, na luta pela revolução e ditadura proletárias.

O governo do PT, ao intervir sobre as fábricas Cipla e Interfibra, agiu como instrumento da burguesia nacional contra a classe operária. A CUT contribuiu para o isolamento político e derrota do movimento. A direção do movimento, inicialmente a antiga corrente O Trabalho, e posteriormente a Esquerda Marxista, não pôde servir para que os operários concluíssem a experiência do reformismo, e sua vanguarda se colocasse pela construção do partido revolucionário da classe operária. A atual corrente O Trabalho (PT), fruto da cisão em 2006, não guarda nenhuma relação e renega o método de ocupação e controle operário como resposta imediata à manutenção dos empregos, diante do fechamento da fábrica.

A experiência da ocupação e controle operário das fábricas Cipla, Interfibra e Flaskô são um patrimônio político da classe operária, e evidenciam o problema da crise de direção, e a necessidade de que a vanguarda operária consciente se coloque sob a estratégia revolucionária, e pela construção do Partido Operário Revolucionário.

Bolivia

No próximo dia 17 de maio, cumprem-se 12 anos da morte de Guillermo Lora

O revolucionário profissional que dedicou sua vida à causa da revolução proletária

Mais uma vez, os militantes do Partido Operário Revolucionário prestam homenagem e reiteram, com os punhos erguidos, diante do povo oprimido boliviano e dos explorados do mundo, que cumprimos nosso dever como revolucionários. E que não cessaremos a luta até consumir a revolução junto ao povo trabalhador, lutando sem concessões contra as correntes reformistas, como os impostores do MAS,

os oportunistas “democráticos” da velha direita, ou os fascistas e racistas como Facho Camacho, que cruzam o caminho da revolução.

O Partido Operário Revolucionário é a ferramenta da classe operária e da nação oprimida, que Guillermo Lora forjou para materializar a revolução, que libertará o país do jugo imperialista, o povo trabalhador da exploração capitalista, e as nações

indígenas da opressão racista da burguesia brancóide.

Será o governo dos explorados, o governo operário-camponês, que exercerá a ditadura sobre os exploradores e ampla democracia para os explorados e oprimidos.

Com o POR ao Socialismo

(Extraído do Jornal Massas, nº 2650, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

12 anos de sua partida

GUILLERMO LORA VIVE NO SEU PARTIDO: O POR



Ao homenagear esses 12 anos da partida de Guillermo, o vazio que ele deixou se torna mais profundo. Em sua monumental obra, munido do potente instrumento do materialismo científico, documenta uma minuciosa análise da ação das massas em luta. O proletariado em luta foi sua companhia inseparável no transcorrer de sua vida. Foi seu pêndulo, como gostava de dizer. O que demonstra o quanto estava desapegado de todo tipo de bajulação.

Guillermo vivenciou épicas batalhas, importantes etapas na história do proletariado boliviano. Nesta pequena lembrança, recorremos a uma notável passagem entre muitas (sua vida está cheia delas). Trata-se daquela que se deu, quando a contrarrevolução banzerista obrigou a maioria dos ativistas, os combatentes de agosto de 1971, a irem para o exílio, a maioria deles para o Chile, onde se reuniram as lideranças da esquerda boliviana, a exemplo do POR, PC, PCML, ELN, MNR de Siles Suazo, e outros.

Na Assembleia Popular, o POR reconheceu-a como órgão de poder, como sovieta – potente fenômeno que deu vida e projetou a Frente Revolucionária Anti-imperialista (FRA). A discussão para aprovar os documentos da FRA foi extraordinária, sob a direção política e ideológica de Guillermo Lora. Suas intervenções constituem uma lição que permanece penetrada na epiderme, por seu significado e transcendência. Ali se viu como o nacionalismo reacionário era rechaçado, e se erguia a nação oprimida, tendo à sua frente a pessoa de um homem de aspecto comum, que no momento de sua intervenção se agigantava como um dirigente da revolução.

Aprovado o documento, Guillermo sentenciou: ao aceitar essa proposição, era guiada pelo oportunismo, obrigada pela radicalização das massas em luta. Que lição a revolução deu naquele dia, apresentada por nosso camarada em nome de todos nós!

A esse respeito, Guillermo esclarece: “*Trata-se de descobrir os meios que permitam arrancar dos partidos nacionalistas o controle sobre os setores explorados e majoritários, para transformar o proletariado em dirigente nacional e, conseqüentemente, para fortalecer a vanguarda revolucionária. A Frente Revolucionária Anti-imperialista (FRA) constitui o marco para o cumprimento dessas tarefas. Estamos cientes das limitações do nacionalismo burguês e que, mais cedo ou mais tarde, deverá capitular diante da nação opressora – o inimigo estrangeiro – e aliar-se a ela, procurando esmagar o proletariado nacional, e procurando em vão salvar os seus interesses*”. (“Masas” nº 409, maio de 1972 – OOCB, volume 28).

Não se pode esquecer o claro fio condutor desse corolário (a FRA), que tem sua gênese nas Teses de Pulacayo, pois, nos dias da tremenda convulsão de 1971, os mineiros do Siglo XX, radicalizados e expressando-se através do POR, ocuparam La Paz, levantando as bandeiras da “Tese Política do IV Congresso da COB”. Pode-se dizer que os operários radicalizados, dispostos a conquistar o poder, estavam presentes nas discussões, por meio de Guillermo Lora.

Guillermo ainda assinala nos seguintes parágrafos, a importância do passo dado:

“Ao se aprovar a FRA, o POR impôs o seu programa, uma vez que foram derrotados os posicionamentos foquistas e estalinistas. Resumindo o que temos exposto até agora, podemos compreender o que significa a FRA para o POR, de forma que o POR se converteu em dirigente nacional, e ganhou o controle político.

Em meio ao desenvolvimento da maturação política da Bolívia, aparece como lugar comum a colocação de assegurar a liderança proletária na política frentista.

Um dos grandes passos que se têm dado, e que tem transcendência histórica, diz respeito à constituição da Frente Revolucionária Anti-imperialista, que implicou o reconhecimento da vigência dos métodos de luta próprios do proletariado, que se sintetizam na multifacetada ação direta das massas.

Há que se agregar ainda que a FRA – segundo seus documentos constitutivos – procura por de pé um governo dirigido pelo proletariado,

isto é, a ditadura do proletariado, que na Bolívia será um verdadeiro governo operário e camponês”.

(Informe do Secretário geral ao 23º Congresso do POR, Obras Completas, tomo 30).

Somos os herdeiros dessa época heroica, herdeiros do camarada Guillermo, dos camaradas que viveram e morreram por realizar o socialismo, dos milhares de companheiros proletários, que puseram suas vidas nas gloriosas jornadas, de tantos outros episódios de luta e, por último, da luta direta pelo socialismo, nas jornadas de agosto de 1971, por defender e aprofundar os postulados da Assembleia Popular. Estamos obrigados, perante eles e a história, a assimilar essa tradição.

***Camarada Guillermo, presente!
Agora e sempre! Viva o POR!***

(Extraído do Jornal Massas, nº 2650,
órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Memória eterna a Guillermo Lora

12 anos de sua morte

Todos os anos, aproveitamos a data de 17 de maio de 2009, para ressaltar a importância do dirigente do Partido Operário Revolucionário (POR) da Bolívia, e do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI). O trabalho de construção do POR no Brasil comprovou a importância e o dever dos marxistas, de não perderem a oportunidade das datas que referenciam a atividade dos revolucionários que já não estão entre nós, e os acontecimentos de grande importância da luta de classes e das conquistas do socialismo científico. A vida dos lutadores, em particular a dos marxistas, está fundida com seu trabalho sistemático junto ao proletariado, com a dedicação ao partido, e com as preciosas contribuições à edificação da teoria e do programa da revolução social.

Guillermo Lora – como Marx, Engels, Lênin, Trotsky e outros revolucionários – contribuiu para o avanço e a afirmação da compreensão das leis da história, que estiveram na base das grandes transformações, e que mantêm a sua vigência na luta do proletariado pela sociedade sem classes, pelo comunismo.

Lembramos o falecimento de Lora, nestes 12 anos, depois de encerrarmos a campanha em torno aos 150 anos da Comuna de Paris, que, por sua vez, foi precedida pela campanha dos 102 anos da fundação da III Internacional. Constatamos que, em cada campanha, o POR assimila, reivindica e incorpora as conquistas deixadas pelos marxistas e pelas revoluções.

Guillermo Lora – como Marx, Engels, Lênin, Trotsky e outros revolucionários – contribuiu para o avanço e a afirmação da compreensão das leis da história, que estiveram na base das grandes transformações, e que mantêm a sua vigência na luta do proletariado pela sociedade sem classes, pelo comunismo. Lora conquistou um lugar ao lado dos mais avançados cérebros do socialismo

científico. Guarda a particularidade de não ter nascido na Europa, berço do capitalismo, da evolução da classe operária, e da primeira revolução proletária vitoriosa – a Revolução Russa. Essa particularidade reforça a figura do revolucionário boliviano. Indica o tamanho do esforço prático e da disciplina intelectual, para se formar como marxista-leninista-trotskista, no dia a dia da tarefa de construir o POR, e dirigi-lo no mar revolto da luta de classes na Bolívia, na América Latina e no mundo.

Sua estatura marxista está vinculada ao operariado mineiro, à resposta partidária ao massacre de Catavi, às Teses de Pulacayo, ao bloco parlamentar mineiro, ao levante de 1946, à Revolução de 1952, à Assembleia Popular de 1971, à resposta ao golpe fascista do general Banzer, à desintegração da IV Internacional nos anos de 1950 e 1960, e ao trabalho de constituição do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Em especial, está vinculado ao nascimento e consolidação do Partido Operário Revolucionário no Brasil. Esse é, para nós, um reconhecimento de inestimável valor.

A experiência com a unidade dialética entre a teoria e a prática do internacionalismo marxista, realizada por nossa organização com as discussões, elaboração coletiva, aplicação das diretrizes e realização do centralismo democrático, no marco do Comitê de Enlace, marcou profundamente o nosso esforço de elaborar o programa, e cuidar com zelo o método leninista de construção e funcionamento do POR. Vivenciamos, durante anos de militância no seio do Comitê de Enlace e na participação da vida interna do POR boliviano (Congressos, Conferências, formação na Universidade Popular e manifestações na sede do sindicato de professores de La Paz – a Casa do Mestre), o empenho incansável de Lora, de elevar os poristas à teoria marxista da revolução proletária e do internacionalismo comunista. Vivenciamos e participamos das divergências internas, situações em que transparecem o método, a organização, a severidade e a disciplina de ideias próprias de um partido leninista.

Pudemos observar que, comparativamente, o POR do Brasil, seção do Comitê de Enlace, por seu caráter embrionário, estava

longe da maturidade do POR da Bolívia. Mas, Lora nunca se des-cuidou de nossas debilidades e de nos demonstrar que o partido é o programa, e, com ele, o método marxista, que se diferencia e se opõe completamente aos métodos pequeno-burgueses, anti-marxistas, de funcionamento partidário e intervenção na luta de classes. O centrismo veste a roupa do marxismo, e passa por revolucionário, até que se revela impotente diante dos duros embates entre o proletariado e a burguesia, até que se mostre em posição oposta à estratégia da revolução proletária e, em matéria organizativa, expõe o oportunismo.

Observamos e constatamos a escassa importância da esquerda centrista na luta de classes da Bolívia, enquanto pululam, principalmente, no Brasil e Argentina. Os revisionistas do marxismo-leninismo-trotskismo se estilçaram em várias correntes centristas. A tentativa de constituir uma de suas variantes, que levaram à liquidação organizativa da IV Internacional entre 1950 e 1960, chefiada por Michel Pablo e Ernest Mandel, se deu por meio da formação de uma fração pablista no POR, no seu X Congresso, em junho de 1953. O embate em torno ao balanço da Revolução de 1952, e às diretrizes para a situação posterior, concluiu com a cisão definitiva no XIII Congresso, em maio de 1956. Lora e seus camaradas, que se alinharam na Fração Operária Leninista, ficaram em minoria, diante da Fração Proletária Internacionalista, francamente pablista. A frustrada tentativa de unificação, em meados de 1960, evidenciou definitivamente que os revisionistas das teses da Oposição de Esquerda Internacional e do Programa de Transição da IV Internacional haviam capitulado, diante do estalinismo, que saiu momentaneamente fortalecido da Segunda Guerra Mundial. O que levou os pablistas a se adaptarem ao nacionalismo burguês nas semicolônias, e a se juntarem ao movimento foquista castro-guevarista, na América Latina.

O POR, que saiu organizativamente debilitado da cisão, fortaleceu-se em suas posições históricas, teóricas e programáticas. A comprovação de suas análises, de que o nacionalismo burguês concluiria submetido ao imperialismo, e de que os erros da orientação foquista guevarista expressavam o desespero pequeno-burguês, enterraria o pablismo na Bolívia.

Essa dilacerante e dolorosa experiência, entre 1950 e 1960, temperou o marxismo-leninismo-trotskismo, encarnado pela direção do POR. Permitiu que Guillermo Lora expressasse o programa da revolução e ditadura proletárias no seio da Assembleia Popular, em 1971, e lutasse para que a forma soviética, que tomava corpo em meio às massas em luta, se potenciase como órgão de poder



As Teses de Pulacayo, que determinavam a estratégia e a tática do proletariado, se reerguiam objetivamente, e eram encarnadas subjetivamente pelo POR, na luta contra a reação burguesa, e no enfrentamento aos nacionalistas e reformistas, para que não degenerassem a Assembleia Popular (...)

de um governo operário e camponês. As Teses de Pulacayo, que determinavam a estratégia e a tática do proletariado, se reerguiam objetivamente, e eram encarnadas subjetivamente pelo POR, na luta contra a reação burguesa, e no enfrentamento aos nacionalistas e reformistas, para que não degenerassem a Assembleia Popular, transformando-a em um órgão impotente da inviável democracia burguesa. Os pablistas-mandelistas do Secretariado Unificado (SU) ficaram à margem da Assembleia Popular, exortando a revolução pela via do foquismo, concebido e praticado equivocadamente por Ernesto Guevara.

A Assembleia Popular foi esmagada pela contrarrevolução, em agosto de 1971. O general Hugo Banzer desfechou o golpe militar fascista. Observa-se que, de 1946 a 1971, transcorreu um período heroico da luta de classes, protagonizada pelo proletariado mineiro e pelos levantes camponeses. É nessa caldeira que se forjou o POR, e Lora ganhou estatura de um sólido revolucionário, que assimilava freneticamente as experiências das revoluções e, assim, sobretudo, enraizava o marxismo-leninismo-trotskismo na Bolívia, e, deste país de capitalismo tão atrasado, para a América Latina.

Chegamos ao ponto essencial de nosso reconhecimento do trabalho sistemático e perseverante de Lora em conduzir o POR pelo caminho da revolução proletária e do internacionalismo comunista. De passagem, lembramos que o peruano José Carlos Mariategui



(1894-1930) é considerado como o mais importante introdutor do marxismo no continente latino-americano, principalmente com os “Sete ensaios sobre a realidade peruana”, de 1928. Suas limitações foram suficientemente estudadas. Não chegou a se constituir em marxista pleno. É importante a sua referência, porque o marxismo na América Latina foi desenvolvido, em todos os seus fundamentos teóricos e programáticos, por Guillermo Lora, como continuidade do leninismo-trotskismo. Os abundantes escritos do dirigente porista guardam vigência, e são imprescindíveis para a vanguarda revolucionária lutar pela superação da crise de direção. Também de passagem é bom assinalar que escritores, como Vittorio Codovilla, italiano radicado na Argentina (1894-1970), e Rodolfo Ghioldi (1897-1985), fundadores do Partido Comunista Argentino, se perderam ao combater o trotskismo, evidenciando que o estalinismo não guarda nem sombra do marxismo-leninismo. Os escritores centristas e oportunistas, como Nahuel Moreno, tão somente contribuíram para revisar as posições da IV Internacional, e deformar o trotskismo.

O POR boliviano e a abundante obra de Lora se ergueram como uma muralha, contra a qual se estilhaçam os impostores e traidores do marxismo-leninismo-trotskismo. As condições históricas do capitalismo em desintegração, e a restauração capitalista – que desmoronou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, destruiu as conquistas da Revolução Chinesa, e vem sabotando a Revolução Cubana – impõem aos marxistas, que lutam pela superação da crise de direção, o estudo, a assimilação e o reconhecimento dos avanços obtidos pelo POR boliviano.

O Comitê de Enlace não tem como romper a camisa de força do isolamento, sem que se coloque disciplinadamente essa tarefa. É parte do aprendizado do marxismo, leninismo e trotskismo, a compreensão e a aplicação dos ensinamentos que percorrem os escritos de Lora. A edição de suas Obras Completas, que reflete um esforço sobre-humano, facilitou o acesso e o estudo sistemático das conquistas do marxismo na América Latina.

Os centristas, em particular, uma vez que o estalinismo se conformou como expressão burguesa, insiste em negar, deformar e mesmo deturpar o POR boliviano. Não se cansam e não se enver-

gonham de repetir a cantilena de que o POR foi responsável pelo proletariado, representado na COB, não ter tomado o poder em 1952. Não dedicam uma linha para analisar as explicações e fundamentações históricas dos acontecimentos, que levaram a revolução a concluir com a constituição do governo nacionalista do MNR. Distorcem com meias palavras, e as espalham como um carimbo

de condenação eterna do POR. Assim, as distintas variantes do centrismo, que se formaram com a desintegração da IV Internacional, se unem em uma cruzada perene contra o marxismo-leninismo-trotskismo, que vicejou no pequeno país andino, e do qual o internacionalismo proletário de nossos dias depende, para recuperar o terreno perdido para contrarrevolução.

O destino do estalinismo foi selado com a liquidação da III Internacional e, mais recentemente, com o triunfo final da restauração capitalista contra a revolução proletária de Outubro de 1917. O destino das esquerdas centristas vem sendo selado pela oposição sem princípios ao POR, e pela negação sistemática de constituir o partido sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Estamos em meio a uma das maiores crises do capitalismo do pós-guerra. As massas pagam caro pela impossibilidade da burguesia de protegê-las do flagelo da Pan-

demia, e pelo desmoronamento mundial da economia. A barbárie avança, sem encontrar um poderoso obstáculo, que é o proletariado mundial organizado em sua Internacional. A burguesia monopolista e os Estados imperialistas aproveitam para travar a guerra comercial, e subjugar ainda mais as semicolônias. A crise de direção vem à tona, como uma erupção vulcânica. E, com ela, a impotência do centrismo e do reformismo. O Comitê de Enlace tem o dever de erguer alto a bandeira de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. E trabalhar coletiva e centralizadamente, como única forma de enfrentar as debilidades organizativas e de formação de quadros. Temos a mais poderosa arma, que é a teoria e o programa, pelos quais Lora tanto trabalhou.

**Memória eterna ao camarada Guillermo Lora!
Camaradas, um verdadeiro revolucionário
cumpra a sua parte, cabe-nos cumprir a nossa!**



É importante a sua referência, porque o marxismo na América Latina foi desenvolvido, em todos os seus fundamentos teóricos e programáticos, por Guillermo Lora, como continuidade do leninismo-trotskismo.



Nesta edição:

- **Palestina:** Expansionismo sionista leva a mais um massacre de palestinos.
- **Colômbia:** Declaração do POR - Viva a luta das massas colombianas! / Intervenção do POR no ato em apoio ao levante das massas colombianas.
- **Argentina:** Pacto Social: governo, burocracia sindical e empresários enterram o salário.
- **Chile:** A palavra “inclusão” unifica a todos.
- **Lênin:** Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Expansionismo sionista leva a mais um massacre de palestinos



Mais de 120 palestinos, dos quais pelo menos 31 crianças, já morreram por conta dos ataques aéreos e por mísseis israelenses, até 14/5. Os sete israelenses mortos ilustram a disparidade de forças nos combates que se realizam, há uma semana, na região. As forças sionistas atacam prédios de moradia, onde supostamente estariam lideranças das forças do Hamas e Jihad Islâmica, mas também milhares de outros palestinos. Os palestinos respondem como podem, diante do poderio militar sionista muitíssimo superior: despejam centenas de mísseis contra as áreas israelenses, principalmente sobre Tel Aviv, sabendo do escudo antimíssil israelense, que destrói de 80% a 90% dos foguetes. E reforçam os protestos nas ruas, sendo duramente reprimidos, já há mais de 400 presos. Enquanto isso, as tropas de Israel se avolumam na fronteira da Faixa de Gaza.

No último dia 5, começou uma brutal repressão, por parte do Estado sionista, contra os protestos de palestinos no bairro de Sheikh Jarrah, em Jerusalém. Esses protestos vinham acontecendo há semanas, por conta da ameaça de expulsão de famílias palestinas de Jerusalém Oriental, em favor de colonos israelenses. A Suprema Corte de Israel pretende legalizar a propriedade israelense da região, e entregá-la aos colonos judeus, expulsando os palestinos que moram ali. O “argumento” sionista é o de que essa região era de judeus, antes da criação do Estado de Israel, em 1948.

Os palestinos lutam por sua independência e fixação de sua capital em Jerusalém. Sofrem com todo tipo de discriminação do sionismo sobre eles. Até mesmo a vacinação contra o novo coronavírus foi segregacionista, deixando os palestinos de lado em relação à população judia.

A verdade é que o Estado de Israel nasceu e se desenvolveu como um enclave do imperialismo norte-americano na região. Por isso, só pode existir e se manter sobre a base do expansionismo militar, e da opressão nacional e social sobre a maioria palestina. Portanto, em choque com as nacionalidades árabes de toda a região.

Os palestinos lutam por sua independência e fixação de sua capital em Jerusalém. Sofrem com todo tipo de discriminação do sionismo sobre eles. Até mesmo a vacinação contra o novo coronavírus foi

segregacionista, deixando os palestinos de lado em relação à população judia.

Usaram, na defesa dos moradores do bairro ameaçado de despejo, de protestos de rua. O Estado sionista foi aumentando a repressão sobre as manifestações, até a morte de 22 manifestantes, no dia 5. A partir daí, começou a haver uma resposta militar dos palestinos, a partir do Hamas e da Jihad Islâmica, com apoio do Irã, que alimenta a resistência com armamentos. Israel, agora, planeja uma investida terrestre sobre os territórios palestinos, o que deve aumentar consideravelmente o número de mortos. Seu novo “argumento” é o de que há um ataque racista antisemita por parte dos palestinos.

As potências europeias pedem um imediato cessar-fogo na região. Preocupam-se com a possibilidade de que o chamado

mundo árabe seja arrastado para a guerra travada pelo sionismo contra os palestinos. E que isso repercute em maior crise política na região, principal produtora de petróleo.

Sabemos que a diplomacia, sob o capitalismo imperialista em decomposição, é o intervalo que prepara novas guerras. Não pode haver paz na Palestina enquanto existir o Estado de Israel. As burguesias árabes se mostraram impotentes para alcançar a soberania nacional diante das potências imperialistas, em particular os Estados Unidos. O Irã sobrevive sob cerco e ameaça de invasão permanente.

Os acordos diplomáticos para estabelecer as zonas de relativa autonomia palestina, Gaza e Cisjordânia, preservaram a supremacia israelense e a opressão sobre os palestinos. Não pode haver estabilidade política e social onde a exploração e discriminação seguem como regra.

A solução dos sistemáticos massacres de palestinos pelo Estado sionista passa pelo fim do Estado de Israel. Isso só será possível por meio da revolução proletária, que empunhará a bandeira da autodeterminação das nacionalidades. A soberania nacional depende da ruptura com o imperialismo e estabelecimento de uma federação de estados socialistas no Oriente Médio. O regime de transição ao socialismo é o meio de alcançar a igualdade entre a população palestina e judia. Somente uma sociedade sem explorados nem exploradores pode acabar com a opressão nacional e de classe.

Neste momento, é preciso fazer uma campanha internacio-

nalista de defesa dos palestinos em todos os países. Exigir o fim dos ataques militares e da repressão às manifestações palestinas. Em cada país, combater nas ruas, com paralisações da produção e manifestações de rua, o sionismo e o imperialismo. Greve em todas as fábricas de insumos do exército israelense. Paralisação dos portos, aeroportos e demais vias de envio de suporte aos que massacram os palestinos. Exigir a tomada de todas as medidas que sufoquem econômica e politicamente o Estado de Israel, até o fim dos massacres sobre os palestinos.

A grande dificuldade de realizar esta campanha de conjunto é a ausência da direção revolucionária mundial do proletariado, do Partido Mundial da Revolução Socialista. A crise de direção se manifesta como obstáculo para o internacionalismo proletário. O que não deve levar à paralisia, ao contrário, é preciso mobilizar em defesa dos palestinos, e travar a luta contra as medidas ditadas pelo imperialismo, em cada país.

Neste momento, é preciso trabalhar para recuperar as forças dos oprimidos, contidos pela pressão da burguesia e seus governos, mas também pela paralisia das direções das organizações de massa, que se negam a organizar os explorados com independência de classe e com os métodos próprios da luta de classes. Organizar protestos em todo o país contra o massacre dos palestinos! Que o dia nacional de luta seja um dia de paralisações e grandes manifestações de rua, não de lives inócuas e eleitoreiras!

Declaração Partido Operário Revolucionário

Viva a luta das massas colombianas! Abaixo o governo assassino e narcotraficante!

5 de maio de 2021

Colômbia está diante de um novo levante operário e popular. O país tornou-se uma verdadeira praça de guerra, com o enfrentamento entre explorados e exploradores. A podridão da burguesia semicolonial se manifesta no preciso momento em que as massas miseráveis e oprimidas intervêm, e recorrem a seus métodos de luta, para se defenderem da violenta combinação das crises sanitária e econômica.

Há 8 dias, os colombianos enfrentam a brutal repressão e os métodos terroristas de Estado desfechados pelo governo de Ivan Duque. Até o momento, contabilizam-se 19 mortos, mais de 800 feridos, e 89 manifestantes desaparecidos. Eis como o governo ditatorial, paramilitar e narcotraficante pretende esmagar o levante operário e popular.

A revolta teve por estopim a apresentação da chamada “Lei da Solidariedade Sustentável”, que aumentava em 19% os impostos sobre os serviços de esgoto, luz, água, gás, dentre outros. O que resultaria em um aumento entre 39% a 43% nos preços dos produtos e serviços de consumo básico (café, açúcar, alimentos, gasolina, etc.). Descarregaria, assim, todo o peso da crise sobre os operários, camponeses, juventude oprimida, e os pobres e miseráveis.

A insurgência reflete as raízes da violenta desigualdade e concentração de riquezas em mãos de uma ultraminoria. O desemprego atinge quase 20% da população. Cresceu a pobreza, que se aproxima de 50%. Continua a política de extermínio e terrorismo de Estado das lideranças operárias, camponesas e indígenas.

O levante dos oprimidos colombianos demonstra que as massas não podem esperar em suas casas, assistindo à destruição de seus mais elementares direitos e condições de vida. A resposta foi ganhar as ruas, furiosamente. Foi recorrer a um levante coletivo e nacional, impulsionado pela crise do capitalismo em decomposição. Resposta que ocorre no momento em que a crise sanitária dá um salto à frente, e a guerra comercial das vacinas se acirra. Resposta ao fracasso da política burguesa do isolamento social. Resposta à burguesia colombiana e ao governo de Duke, serviçais dos Estados Unidos, por colocarem o país completamente à mercê dos monopólios que controlam as vacinas. Resposta à contrarreforma que sacrifica ainda mais a situação de vida dos trabalhadores.

Popularizou-se, entre as massas, a denúncia: “O governo é mais perigoso do que o vírus”. Significa que a burguesia narcotraficante colombiana foi e é incapaz de estancar os estragos da pandemia, e proteger a vida dos pobres e miseráveis. E, agora, desfecha uma violenta contrarreforma que favorece as grandes empresas monopolistas, e descarrega o peso das crises sanitária e econômica sobre os explorados.

A crise política, os estragos da pandemia, o avanço das contrarreformas, os massacres de lutadores e o intervencionismo imperialista mostraram, aos oprimidos, o caminho da luta. Mostraram que estão obrigados a romper com a palavra de ordem burguesa de “ficar em casa”. E que tomassem as ruas, recorrendo aos métodos coletivos da ação direta de massas. Foi assim que impuseram



ao governo, após 4 dias, a queda da lei e do ministro da Fazenda, Alberto Carrasquilla.

Eis como os explorados e demais oprimidos, instintivamente, recorrem a seus próprios meios de luta, retomando os elos dos levantes operários e populares, que assombraram a burguesia em 2019. O 1º de Maio na Colômbia, assim, se caracterizou por expressar as tendências mais profundas dos explorados, de intervir na crise com suas reivindicações e formas de combate. Não houve festejos, nem comemorações vazias. As massas enfurecidas irromperam na situação política, e mostraram como os trabalhadores procuram a via para romper com os ditames dos governos, e criar as condições para derrubar o governo assassino e narcotraficante.

Mas, não apenas se trata dos avanços na Colômbia. Os explorados e oprimidos do continente acham-se diante da disjuntiva de ferro: ou rompem a paralisia e recorrem à luta de classes, ou continuarão arcando com a destruição completa de suas capacidades físicas e mentais. O levante operário e popular da Colômbia é, certamente, um passo instintivo das massas contra o capitalismo em decomposição, e a impotência da burguesia semicolonial em responder e satisfazer as mais mínimas e urgentes necessidades da existência social.

É nessas condições concretas que transparece a crise de direção revolucionária. O proletariado está presente nos combates. Porém, não conta com uma direção política que unifique as lutas, auxilie os combatentes a se organizarem, e desenvolva a estratégia do governo operário e camponês, da revolução proletária. O levante vem criando as condições favoráveis para que a vanguarda com consciência de classe trabalhe por cavar as trincheiras da independência de classe, da luta anti-imperialista e do combate ao capitalismo.

A vanguarda da América Latina está obrigada a tirar as con-

clusões políticas da situação convulsiva na Colômbia. A primeira é a de que se deve romper a paralisia, e retomar o caminho da ação coletiva. A segunda é a de que há que levantar bem alto a bandeira de um programa de emergência dos explorados. Terceiro, a de que, em nossos países, temos a tarefa de defender o movimento das massas colombianas seguindo o seu exemplo. Quarto, a de que estão amadurecidas as condições para constituir a frente única anti-imperialista. Quinta, a de que somente se derrotam as contrarreformas por meio da luta de classes. Sexta, a de que é imperativo desenvolver no seio das massas a estratégia do governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado.

A tarefa imediata da vanguarda no Brasil é a de romper a camisa de força da política de conciliação de classes das direções sindicais e populares. Não se trata de se limitar à denúncia, e se prestar solidariedade verbal às massas colombianas. Estamos diante da tarefa de organizar, imediatamente, em nosso país, um Dia Nacional de Luta, baseado no programa emergencial dos explorados. O que exige romper a passividade dos sindicatos, convocar assembleias gerais, e fortalecer a ação instintiva das massas. O internacionalismo proletário exige, da vanguarda com consciência de classe, se elevar à altura das tarefas colocadas pela história, e combater o capitalismo apodrecido com o programa, as bandeiras e os métodos históricos do proletariado.

Abaixo o governo de Duque! Tribunais Populares para julgar todos os crimes da burguesia contra as massas oprimidas! Toda solidariedade à luta das massas colombianas! Responder à desagregação do capitalismo com o programa e a bandeira da revolução proletária!

Intervenção do POR no ato em apoio ao levante das massas colombianas

(Consulado da Colômbia, em S. Paulo)

Camaradas, sou membro do Partido Operário Revolucionário, e viemos aqui dizer que, em primeiro lugar, esse levante que acontece agora na Colômbia, não pode ser considerado como um raio em um céu azul. Esse levante é continuidade das lutas das massas latino-americanas de 2019. [Lutas] Que foram interrompidas pelas direções sindicais e substituídas por métodos estranhos aos do proletariado, os métodos virtuais e a passividade. E, agora, os povos latino-americanos, as massas exploradas, começam a retomar sua luta, na Colômbia, no Paraguai, na Bolívia, e em outros países.

A violência sofrida pelas massas colombianas, pela polícia, é a violência de Duque, o presidente, mas também, e principalmente, é a violência da burguesia, que está amedrontada com os levantes que podem ocorrer, e já estão ocorrendo.

Esse ajuste fiscal, essa reforma tributária, tem a finalidade de sustentar o parasitismo financeiro da burguesia colombiana, mas principalmente da burguesia imperialista estadunidense.

Por isso, companheiros, se a palavra de ordem que está sendo levantada tanto lá na Colômbia, de que “o presidente é mais perigoso que o vírus”, não temos por que pensar que aqui é diferente. O presidente é mais perigoso que o vírus, e mais, a burguesia é mais perigosa que o vírus. Por isso, a vanguarda com consciência de classe deve incorporar as lições das massas colombianas, e sair às ruas!

Muitos explorados brasileiros estão falando da necessidade de ir às ruas, e está correto. As Centrais estão corretas em ter chamado esse ato presencial, mas é preciso passar, do apoio abstrato, para o apoio concreto. Isso se dá levantando a bandeira da Frente Única Anti-impe-

rialista na América Latina. E o conteúdo dessa frente única é a defesa dos empregos, dos salários, das condições de vida, da vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis.

Camaradas, estamos aqui com as centrais sindicais, não tem melhor momento do que esse para defender um Dia Nacional de Lutas. Por que estamos na passividade, se concordamos que o presidente é mais perigoso que o vírus? Vamos levantar um Dia Nacional de Lutas no Brasil, essa é a forma concreta de se prestar apoio às massas exploradas colombianas.

Abaixo o governo Duque! Viva a luta das massas colombianas! Em defesa da revolução e ditaduras proletárias!

Chile

A palavra “inclusão” unifica a todos

Jorge Arancibia, ex-braço direito de Pinochet, ex-almirante, ex-senador designado, ex-embaixador, atual candidato a constituinte. Reunido com Andrea Molina, candidata a prefeita de Viña del Mar, disse que os 50% que não votam são estúpidos. O almirante, ao contrário dos marinheiros, não conhece o ditado, que o peixe morre pela boca

As candidaturas à Assembleia Constituinte e aos cargos de governadores, prefeitos e vereadores superam o número de 20 mil em todo o país, divididos nos 28 estados. Esta alta quantidade de aspirantes tem por finalidade enganar as massas, com o subterfúgio do “direito democrático” da “inclusão”. Assim o fazem para enfrentar o crescente repúdio das massas à politicagem burguesa, que manobra com o recurso fraudulento dos “independentes”. Procuram iludir as massas com a velha artimanha da mudança burguesa da Assembleia Constituinte, Assembleia Constituinte Soberana etc., arrastá-las por meio do “direito” de eleger o seu próximo carrasco com rostos novos e jovens, que certamente trairão os eleitores. Deste modo, pretendem, nos comícios, aumentar o número de votantes.

A abstenção se arrasta por décadas, porque as pessoas não acreditam nas promessas eleitorais, e enfrentam esta fraude burguesa com o crescente repúdio ao cretinismo político, valendo-se da ação direta nas ruas. Desde o início, a rebelião popular provocou importantes baixas, e diminuição de militantes de todos os partidos políticos.

Como a decadência do capitalismo não tem remédio, todos os esforços e manobras não lhes permitem nenhuma solução duradoura, somente remendos fugazes, que dilatam e amplificam a grave situação econômica, social e política dos maiores setores da população. Não comparece neste contexto nenhuma política que possa reverter ou mitigar a fome de vastos setores da população, porque o modelo que tem sido defendido, por mais de 47 anos, está desenhado para aumentar a concentração da riqueza.

O Estado e o seu regime político, regidos por governos de ditadura civil, são aqueles que, mediante as suas instituições constitucionais, parlamentares e jurídicas, mantêm a base objetiva da economia burguesa, baseada na propriedade privada, que está sob o controle de poucas famílias. Nos dois últimos anos de crise, incluindo a pandemia, houve um crescimento de seu patrimônio em mais de 75%. O que significa que o capital financeiro especulativo aumenta a riqueza parasitária de uns poucos, e ataca com força as camadas mais miseráveis da população. Esta situação leva à destruição da vida de milhares de pessoas, a saúde pública e a educação. Eis por que se observa o avanço do comprometimento físico e mental de setores cada vez mais amplos de operários, mulheres, jovens, crianças e velhos. Ou seja, a maioria oprimida, explorada e maltratada está obrigada a suportar o sistema capitalista caduco, degradado e brutal.

A crise do terceiro saque dos 10%

A pretensa oposição burguesa e parte do campo governista votaram, no parlamento, por ampla maioria, pela terceira parcela dos 10% dos fundos de previdência da classe operária e dos trabalhadores. Recursos esses, produto da venda da força de trabalho, que são destinados para satisfazer transitoriamente a necessidade urgente de amenizar a fome. É o que o capitalismo decadente e bárbaro pode oferecer aos explorados.

O governo tem o direito, previsto na Constituição, de se opor a esta iniciativa parlamentar, e recorrer ao Tribunal Constitucional (TC), para derrubar a votação da instância legislativa, como último recurso para frear o saque. A oposição e os parlamentares da base do governo lhe suplicaram que não recorresse ao TC, principalmente porque as eleições estão próximas, e ambos os setores coincidem que a crise política dos partidos continuará se aprofundando, se tal medida for tomada.

Ignorando os apelos, o presidente Piñera pretende, como fez nos saques anteriores, frear as retiradas dos fundos de previdência privadas (AFP). Procura, assim, preservar a influência sobre uma parte de seus ministros e dos setores mais conservadores, o que resta de sua coalizão “Chile Vamos”. Ao mesmo tempo, manter-se fiel diante dos seus patrões, donos das instituições de fundos previdenciários, capitalistas norte-americanos e canadenses.

A reação imediata, frente ao requerimento do TC, veio de parte dos operários portuários, que decretaram uma paralisação na operação de embarque e desembarque dos navios atracados nos portos nacionais. Convocou-se uma reunião das bases sindicais, nos 25 terminais portuários do país. Houve um arco de uma greve nacional por tempo indeterminado, apoiada na ação direta de organizações sociais e políticas de base e da população, desde as suas casas, com o tradicional panelaço.

Diante de tamanha efervescência, o Tribunal Constitucional não fez prevalecer o critério técnico legal, definido pela Constituição do governo militar, e defendida pelos governos da ditadura civil. Prevaleceu o papel hegemônico sobre todos os poderes do Estado, de salvar o regime político burguês ameaçado pela mobilização popular. Superou-se este impasse com um critério político, que permite ao governo e à oposição colocarem-se de acordo, para estancar momentaneamente a profunda crise institucional, considerando que o processo eleitoral está bem próximo.

O papel da CUT diante da Constituinte

A estatizada e desprestigiada Central Unitária dos Trabalhadores ganhou um lugar na nefasta democracia burguesa. É dirigida por burocratas estalinistas do Partido Comunista Chileno, socialdemocratas e integrantes da Democracia Cristã. Esses tradicionais inimigos da classe operária e do povo, mediante o engano, falsificações e imposturas, subordinaram a CUT ao democratismo burguês. Muitos destes traidores se postulam hoje como candidatos a ocupar um lugar nas instituições burguesas decadentes e corruptas.

O oportunismo dos burocratas não demorou a se revelar. A presidente da CUT, Bárbara Figueroa, candidata a constituinte pelo Partido Comunista do Chile, postula ocupar um lugar na Assembleia Constituinte. Junto a outros dirigentes sociais, ex-parlamentares de todos os partidos políticos e independentes, elevou o discurso de que a “Assembleia Constituinte” aprofundará a “democracia”. Realizará apenas alguma mudança cosmética na Constituição Pinochetista.

A Constituinte não tocará nos fundamentos da Constituição Pinochetista

A lei 21.200 foi produto da traição pactuada em plena rebelião popular, em dezembro de 2019. Pacto esse que não toca nos princípios fundamentais da antiga Constituição. Que são: a propriedade do capital parasitário financeiro e os acordos internacionais. O pacto objetivou manter a opressão imperialista sobre o país semicolonial. A burguesia chilena arrastou os partidos que se vinculam às organizações dos trabalhadores para eternizar o seu poder de classe. Para isso, são precisos governo, parlamento e partidos que funcionam como serventes das multinacionais, que se entrelaçam com a burguesia nacional parasitária. Assim, se mantém a economia de desenvolvimento desigual e combinada, que perpetua o atraso e a fome.

Essas três instituições enfrentam o total rechaço popular, mas se arrogam o direito de definir o futuro do país, sendo os responsáveis diretos por manterem a maioria nacional na terrível situação de miséria: fome, enfermidades físicas e mentais, desemprego e mortes.

Saque dos 10% do fundo de previdência privada e auxílio emergencial para conter o descontentamento popular

A decisão política do TC aliviou a tensão política entre o governo e a oposição. Tensão agudizada pela ação direta das massas. Permitiu, assim, acordos “mínimos”, circunscritos à discussão do aumento e extensão do auxílio emergencial, chamado de Ingresso Familiar de Emergência (IFE). Gradualmente, partindo desde o início da pandemia, beneficiou 40% dos miseráveis, passando a 60%, e atualmente a 80% do Cadastro Social de Domicílios. Hoje, a oposição exige que se chegue aos 100%.

Além disto, pede a extensão do bônus à classe média, que se encontra em situação de vulnerabilidade. A crise é tamanha, que se chegou à possibilidade de camadas da pequena burguesia cair na miséria absoluta. Atinge a pequena burguesia dos serviços urbanos, das pequenas e médias empresas com os seus trabalhadores, os autônomos, trabalhadores rurais e indígenas.

Esses acordos mínimos e transitórios estão aliviando a situação política, que havia sido provocada pela demagogia populista de certos indivíduos que ficaram isolados, devido às leis ditadas pelo sistema eleitoral. A atomização da Frente Ampla despertou um pequeno interesse cidadão pela utilização da política. Pequenos partidos, que não conseguem as assinaturas necessárias para se inscreverem com candidatos à presidência, se valem dos acordos voltados a descomprimir a situação política.

Acordos para garantir os processos eleitorais

O governo e oposição encontraram um breve respiro para firmarem acordos mínimos que lhes permita prosseguir com a fraude eleitoral. A instabilidade da situação foi demonstrada pelos frequentes aumentos e quedas da popularidade dos possíveis candidatos. Ambos os lados não têm figuras que despertem algum interesse da população, porque tudo está condicionado às pesquisas e aos auxílios emergenciais, já que, para resolver momentaneamente a fome, precisam continuar submetendo o país ao aumento da dívida externa.

A importância da luta dos portuários

A Associação Nacional Portuária se distinguiu, desde o princípio, da estatizada, burocratizada e estalinizada Central Unitária dos Trabalhadores (CUT). Em apoio ao povo chileno, convocou os filiados, operários mineiros, agrícolas e do setor de transporte,

a se juntarem à paralisação nacional (teve a adesão parcial dos estivadores, já que em Valparaíso não aderiu por problemas internos). A paralisação portuária pressionou o governo, TC, Parlamento e partidos políticos. Obrigou-os a dar uma solução urgente aos problemas econômicos, que a população demandava por meio de painéis e mobilizações nas ruas. A intervenção dos operários portuários conquistou um merecido lugar no coração dos oprimidos. Proporcionou um especial reconhecimento pelo apoio desinteressado, que o colocou como direção da nação subjugada pelo imperialismo e pela burguesia nacional parasitária e repressora, exploradora, que mantém o país no absoluto atraso e miséria.

O exemplo dos portuários nos indica o caminho que o movimento operário deve tomar. Encontrar seu lugar histórico e evoluir à condição de direção revolucionária da nação oprimida. Cumprir a tarefa histórica de tomar o poder e destruir todo o vestígio de exploração e opressão, a que cotidianamente nos submete a sociedade capitalista decadente e corrupta. Para isso, devemos necessariamente construir o Partido Operário Revolucionário, baseado na internacionalização da classe operária. Tarefa essa que se combina com o objetivo histórico de reconstruir a IV Internacional, Partido Mundial da Revolução Socialista Mundial.

A tarefa do partido

Nossa principal tarefa nacional é dedicar as nossas forças à educação e formação da militância, baseada nos princípios fundamentais do marxismo-leninismo-trotskismo. Elementos básicos para exercer um trabalho efetivo contra os revisionistas, reformistas, anarquistas, estalinistas, centristas e a esquerda pós-moderna. Temos por objetivo estruturar o Partido Operário Revolucionário, com militantes que se convertam em profissionais da revolução, transformar o trabalho diário da luta de classes em teoria revolucionária. Desenvolver a propaganda e agitação, no seio dos explorados, por meio do trabalho de organizadores conscientes, capazes de orientar e dirigir a unidade nacional e internacional da classe operária, transformando seu instinto, pelo lugar que ocupa nos meios de produção, em consciência revolucionária.

A paralisação dos operários portuários nos indica o caminho que devem seguir os operários de outros setores produtivos, unificando as lutas rumo aos objetivos históricos que nos coloca a humanidade. O proletariado é a única classe que pode e deve acabar com a ditadura burguesa, que esmaga os operários, mulheres, crianças, velhos, indígenas, etc. O objetivo histórico da luta de classes é a instauração de um Estado Operário. As massas majoritariamente oprimidas jamais encontrarão solução nas reformas que se orientam a manter o regime político atual por meio de uma Assembleia Constituinte, desenhada, preparada e utilizada pelos partidos políticos que sempre trabalharam em favor dos grandes capitalistas nacionais e internacionais, e que somente nos oferecem sacrifício, desemprego, fome e repressão.

Construamos com empenho o Partido Operário Revolucionário! Pela crise sanitária e por consciência, não votar! sejamos consequentes com os 98% da população que não acredita nos partidos políticos! As pesquisas burguesas apontam que somente há 2% de aprovação! apoio incondicional à luta do povo colombiano, porque é nossa luta! Viva a revolução latino-americana e mundial! Viva a revolução proletária internacional!

(Extraído do Jornal Luta Operária, órgão do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário do Chile)



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal Massas, nº 635, relatamos de maneira mais desenvolvida a divergência de Lênin com Trotsky e Bukharin, em torno à questão dos sindicatos. Citamos o folheto *“Uma vez mais acerca dos sindicatos, da situação atual e dos erros de Trotsky e Bukharin”* (25 de janeiro de 1921). Embora os principais pontos já tivessem sido tratados nos documentos *“Os sindicatos, a situação atual e os erros do camarada Trotsky”* (30 de dezembro de 1920) e *“A crise no partido”* (19 de janeiro de 1921), Lênin reforçou suas posições nesse terceiro documento, em função do X Congresso, que se aproximava.

O objetivo, agora, dessa exposição é extrair determinadas formulações que trazem elementos para a teoria marxista. Lênin introduz, assim, o folheto *“Uma vez mais...”*: *“A discussão dentro do partido e a luta fracional, que é do tipo daquelas que ocorrem antes de um congresso – antes e na relação com as próximas eleições ao X Congresso do PCR – estão acirradas”* (...) *“Quase em todos os lugares se realizam reuniões do partido para discutir essas questões. Em 30 de dezembro de 1920, intervi em uma reunião nas condições em que, como manifestei então, me ‘afastava do regulamento’, nas condições em que não podia participar do debate, nem ouvir os oradores anteriores e subseqüentes. Procurarei agora compensar e expressar-me de forma mais ordenada”*.

O folheto é constituído de vários pontos. Lênin começa referindo-se ao perigo do fracionamento partidário, nas difíceis condições de erguer a indústria e movimentar a economia, arruinada pelos anos de guerra externa e interna. Alerta para o fato de que os defensores de plataformas não se davam conta de que estavam levando o partido a uma cisão. Diz: *“De modo que há certo perigo de choque”*. E pergunta: *“Pode conceber-se que membros sensatos do partido permaneçam indiferentes diante do problema de como, onde e quando surgiu esse perigo?”*. Referia-se principalmente a Trotsky e Bukharin. Segundo Lênin, Trotsky havia exposto *“a essência da controvérsia”*, enquanto Bukharin e aliados a *“eludiram e dissimularam”*.

No ponto sobre *“A democracia formal e o interesse revolucionário”*, Lênin afirma: *“Segundo as normas da democracia formal, Trotsky tem direito de apresentar uma plataforma fracional, inclusive contra todo o CC. Isso é indiscutível. Também é indiscutível que o CC, com sua resolução sobre a liberdade de discussão, aprovada em 24 de dezembro de 1920, sancionou esse direito formal (...)”*.

No ponto, *“O perigo político das divisões no movimento sindical”*, Lênin indica que, às vezes, ocorrem minúsculas divergências, que se tornam grandes. No caso dos sindicatos, conclui: *“Está claro que em um país que está sob a ditadura do proletariado, uma divisão nas fileiras da classe operária, ou entre o partido proletário e a massa do proletariado é perigosa, extremamente perigosa, em especial, quando o proletariado constitui uma pequena minoria da população. E as divisões no movimento*

sindical (...) significam precisamente uma divisão no interior do proletariado”.

No ponto, *“Divergências de princípio”*, Lênin entende que *“não existem tais divergências”*. *“O camarada Trotsky procurou assinalá-las e não conseguiu”*. Lênin indica que procurou uma aproximação com Trotsky, que frustrou, depois da publicação de seu folheto. Havia que combater os seus erros. Em relação a Bukharin, considera a formulação *“democracia da produção”* um erro teórico. Explica: *“em última instância, todo tipo de democracia, como superestrutura política em geral (...), está a serviço da produção, e em essência está determinada pelas relações de produção em uma dada sociedade”*. Conclui: *“a ‘democracia da produção’ é um termo que se presta a falsas interpretações. Pode-se entender como negação da ditadura do proletariado e da autoridade pessoal”*.

No ponto, *“Política e economia, dialética e ecletismo”*, Lênin inicia lembrando *“que a política é expressão concentrada da economia”*. Assim, *“a política deve ter prioridade sobre a economia. Racionar de outro modo é esquecer o abc do marxismo (...)”*. *“O enfoque político, em outras palavras, significa que a atitude equivocada diante dos sindicatos liquidará o poder soviético e derrubará a ditadura do proletariado”*. Nesse sentido, Lênin critica o *“ecletismo teórico”* de Bukharin e formula: *“sem um correto enfoque político do problema, a classe operária não poderá manter sua dominação e, conseqüentemente, tampouco poderá resolver seu problema de produção”*. *“Sempre eu disse, naturalmente, e continuarei dizendo, que devemos ocupar-nos mais de economia e menos de política, mas para isso devemos livrar-nos, evidentemente, dos perigos políticos e dos erros políticos. Os erros políticos do camarada Trotsky, agravados pelo camarada Bukharin, distraem a atenção de nosso partido das tarefas econômicas e do trabalho ‘de produção’, e, infelizmente, nos fazem perder tempo corrigindo-os, discutindo o desvio sindicalista (...), contrapondo-se ao enfoque incorreto do movimento sindical (...), e debatendo ‘teses’ gerais, em vez de dedicar-nos a uma discussão ‘econômica’ prática e concreta (...)”*.

O último tópico, *“Dialética e ecletismo, ‘escola’ e ‘aparato’*, Lênin dedica a crítica a Bukharin, que se havia colocado na posição de *“amortizador”* entre ele e Trotsky. Lênin explica: *“A essência de seu erro teórico consiste, neste caso, na substituição da relação dialética entre a política e a economia (...) pelo ecletismo. Sua atitude teórica é: ‘por uma e outra parte’, ‘o um e o outro’. E isso é ecletismo. A dialética exige que se considerem todos os aspectos das relações em seu desenvolvimento concreto, e não um remendo de pedaços e retalhos. Demonstrei que assim era com o exemplo da política e da economia”*. Conclui: *“A única forma de examinar o problema corretamente é passar das abstrações vazias ao concreto, ou seja, ao atual tema de discussão”*. Neste ponto, *“Trotsky escapou pela tangente”*.

Com o detalhamento crítico e diferenciado das posições de Trotsky e Bukharin, Lênin preparava o partido para as decisões finais do X Congresso.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXXIV, Akal Editor)